



Università  
Ca' Foscari  
Venezia

Corso di Laurea magistrale in

Lingue e letterature europee,  
americane e postcoloniali

Tesi di Laurea

**Colonialidade Portuguesa e Guerra:  
As Mulheres na Perspetiva de uma Memória  
Coletiva**

**Relatrice**

Prof.ssa Vanessa Castagna

**Correlatrice**

Prof.ssa Alice Girotto

**Laureando**

Niccolò Reali

Matricola 858870

**Anno Accademico**

2019 / 2020



# Índice

Introdução – 2

Capítulo I – Quebrar o silêncio – 5

- I.1 Origens de uma mitologia da «alteridade» – 6
- I.2 Imperialismo e difração identitária – 16
- I.3 Dinossauros (excelentíssimos) e fantasmagoria ditatorial – 30

Capítulo II – Escutar o silêncio – 48

- II.1.1 As mulheres portuguesas: a deserção secreta da «fada do lar» – 50
- II.1.2 As mulheres portuguesas: inimigas do estado, aliadas da liberdade – 68
- II.2 A guerra infinita das mulheres africanas – 82

Capítulo III – Interpretar o silêncio – 94

- III.1 Três vozes, três romances – 96
- III.2 Ecos de um apartheid “inocente” – 101
- III.3 Arquétipos de uma inconsciência coletiva – 107
- III.4 Desconstrução do centro, reconstrução da margem – 123

Conclusões – 143

Bibliografia

## Introdução

O trabalho que aqui se apresenta propõe-se salientar o papel subversivo das mulheres no âmbito da guerra colonial portuguesa, tanto na sociedade metropolitana como naquelas das várias colónias, evidenciando a importância histórica, social e simbólica da influência feminina na queda do regime e na instauração de uma reflexão anticolonial e emancipatória no seio da sociedade luso-africana. O objetivo é duplice: por um lado, ilustrar o processo de deslegitimação sociopolítica e simbólica ao qual foram sujeitas as mulheres no seio das sociedades colonialistas ocidentais, com referência às particularidades específicas desta condição no contexto imperial lusófono; por outro, evidenciar, partindo de bases tanto históricas como literárias, o papel das mulheres na luta ao colonialismo lusitano, demonstrando como a sua experiência e a sua voz pode constituir a base reflexiva de um pensamento decolonial autenticamente lusitano, que derrube definitivamente as escórias de «colonialidade» que sobreviveram à revolução de 25 de Abril.

As motivações críticas que sustentam e acompanham esta pesquisa são essencialmente três. Em primeiro lugar, foi determinante a relativa dificuldade em encontrar trabalhos, quer académicos quer não, que colocassem a experiência feminina nos anos da guerra colonial numa posição central. Em segundo lugar, em relação à bibliografia disponível na matéria, resultou clara a necessidade de um trabalho que enfrentasse a questão feminina na sociedade colonial portuguesa de maneira orgânica, servindo-se de uma abordagem crítica que incluísse, como partes de um único percurso, tanto a questão da realidade factual, historiográfica, como a dimensão da elaboração do imaginário. Em terceiro lugar, considera-se necessário fornecer novos instrumentos ou perspetivas a quem irá enfrentar esta temática no futuro, o que justifica tanto o uso de alguns instrumentos teóricos pouco utilizados neste contexto como a decisão de adotar fontes textuais ainda pouco consideradas em âmbito académico. Acima de tudo, porém, foi central o intuito de relembrar e enfatizar a importância, frequentemente esquecida, da ação anticolonial feminina nos anos da guerra colonial, um conjunto de vozes silenciadas que, considerando o parcial cumprimento das promessas emancipatórias da descolonização e a persistente sobrevivência a nível social, económico e cultural de uma «colonialidade» disfarçada, devem ser ouvidas.

Partindo destas premissas, a presente tese irá desenvolver-se em torno de três núcleos de perguntas, que constituirão o centro da investigação temática de cada capítulo, cada um orientado por estratégias diferentes, mas complementares. Primeiro: quais foram as transformações do colonialismo lusitano nos seus quinhentos anos de existência e como modificaram o papel da mulher e a sua consideração sociopolítica? Segundo: qual era, na metrópole e nas colónias, a situação sociopolítica das mulheres nos anos da guerra colonial? E porquê o seu contributo foi determinante na luta anticolonial? Por fim, que sugestões nos fornecem as reelaborações da experiência feminina no contexto colonial que encontramos nos romances das gerações sucessivas à guerra colonial? O que é que evidenciam em relação à representação do «subalterno» e à importância da voz feminina na luta à «colonialidade»?

O primeiro capítulo, portanto, proporá um estudo diacrónico do projeto colonialista português e do seu imaginário sociopolítico, analisando como, nas várias transições que caracterizaram a epopeia imperialista lusitana, as mulheres foram objeto de uma progressiva deslegitimação social, que alcançou o seu ápice no período da ditadura salazarista. Nesta reconstrução, que pretende ser tanto sintética quanto eficaz, as fontes propriamente historiográficas serão acompanhadas pela contínua referência às formulações teóricas de estudiosos de diferentes linhas de pensamento, com o objetivo de construir um diálogo constante entre as duas dimensões complementares do colonialismo lusitano, ou seja, a realidade e a sua interpretação mitológica. No contexto deste capítulo o quadro teórico de referência será constituído principalmente por obras da escola pós-colonialista e marxista, com particular ênfase nas obras de Silvia Federici, Eduardo Lourenço e Boaventura de Sousa Santos.

O segundo capítulo concentrar-se-á na reconstrução da situação sociopolítica das mulheres no contexto imperial salazarista, com particular referência ao espaço temporal da guerra colonial, evento traumático que constituirá o polo temporal do resto do trabalho. A este respeito, serão consideradas ambas as frentes do conflito – aquela metropolitana e aquela colonial – com o objetivo de investigar a participação feminina na luta anticolonial, considerando o envolvimento das mulheres em todas as facetas da oposição ao regime, da sabotagem silenciosa à contestação pública, chegando até à participação armada nos movimentos de libertação. A base bibliográfica do capítulo será constituída essencialmente por testemunhos diretos, que encontraram ainda pouco espaço em âmbito

académico, com o objetivo de destacar ainda mais a força das vozes das protagonistas, tentando demonstrar como, apesar das suas próprias origens, constituíram uma frente unida, comunitária, contra o colonialismo e a sua guerra.

No terceiro capítulo, tomando como ponto de apoio a realidade histórica apresentada no capítulo anterior, proceder-se-á numa direção paralela e complementar, analisando três diferentes exemplos literários de reconstrução da experiência e da representação feminina nos anos da guerra colonial e no período imediatamente sucessivo, nomeadamente *Cadernos de memórias coloniais* (2009) de Isabela Figueiredo, *Essa Dama Bate Bué!* (2018) de Yara Monteiro e *Teoria Geral do Esquecimento* (2012) de José Eduardo Agualusa. A abordagem proposta visa salientar a unicidade da perspetiva das mulheres protagonistas, evidenciando o carácter altamente subversivo, anticolonial da sua voz. No contexto da análise dos três romances, o quadro de referência teórica retomará, em boa parte, os estudos introduzidos nos dois primeiros capítulos, mas adotará também novas perspetivas, recorrendo a instrumentos teóricos dos estudos feministas e psicanalíticos. O objetivo, adotando uma base teórica definida, mas fluida, permanece o de responder às perguntas definidas como diretrizes, tentando oferecer uma análise que enfrente, de maneira original e completa, as duas problemáticas evidenciadas nas primeiras linhas desta introdução.

# Capítulo I

## Quebrar o silêncio

Um dos enormes contributos teóricos dos estudos feministas<sup>1</sup>, pós-coloniais<sup>2</sup> e marxistas<sup>3</sup> nas últimas décadas tem sido a contínua demonstração dos importantes entrelaçamentos ideológicos e práticos entre capitalismo/colonialismo e racismo/sexismo na história do Ocidente e das suas relações com as colónias, tanto na América como na África. No quadro do colonialismo português e da sua complicada autognose<sup>4</sup>, precisa-se ainda de uma leitura aprofundada das vozes esquecidas, aquelas das mulheres, para compreender a organicidade de uma descolonização diferente, que atingiu com a guerra colonial o seu trágico e inevitável epílogo, e para elaborar uma nova identidade decolonial.

Quando falamos do papel da mulher – portuguesa e africana, negra e branca – na guerra colonial e no processo decolonial<sup>5</sup> africano estamos perante o filho indesejado de um duplo silêncio ensurdecedor: um ligado às contingências que levaram o governo português ao sacrifício de uma inteira geração numa guerra absurda; o outro, ainda mais intenso, ligado à mudança da função social e da representação do sujeito feminino na sociedade portuguesa ao longo dos séculos aqui interessados. É preciso quebrar novamente esse duplo silêncio para escutar, compreender, interpretar a importante mensagem das mulheres e revelar as profundas implicações histórico-culturais do drama dessa “prole esquecida”.

---

<sup>1</sup> Cfr. R. Borghi, *Decolonialità e privilegio. Pratiche femministe e critiche al sistema mondo*, Milano, Meltemi, 2020.

<sup>2</sup> Cfr. A. Mbembe, *Emergere dalla lunga notte. Studio sull’Africa decolonializzata*, Milano, Meltemi, 2018.

<sup>3</sup> Cfr. S. Federici, *Calibano e la strega. Le donne, il corpo e l’accumulazione originaria*, Milano, Mimesis, 2015.

<sup>4</sup> Faz-se referência ao uso do termo por Eduardo Lourenço nos seus estudos sobre a história do imaginário político e histórico de Portugal, em que utiliza vários instrumentos teóricos derivados da psicanálise. Neste caso a autognose não é a simples interpretação de si, mas o inteiro processo de construção – eufórica e disfórica – do imaginário nacional.

<sup>5</sup> Neste texto a utilização do termo «de-colonial» e dos seus derivados em lugar da forma amplamente dicionarizada «des-colonial» é uma escolha ditada pela adesão ao pensamento teórico da decolonialidade, que se refere ao processo – sucessivo à descolonização territorial – de desconstrução do pensamento e do imaginário colonial na sociedade contemporânea. Veja-se, a esse propósito: W. Mignolo; C. Welsh, *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*, Durham, Duke University Press, 2018.

Como lucidamente sugeriu Boaventura de Sousa Santos<sup>6</sup>, dois são os períodos-chave no processo de colonização das “províncias” africanas: a campanha de povoamento e reordenamento ultramarino, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e a guerra colonial, entre 1961 e 1974. É claro que um dos eventos foi consequencial ao outro, mas o que é que mudou na relação entre os portugueses e o próprio “outro” para chegar à (in)evitável solução do conflito? Para responder a esse interrogativo e às questões acima referidas, neste primeiro capítulo propõe-se um estudo em três momentos do projeto colonialista português e da sua relação com as populações colonizadas: antes de, durante e depois da modernização das relações de poder com as terras africanas. Particular ênfase será posta, na última parte do capítulo, no papel da mulher na sociedade portuguesa do século XX, uma matéria frequentemente esquecida, mas que resulta de fundamental importância para compreender três questões: a organicidade das tensões políticas e dos interesses económicos em campo no conflito colonial; a gradual erosão do papel social das mulheres na contínua alternância de projetos nacionais e coloniais; a influência crucial que as mulheres, apesar da inegável marginalização, tiveram na resistência ao Estado Novo. O objetivo último do capítulo é fornecer os embasamentos, teóricos e historiográficos, para compreender como a crise causada pela guerra colonial foi importante na deflagração de um processo – ainda em curso – de decolonialidade, na qual a participação das mulheres na guerra colonial, como iremos ver no segundo capítulo, teve um papel fundamental.

## **I.1 Origens de uma mitologia da «alteridade»**

Desde o começo da sua aventura colonial, Portugal sempre se pensou numa aceção de colonizador único, divergente dos outros: um paradigma que, mesmo mudando nas suas várias formas, se manteve constante e que contém verdades, meias verdades e ilusões de grandeza. Perseguindo aquele Quinto Império que celebrará Padre António Vieira na *História do Futuro* um século e meio mais tarde, em 1500 os portugueses instalaram-se nas praias do Brasil, atuando um plano de doutrinação católica e de ocupação das terras

---

<sup>6</sup> B. de Sousa Santos, “Entre Próspero e Caliban”, in *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 66, julho 2003, pp. 23-52.



não radicalmente diferente – na prática – daquele realizado pelos primos castelhanos. O objetivo, além das proclamações de nobreza do espírito, foi sempre, naquela primeira fase, o de enriquecer a Metrópole, empenhando-se numa “febre do ouro” que interessou toda a América do Sul, com consequências nefastas para a população indígena, forçada a tremendas obras de escavação pelos ibéricos. Quando portugueses e espanhóis chegaram ao “Novo Mundo”, um plano universal de administração das terras conquistadas – como foi, numa fase sucessiva, o modelo «orientalista» anglo-francês – ainda não existia: improvisaram, mudando para sempre o destino do continente e da sua gente e, em segundo lugar, a identidade da própria Europa.

Enquanto os castelhanos – enganando, submetendo e aniquilando civilizações inteiras – estabeleceram rapidamente um controlo local sobre as suas áreas de competência, as terras portuguesas do Novo Mundo eram sim formalmente possuídas, mas escassamente controladas<sup>7</sup>. Uma das razões históricas foi sem dúvida a importante crise demográfica que a Europa estava a atravessar no século XVI e que forçou o pequeno reino de Portugal a enviar um contingente de homens inferior ao dos castelhanos. Uma segunda razão factual é ligada essencialmente ao tipo de comércio que se atuava, naquela altura, com as colónias: importavam-se matérias-primas de qualidade e exportavam-se produtos fabricados, de qualidade variavelmente baixa. Toda a riqueza movia-se, portanto, em direção do reino e não era precisa – quer no Brasil, quer, sobretudo, na África – uma importante presença territorial, que se limitava, portanto, às áreas dos portos comerciais. A terceira razão estatística está ligada à multidão que, nesse primeiro século de intensa atividade ultramarina, se dirigia de forma permanente para as colónias: as classes populares que, não tendo nada a perder, abandonaram a Europa da época da transição para o capitalismo em busca de fortuna. A consequência primária dessa relativa ausência de controlo foi uma relação inicialmente menos violenta dos portugueses com as populações locais, tanto no Brasil como na África, que favoreceu a convivência entre portugueses e populações indígenas: uma convivência que, nos séculos seguintes, iria reforçar o mito de um colonialismo “outro”, inocente<sup>8</sup>, instituindo-se como peça fundamental da controversa teoria do luso-tropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.

---

<sup>7</sup> Cfr. L. Zanatta, *Storia dell'America Latina contemporanea*, Roma-Bari, Laterza, 2010 e P. Almeida Vieira, *Assim se pariu o Brasil*, Estoril, Saída de Emergência, 2015.

<sup>8</sup> E. Lourenço, *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 72-73.

Longe dessa conceição pseudocientífica inspirada pelo positivismo do fim do século XIX, a mitologia do colonialismo “outro” nos primeiros séculos de aventura ultramarina tinha como pedras angulares a competição com os vizinhos ibéricos – que se intensificou no período de anexação dos dois reinos – e a missão evangelizadora do mundo extraeuropeu, uma vocação que encontrou a sua sublimação literária e cultural na obra de Luís Vaz de Camões:

E vós, ó bem nascida segurança  
Da Lusitana antiga liberdade,  
E não menos certíssima esperança  
De aumento da pequena Cristandade<sup>9</sup>

Como apontou Eduardo Lourenço no seu seminal *O Labirinto da Saudade*<sup>10</sup>, é interessante esta visão de si – partilhada por espanhóis e portugueses – como povo eleito, fundadores de uma “Israel-outra” fora de uma Europa crescentemente antissemita, na qual se perseguiram os judeus e se alastravam os autos-de-fé. O carácter divergente, a nível ideológico, das duas conceções do colonialismo ibérico era ditado por uma diferente interpretação da vocação cristã e missão evangelizadora. Para os castelhanos o plano de ação, desde a chegada de Colombo à América, sempre foi o de sujeitar, aniquilar e, só num segundo momento, doutrinar os indígenas: tratou-se de uma autêntica cruzada, tanto na formulação ideológica – como argumentado por Tzvetan Todorov nos seus estudos sobre as cartas de Colombo<sup>11</sup> – como na aplicação prática, como demonstrado pelas terríficas estatísticas demográficas da campanha de libertação da nova Terra Santa. Os lusitanos, filhos de um pequeno reino que sempre olhou para fora do Mediterrâneo para tornar-se grande, desde o começo pensaram-se colonizadores numa aceção universalista, como vetores inocentes da doutrina de Cristo nos quatro cantos do mundo, num projeto utópico, naturalmente, mas exemplificador de dois atributos distintivos do pensamento colonialista português. Em primeiro lugar temos de considerar o carácter de «impensado»<sup>12</sup> do colonialismo lusitano, identificado mais uma vez por Lourenço: o

---

<sup>9</sup> L. Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Livraria Lello, 2018, p. 20.

<sup>10</sup> Cfr. E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1992.

<sup>11</sup> Cfr. T. Todorov, *La conquista dell’America. Il problema dell’«altro»*, Torino, Einaudi, 2014.

<sup>12</sup> E. Lourenço, *Do Colonialismo*, op. cit., pp. 52-53.

ultramar não é considerado um projeto, mas uma vocação mística e mítica, uma parte essencial daquela índole nacional que sempre fez olhar os portugueses naquela direção. Em segundo lugar, é igualmente importante considerar a natureza “semicorpórea” do império ultramarino lusitano: os portugueses, mesmo ocupando naquela altura portos comerciais em todo o mundo conhecido, nunca consideraram o império, a nível ideológico, unicamente como um conjunto de terras controladas pela pátria, mas como partes separadas de uma unidade original, irmanadas pela mesma natureza e reunidas sob a doutrina católica. Trata-se de duas características únicas, que apresentam problemáticas peculiares na abordagem à descolonização do país e na decolonialidade do seu pensamento, e que justificam a orientação psicanalítica que Lourenço frequentemente utilizou nos seus ensaios sobre o carácter nacional. No entanto, além das diferenças práticas e ideológicas com os vizinhos castelhanos, os portugueses contribuíram igualmente para a consolidação de uma narrativa europeia sobre os chamados “descobrimientos” essencialmente machista, na qual as terras da América tinham de ser «conquistadas» e «penetradas»<sup>13</sup>, exatamente como as mulheres. O reverso da medalha, como pontualizado por Silvia Federici<sup>14</sup>, foi o surgimento de uma colonização da percepção social das mulheres, que tinham de ser «controladas» e «administradas» exatamente como as colónias. Uma mudança de consideração que tem o seu reflexo nas representações culturais da época, na qual a mulher adúltera se torna numa das personagens preferidas do teatro satírico, como no famoso *Auto da Índia* do comediógrafo lusitano Gil Vicente. É, porém, importante relevar que na sociedade portuguesa até ao século XVIII o acesso às atividades de trabalho das mulheres não resulta comprometido como nos séculos seguintes, com o pessoal feminino que, tanto nas áreas urbanas como naquelas rurais, tem uma função importante na economia local<sup>15</sup>.

O que é essencial ter em consideração nessa primeira fase de génese do mito do colonialismo “outro” é que se originou como diferença de consistência ideológica com respeito à missão católica castelhana, criando aquelas bases imagéticas que seriam retomadas pela propaganda colonial salazarista quase meio milénio depois. Mas, se do ponto de vista ideológico mito e realidade neste caso aparentemente convivem, sempre

---

<sup>13</sup> T. Todorov, op. cit., pp. 17-41.

<sup>14</sup> S. Federici, op. cit., pp. 120-40.

<sup>15</sup> M. Sobral Neto, “O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista”, in *Diálogos Oceânicos*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001, pp. 25-44.

convém lembrar que se tratou de uma circunstância motivada mais por uma falta de meios do que por uma vocação humanitária das autoridades lusitanas.

Como será evidente na segunda secção do capítulo, para compreender plenamente as problemáticas ligadas ao colonialismo português, à sua mitologia e às peculiaridades do seu processo de de(s)colonização, é preciso considerá-lo não só no reconhecimento autognóstico da sua unicidade, mas também em relação aos seus concorrentes, contextualizando – a nível teórico e histórico – a sua aplicação “incompleta” de representações e práticas do projeto colonialista ocidental nas suas várias fases. Podemos observar, na evolução temporal do pensamento colonialista português e do seu projeto, uma alternância entre fases de expansão e reformulação dessa mitologia da diferença – ou da «alteridade», termo que utilizaremos mais frequentemente nesta dissertação<sup>16</sup> – e outras fases de rápida, urgente uniformização com os objetivos e as práticas dos outros países do Ocidente.

Uma dessas segundas fases iniciou, por exemplo, na metade do século XVII. O reino de Portugal, que tinha sido anexado àquele de Castela em 1580 como consequência da desastrosa expedição de Alcácer-Quibir na qual desapareceu – sem herdeiros – o rei Dom Sebastião, reconquistou a independência só em 1640, quando se instalou a dinastia dos Bragança. Os sessenta anos de dominação espanhola, identificados por Lourenço como um «trauma» fundamental<sup>17</sup> na definição da identidade nacional portuguesa, criaram uma inédita consciência da fragilidade política da nação, uma realidade que, no plano ideológico, acentuou a natureza “semicorpórea” do império, dando início àquele mecanismo de sobre-compensação e sub-compensação do imaginário nacional que caracteriza a inteira história do pensamento português:

Portugal, nascido e imposto por obra de uma Vontade, de essência épica, um pouco alucinada, ora é encarnado e assumido positivamente pelo Herói que reatualiza com felicidade esse primeiro acto voluntário (Afonso Henriques, Nuno Álvares, D. João II, Marquês de Pombal, Mouzinho da Silveira); ora mergulha em delírios e sonhos

---

<sup>16</sup> No plano teórico, se acolhemos a asserção de Simone de Beauvoir que a «alteridade» é uma categoria fundamental do pensamento humano, tal conceito resulta ainda mais determinante nas sociedades – como aquela portuguesa – que fundam a sua própria imagem nacional numa mitologia de carácter messiânico. A «alteridade» política e colonial portuguesa é um elemento chave do seu complexo processo de autognose nacional, e dá-se sempre em duas direcções: do outro, pedra de toque mais do que inimigo; de si, numa marginalização glorificada do seu lugar, físico e intelectual, no mundo.

<sup>17</sup> E. Lourenço, *O Labirinto*, op. cit., pp. 19-21.

compensatórios absurdos, transformando-se na pátria de eleição, Milagre, do Sebastianismo, sinais equívocos de loucura empírica, tanto como promessa de ressurreição.<sup>18</sup>

No plano da realidade factual, o mundo que os portugueses encontraram no fim da dominação castelhana era um mundo radicalmente diferente, no qual a ideologia colonialista tinha mudado em simultâneo. O equilíbrio de poder nas Américas já não era uma questão puramente ibérica, porque as colónias eram parte do nascente sistema capitalista europeu, que avançava implacável na sua obra de apagamento do velho sistema feudal. Para Portugal, a consequência primeira dessa corrida continental para o controlo económico do Novo Mundo foi a necessidade de reescrever as regras da sua presença nas terras brasileiras. A partir da segunda metade do século XVII o reino dos Bragança, que receava a crescente pressão de concorrentes (Holanda), sócios comerciais (Inglaterra) e ex-patrões (Castela), favoreceu um fluxo cada vez maior de colonos para as novas terras, incluindo até exponentes da nascente classe média. Enquanto uma metodologia de colonização e administração dos territórios africanos manteve-se virtualmente inexistente, incentivando um não-projeto socioeconómico baseado essencialmente na exportação para as colónias dos marginalizados<sup>19</sup> e na acumulação de riquezas materiais – ouro, marfim, diamantes – para a Metrópole, o destino das terras sul-americanas foi bem diferente: reforçou-se o sistema de controlo das propriedades, reescreveram-se as relações de forças entre os vários grupos sociais, intensificou-se a obra de produção territorial, limitou-se a influência social dos «subalternos»<sup>20</sup>. Em última instância, criaram-se, nesta fase, as circunstâncias socioeconómicas para uma transição para o sistema capitalista que se completaria no século XIX como consequência da independência, instituindo as condições de existência daquela oligarquia das plantações que dominou o Brasil por quase três séculos. Igualmente importante nessa ótica foi a intensificação do comércio dos escravos negros das colónias africanas, que alcançou proporções trágicas neste século graças ao fortalecimento do triangulo comercial entre

---

<sup>18</sup> Ivi, pp. 92-93.

<sup>19</sup> É significativo que, até muito mais tarde na cronologia colonialista lusitana, os indesejados tenham sido exilados em África.

<sup>20</sup> Por «subalternidade» faz-se referência ao termo cunhado por Antonio Gramsci e retomado pelos estudos pós-coloniais – sendo fundamental, neste sentido, a obra de Gayatri Spivak – que descreve o estado de afastamento das relações de poder dos sujeitos – locais (nativos) ou não (mulheres) – marginalizados nas sociedades capitalistas e coloniais.

África, América e Europa. Uma atividade que não só resultou fundamental para a transição capitalística do Brasil, mas que criou também uma alteração dos equilíbrios sociais africanos, alimentando a intolerância de africanos e crioulos para com a presença escravista portuguesa, que resultou em vários confrontos militares e em parábolas pessoais singulares, como aquela de Nzinga Mbande/Ana de Sousa, a célebre rainha angolana que combateu os portugueses no século XVII<sup>21</sup>. Trata-se de eventos nos quais, em retrospecto, se vislumbram os ecos das futuras tensões na África portuguesa.

O momento-chave nesse processo de transição foi, tanto na realidade histórica como na teorização da mitologia de um colonialismo “outro”, o ano de 1822. A independência do Brasil, cujas consequências foram enormes para o destino de ambos os países, criou de facto as circunstâncias da alteração da política e do imaginário coloniais portugueses, variações importantes para compreender a inelutabilidade estrutural das crises sucessivas.

Se a celeberrima proclamação de Dom Pedro foi a manifestação suprema da “doença” emancipatória, é inegável que os “sintomas” precedentes foram igualmente importantes. Ainda que já naquela altura as terras do Brasil representassem a riqueza principal do reino português, a fuga ultramarina da corte em 1808 – perseguida por Napoleão e desconfiada da intervenção inglesa – foi um evento histórico sem antecedentes: nunca um rei tinha deixado, de forma semipermanente, a Metrópole para as colónias, e menos ainda tinha aí instituído a nova capital do reino. No plano material, a deslocação da família real portuguesa teve consequências imediatas: a chegada das riquezas de corte, a instituição de universidades e de novos centros urbanos, a abertura dos portos aos antigos aliados comerciais (Inglaterra) foram só algumas das manifestações imediatas da transformação do papel brasileiro nas dinâmicas do reino. As várias intervenções dos soberanos portugueses, unidamente com as mudanças no equilíbrio local dos dois séculos precedentes, criaram, de facto, as condições ideais para o desenvolvimento de uma nova burguesia local, que resultou fundamental na definitiva transição da sociedade brasileira para um novo sistema capitalista local, com base nas plantações, que decimou a vida de milhões de escravos africanos em nome do enriquecimento do mercado livre global e dos seus oligarcas.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Para um relato das vicissitudes de Nzinga Mbande/Ana de Sousa veja-se: J. E. Agualusa, *A Rainha Ginga e de Como os Africanos Inventaram o Mundo*, Lisboa, Quetzal, 2014.

<sup>22</sup> Cfr. L. Zanatta, op. cit. e P. Almeida Vieira, op. cit.

Ao longo de séculos de consolidação do capitalismo global, decerto mudaram os paradigmas da missão “caridosa” dos colonialistas europeus. Se a primeira fase da presença europeia no Novo Mundo, como evidenciado acima, foi caracterizada por uma enganosa necessidade de difundir a mensagem de Cristo entre as populações indígenas e por uma certa tolerância para com as interações entre subalternos, as coisas mudaram radicalmente durante a transição para o capitalismo. Os indígenas da América do Sul, os poucos que sobreviveram e que não se refugiaram na floresta amazônica, foram relegados em áreas periféricas dos assentamentos urbanos e a sua influência na sociedade foi de facto limitada, vinculando-os frequentemente a empregos na servidão dos senhores proprietários de terras. A missão de evangelização do índio inocente, santificado nos sermões dos jesuítas dos séculos XVI e XVII, transformou-se rapidamente no salvamento do paraíso americano, subtraído aos seus indig(e)nos proprietários para tornar-se fértil e produtivo em nome dos interesses comerciais do Ocidente. Por muito que a igreja católica não pudesse retratar dois séculos de posições em defesa da inocência do índio, o seu papel foi igualmente fundamental no deterioramento da condição dos outros subalternos, servindo de catalisador para a difusão local de estereótipos e práticas de ódio. As mulheres, em particular, cuja influência na sociedade ocidental já tinha sido afetada nos séculos anteriores pela caça às bruxas, no Novo Mundo foram rapidamente vinculadas à dimensão doméstica. Como pontualiza Federici, a lógica colonialista ocidental, nesta segunda fase, seguiu o antigo princípio romano do *divide et impera* – ou seja, dividir e/para conquistar<sup>23</sup> – para desconstruir os equilíbrios sociais e as relações de cumplicidade entre subalternos que se tinham instituído nas décadas precedentes no território sul-americano. Nessa altura foi fundamental a obra de desumanização, ideológica e prática, do sujeito negro, que se tornou no imaginário europeu numa criatura inferior e animalesca, infantilizada e sexualizada.<sup>24</sup> Os africanos, arrancados da sua própria terra para trabalharem até à morte nas plantações, não só foram vítimas de um dos maiores dramas humanitários na história, mas também foram utilizados como espantalho social para justificar a reclusão doméstica das mulheres (brancas) e a sua exclusão do nascente mercado de trabalho nas colónias. As autoridades locais, incluindo a igreja católica,

---

<sup>23</sup> S. Federici, op. cit., pp. 150-65.

<sup>24</sup> É necessário, nesse propósito, mencionar os importantes estudos de Frantz Fanon, entre os quais: F. Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Salvador de Bahia, EDUFBA, 2008, e F. Fanon, *Il negro e l'altro*, Milano, Il Saggiatore, 1971.

incentivaram a difusão de uma imagem animalesca, feral do sujeito negro, apresentado como uma criatura símia, vinculada a uma corporalidade tão extrema que excluiria o pensamento racional, sempre pronta a insidiar a cama da mulher branca. A difusão de tais estereótipos criou uma fratura, racionalmente planejada, que comportou destinos atroz para os escravos africanos, separou a mulher branca da comunidade dos subalternos do Novo Mundo e incentivou, por fim, os homens a uma política, legalmente e socialmente aceite, de “controlo da cama”, que lhes permitia separar a mulher dos “perigos” do mundo externo e enfiar-se, sem consentimento, nas camas das criadas, quase sempre negras. O racismo sistemático, deplorável legado dos colonizadores, foi, de facto, uma das condições essenciais para o desenvolvimento de um sistema capitalista no continente. É a razão por que erradicar a discriminação racial nas comunidades americanas, tanto do norte como do sul, é uma tarefa ainda hoje longe de estar completada.

O confronto dos portugueses com essa conceção renovada do colonialismo foi, em muitos aspetos, problemático. Do ponto de vista puramente ideológico a transição de “império cristão” a “reino capitalista” não se completou nem nesta fase nem nas sucessivas: enquanto o Brasil independente, nas ações e nas formulações dos seus oligarcas, abraçou completamente a nova onda ditada pelo triângulo comercial, Portugal colocou-se numa bizarra posição intermédia, não abandonando a retórica de fraternidade católica dos séculos anteriores, mas continuando a enriquecer-se no tráfico dos escravos.

As primeiras décadas do século XIX foram vividas numa espécie de esquecimento programado, que levou os portugueses a preservar boa parte do seu antigo imaginário colonial, mas condenou-os a não perceber a irrevogabilidade da rutura política a caminho: uma fratura que, do ponto de vista prático, era virtualmente inevitável, porque as duas elites em jogo nessa altura – a oligarquia crioula e os soberanos portugueses – tinham interesses profundamente diferentes. As elites coloniais, revigoradas pela rápida transformação comercial estimulada pela transferência da corte, queriam levar adiante o plano de inserção no sistema capitalista global, intensificando o trabalho forçado nas plantações e ampliando o comércio com as outras realidades do bloco colonial. Terminada a crise ditada pela presença napoleónica, os portugueses que ficaram na Europa pressionavam para um rápido regresso da corte para Portugal e para uma delimitação dos poderes comerciais conquistados pela colónia, uma regulamentação que, de facto, restabelecesse uma relação comercial exclusiva com a Metrópole e que incrementasse



como consequência disso o fluxo de riqueza para a Metrópole. As tumultuosas condições políticas na península ibérica, culminadas com a revolução do Porto em 1821, e os interesses comerciais dos grandes compradores europeus, incentivaram o definitivo cumprimento do projeto crioulo, uma transição já em curso havia muito tempo, da qual o «Dia do Fico» foi uma conclusão teatral, digna da simbologia colonialista lusitana.

A derrota das elites lusitanas foi ditada, a nível político, por uma persistente cegueira perante a entidade da evolução social, económica e cultural da ex-colónia e por uma convicção exacerbada no apoio da Inglaterra, a qual preferiu salvaguardar os seus próprios interesses comerciais. Trata-se de uma tendência à irrealidade que se confirmaria, nas suas implicações mais trágicas, na política de gestão africana sucessiva à conferência de Berlim de 1884 e que se insere no quadro identificado anteriormente de alternância entre fases de expansão da mitologia do colonialismo “outro” e fases de uniformização com o colonialismo ocidental mais em geral. Foi nesta altura, terminado de maneira falimentar o projeto de “restauração” da colónia, que tal mitologia encontrou o seu novo paradigma precisamente na recente derrota. A transição “pacífica” do Brasil de colónia a reino independente tornou-se, nas décadas sucessivas, em mais um símbolo da diversidade lusitana, um conjunto ideológico e mítico que seria habilmente explorado pelo Estado Novo no século XX. Além das reformulações ideológicas – um exemplo de sobrecompensação ideológica, parafraseando Lourenço – e das imediatas consequências práticas ditadas pela transformação da estrutura nacional, é inegável que a independência do Brasil deixou uma profunda cicatriz na prossecução e na reformulação do projeto colonialista português. Pioneiros na corrida ultramarina, os portugueses, reconquistada a liberdade em 1640, não souberam reconhecer prontamente o alcance das transformações globais, adaptando-se só parcialmente – e tardiamente – às novas regras do colonialismo europeu.

É nesta alternância de fases do pensamento nacional, na perene oscilação entre mitologia e compreensão tardia e parcial da realidade continental, que têm de ser analisadas as ações lusitanas na corrida a África no fim do século XIX: uma campanha na qual Portugal não queria repetir os erros brasileiros, mas na qual acabou por revelar a sua «semi-subalternidade»<sup>25</sup> e a sua resistência intrínseca a um colonialismo unitário.

---

<sup>25</sup> Na visão de Boaventura de Sousa Santos a «semi-subalternidade» é a principal condição de unicidade do processo colonial português, e consiste no facto de ser, ao mesmo tempo, donos – dos territórios coloniais

## I.2 Imperialismo e difração identitária

Apesar da dúplice ferida – económica e mitológica – causada pela perda do Brasil, o século XIX foi um período de importantes transformações no tecido socioeconómico do reino português. A sucessão de textos constitucionais na primeira metade do século, juntamente com a influência da nova economia global capitalista, incentivou um intenso processo de industrialização das áreas nevrálgicas do reino, com uma importante melhoria dos transportes e da comunicação a nível nacional a partir da metade do século. Os maiores beneficiários dessa transformação foram os expoentes da aristocracia e, sobretudo, daquela emergente burguesia liberal que tinha sido fundamental, no outro lado do Atlântico, para a independência da ex-colónia. Analogamente a quanto tinha acontecido em outras realidades europeias – um exemplo notável são os últimos, sombrios, anos da Sereníssima República de Veneza – a burguesia começou até a comprar títulos aristocráticos, certificando a nível de prestígio público a clamorosa ascensão socioeconómica dos últimos anos. Essa mudança teve duas consequências importantes, uma no plano da realidade sociopolítica do país, a outra no plano do imaginário cultural português, sobretudo em relação à corrida a África.

Em primeiro lugar, é preciso considerar as implicações sociais do plano de transformação incentivado pela burguesia liberal. No período conhecido como Regeneração foram realizadas numerosas obras públicas – importante, em 1856, a inauguração da primeira linha ferroviária de Portugal, entre Lisboa e Carregado<sup>26</sup> –, que impulsionaram a modernização nacional, aumentando, no entanto, o endividamento internacional do reino e forçando o país a uma severa política de impostos. A consequência primária dos impostos foi uma acentuação da diferença, tanto no poder político como no poder económico, entre as elites liberais e as outras faixas da população, que na grande maioria eram agricultores. Nas áreas rurais, em particular no Minho e no Alentejo, instaurou-se um sistema de grandes propriedades latifundiárias que piorou as condições da maioria dos trabalhadores, os quais decidiram mudar-se em direção das cidades ou do Brasil, onde a sua condição socioeconómica era tutelada pela estrutura

---

– e criados – do império britânico. É nesta relação ambivalente com a sua própria identidade que, na visão do teórico português, se origina a criticidade e a peculiaridade do processo «decolonial» lusitano.

<sup>26</sup> F. Tavares Pimenta, *Storia Politica del Portogallo Contemporaneo (1800-2000)*, Firenze, Le Monnier, 2011, p. 18.

racista da propriedade e pelas campanhas de europeização da população promovidas pela ex-colónia. Nas áreas urbanas de Lisboa e do Porto, onde surgiu neste período uma grande multidão de imprensas, os proletários que fugiam do campo eram sujeitos à superexploração capitalística que se tinha imposto como relação de trabalho privilegiada no resto da Europa. Apesar do pioramento das condições socioeconómicas de boa parte da população, o país observou um constante crescimento demográfico, incentivado pelo avançamento técnico-industrial, mas também pela «sexualização do emprego»<sup>27</sup> que relegou as mulheres ao ambiente doméstico, promovendo o estereótipo da mãe/dona do lar e desincentivando o trabalho feminino através da redução dos salários pagos às mulheres:

A justificação para tal inferioridade, aliás formalizada e institucionalizada no decurso do século XIX e convertida numa situação comum, baseava-se numa profunda assimetria de avaliação do cálculo dos salários femininos e masculinos. Para os economistas políticos do tempo que, nesta matéria, fizeram lei, os salários dos homens deveriam assegurar não só sua subsistência como a da sua família, enquanto os salários femininos eram considerados como um suplemento, devendo proporcionar tão-só o suficiente para a sobrevivência básica, qualquer que fosse a situação civil da mulher.<sup>28</sup>

As classes populares – tanto os homens, enquanto instrumentos de trabalho, como as mulheres, enquanto instrumentos de reprodução da força-trabalho – tornaram-se em peões na mão da burguesia liberal, que acrescentou e centralizou o seu próprio poder marginalizando socialmente e politicamente o proletariado, que desenvolveu nesta altura aqueles elementos de apatia e resignação política que seriam habilmente aproveitados pelo Estado Novo no século XX.

A centralização do destino nacional nas mãos da nova geração liberal-capitalista teve como consequência natural uma importante readaptação das aspirações estatais no domínio da política externa e do projeto colonial. Como afirmado em várias ocasiões por Lourenço<sup>29</sup>, a identidade nacional de Portugal caracterizou-se sempre por um dúplice

---

<sup>27</sup> S. Federici, op. cit., pp. 145-67.

<sup>28</sup> I. Vaquinhas, “As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas”, in *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Coimbra, ISCTE, 2005, pp. 162-63.

<sup>29</sup> Além dos dois trabalhos já mencionados, veja-se E. Lourenço, *Portugal como Destino, seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999.

olhar externo, um virado para a Europa e o outro para o ultramar. Reino pequeno, periférico na geografia física e política do velho continente, Portugal viveu várias fases importantes da sua história numa relação de atraso e de (semi-)subalternidade com respeito às outras potências europeias: Inglaterra, França, Espanha, Holanda, conforme os períodos e as circunstâncias. O ultramar, a partir de Vasco de Gama, sempre se configurou como a alternativa natural, o percurso eleito para preencher a lacuna em termos de poder e influência política face ao resto da Europa, e deu também vida àquela mitologia peculiar, semicorpórea, da qual falámos no parágrafo anterior. O importante progresso da economia doméstica e da indústria nacional cultivou nas classes burguesas uma ambição europeísta de proporções inéditas: a Europa deixou de ser, no imaginário lusitano, uma entidade outra, inatingível, e tornou-se num círculo interno que estava ali ao alcance da mão, mais próxima do que nunca. Essa visão política se concretizou, a nível cultural, na Geração de 70, que foi fundamental nos ambientes intelectuais do último quarto do século, tanto na promoção de um imaginário português europeísta como na elaboração do luto de 1890, oferecendo até, na figura de Teófilo Braga, o primeiro presidente da república que iria nascer nos primórdios do século XX. Mais uma vez, apesar da diferença da nova geração política, o país olhou para as colónias para afirmar-se a nível continental, determinado a cancelar, através de uma “moderna” administração das terras africanas, a cicatriz e o estigma de impotência deixados pela independência do Brasil.

Naquela altura, especialmente a partir da metade do século, a Europa inteira estava a olhar para o continente africano. A colonização ibérica na América, que terminaria oficialmente só com a revolução cubana<sup>30</sup> em 1898, tinha factualmente já terminado havia muito tempo, com uma libertação das ex-colónias influenciada quer pela presença de movimentos locais quer pela influência dos donos da economia global, tanto os emergentes – os Estados Unidos – como os estabelecidos – especialmente Inglaterra. O nascimento de várias entidades estatais independentes criou rapidamente compradores internacionais, fornecendo nova linfa a um mercado capitalista cuja procura tinha sido transformada a nível global pela industrialização e pelas inovações tecnológicas. O reverso da medalha, na ótica europeia, foi que os países do velho continente – especialmente Espanha e Portugal, que tiveram uma industrialização doméstica tardia –

---

<sup>30</sup> L. Zanatta, op. cit., p. 77.

perderam progressivamente a influência política e económica no Novo Mundo, ao passo que os Estados Unidos começaram a erigir-se nessa altura como os novos donos do mundo ocidental. A partir da metade do século, portanto, os velhos donos europeus começaram a olhar para sul e para leste com o objetivo de ampliar a sua influência política e comercial na África e na Ásia, a fim de aumentar a concorrência à ex-colónia inglesa. Foi o começo de uma nova fase do imperialismo.

O reino português, que tinha demoradamente negligenciado a administração das colónias africanas ao longo dos séculos, contentando-se com uma presença territorial marginal, encontrou-se, poucas décadas depois da independência do Brasil, frente a uma metodologia colonialista mais uma vez renovada, cujos protótipos de ação eram agora os modelos da França e da Inglaterra, longamente estudados, entre outros, por Edward Said. No seu texto paradigmático para os estudos pós-coloniais<sup>31</sup>, o professor de origem palestina analisou as práticas coloniais das duas potências, relacionando-as com a teorização e a institucionalização do «orientalismo», que se tornou nesta altura numa importante disciplina académica, cujas influências são ainda hoje bem visíveis. As relações dos ingleses com as civilizações do Médio Oriente, especialmente com os egípcios, foram caracterizadas por uma idealização da colónia sob o signo de uma grandeza perdida: a antiguidade era o modelo intangível, os atuais inquilinos daquelas terras eram indignos descendentes das civilizações que prosperavam no mundo pré-cristão. Era, portanto, necessária a “sábua” guia britânica para restaurar o antigo esplendor daquelas terras, confinando a comunidade muçulmana – objeto então de um crescente descrédito internacional – a um papel marginal na sociedade; não era infrequente que às populações locais não fosse sequer ensinada a língua inglesa. Concretamente, o projeto de restauração pensado pelos britânicos baseava-se numa consistente expansão das relações comerciais europeias com o mundo oriental e no controlo continental das importantes matérias-primas presentes no solo da África e do Médio Oriente; um plano para o qual se efetuaram importantes investimentos, como os que financiaram, nos meados do século, a construção do canal de Suez. Podemos dizer, em síntese, que os ingleses geriram com mão de ferro os territórios sob a sua autoridade política, não desdenhando o recurso à violência para salvaguardar a hegemonia comercial e cultural

---

<sup>31</sup> E. Said, *Orientalismo. L'immagine europea dell'Oriente*, Milano, Feltrinelli, 2019.

ganha, nunca desejando uma verdadeira integração social com as populações autóctones, consideradas bárbaras e comercialmente não confiáveis.

Os franceses, mesmo tendo aspirações similares e partilhando alguns dos objetivos britânicos, comportaram-se de maneira radicalmente diferente, privilegiando a parcial integração das comunidades da África e do Médio Oriente no seu universo imperial. As administrações francesas, como pontualiza Said, utilizaram uma diferente estratégia imperialista, privilegiando uma relação direta com os autóctones que sugerisse uma ilusão de verdadeira integração cultural. O plano francês não previa só um ensino básico da língua francesa aos locais, mas incentivava também as autoridades coloniais presentes no território a aprender os rudimentos das organizações políticas e sociais preexistentes, a fim de manipular as várias comunidades. A administração francesa, considerada ineficiente e demasiado mole pelos britânicos, revelou-se um modelo mais eficaz na interação com determinados contextos culturais, como o do Médio Oriente, porquanto criou uma ilusão de liberdade que favoreceu a criação de uma rede de relações, políticas e comerciais, que sobrevivem ainda hoje, numa forma não sempre óbvia de neocolonialismo. Apesar desta diferença substancial, ambos os modelos foram igualmente deletérios para a evolução política e identitária autónoma das áreas interessadas, influenciando tangivelmente as ambições de conquista das outras realidades europeias e modificando o paradigma do imaginário colonial, uma vez que, sem abandonar as expressões e as metáforas da cruzada, a missão de evangelização se tinha transformado num projeto continental de “civilização” capitalista.

Foi neste clima continental de competição, ambicioso de poder-se afirmar na nova Europa imperial-capitalista, que o reino português se aproximou do último, determinante, quartel do século. Como já mencionado anteriormente, Portugal nunca teve um interesse concreto, antes da independência do Brasil, em ocupar territorialmente o interior de Angola e Moçambique.<sup>32</sup> As primeiras, tímidas tentativas de exploração do interior das colónias africanas foram efetuadas por exploradores independentes entre 1831 e 1860, personagens entre as quais podemos citar Caetano Ferreira ou Silva Porto.<sup>33</sup>

A venda dos escravos para as plantações americanas era uma fonte de riqueza suficiente para o reino e a maioria dos emigrantes portugueses naquela altura – pelas

---

<sup>32</sup> Os assentamentos portugueses limitavam-se, de facto, a poucas centenas de quilómetros perto das áreas comerciais nevrálgicas, como Luanda, Benguela e Lourenço Marques.

<sup>33</sup> F. Tavares Pimenta, op. cit., pp. 34-35.

razões já mencionadas – se dirigia ainda para o Brasil, país que, apesar da independência, representava o primário afiliado comercial de Portugal. As coisas mudaram por volta de 1870.

Na década de 70, o país encontrava-se num importante ponto de viragem na definição da sua identidade nacional e continental, tanto a nível político como ideológico. Apesar das hesitações e do conservadorismo régio, a burguesia liberal tinha conseguido, ao longo dos anos, pôr as bases nacionais de um sistema capitalista industrial e olhava agora para África com uma tríplice ambição: construir o «terceiro império colonial português»; reforçar o prestígio internacional do país e a sua posição política no quadro das relações de potência europeias; obter os fundos para completar a transição nacional para o capitalismo industrial, condição *sine qua non* para ser um digno concorrente no mercado livre ocidental.

Mas, como bem sintetiza Fernando Tavares Pimenta, o decisivo gatilho das ambições africanas dos portugueses tinha sido o crescente interesse político e comercial das outras nações europeias – Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica – na África austral, uma área onde Portugal reivindicava a propriedade «histórica» de uma grande porção de território, mas que nunca tinha colonizado sistematicamente<sup>34</sup>. As explorações portuguesas, promovidas pela recém-nascida Sociedade de Geografia de Lisboa, continuaram ao longo da década, enquanto o país tentava obter diplomaticamente o controlo do território interessado. O primeiro momento fundamental, no quadro das relações entre as potências europeias, foi a Conferência geográfica de Bruxelas em 1876, que marcou o ingresso da Bélgica na corrida pelo Congo. O segundo momento fundamental foi, como é sabido, a Conferência de Berlim em 1884, que consagrou a partição do continente africano entre as várias nações. Durante a conferência, com o «Ato geral de Berlim», definiu-se o princípio de ocupação efetiva dos territórios coloniais, o que significava que, para reclamar a propriedade colonial de um território, os direitos históricos já não eram suficientes e era preciso ocupar, militarmente e institucionalmente, a área interessada. O Ato geral de Berlim criou imensas dificuldades à monarquia, porque Portugal não dispunha dos meios – nem económicos nem humanos – para ocupar a integridade dos territórios que reclamava historicamente. Foi um momento de improvisa complexidade, à qual se seguiu um irracional, mitológica euforia.

---

<sup>34</sup> Ibid.

A Conferência de Berlim não forneceu, de facto, soluções definitivas em relação às disputas territoriais que envolviam Portugal, que começou a negociar autonomamente tratados bilaterais com as outras potências europeias. Em 1886 a monarquia cedeu alguns territórios da fronteira angolana à Alemanha em troca de um hipotético suporte germânico ao projeto de ocupação do território entre Angola e Moçambique, uma ambição que se explicitou no projeto do ministro Henrique Barros Gomes, o celeberrimo «mapa cor-de-rosa». O projeto de uma enorme África portuguesa – que contivesse os territórios dos atuais Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe e Malawi – criou um palpável entusiasmo a nível nacional, sobretudo no ambiente da burguesia liberal-republicana. Além dos objetivos políticos e económicos, o «mapa cor-de-rosa», juntamente com as comemorações do tricentenário da morte de Luís Vaz de Camões, marcou o importante retorno a um imaginário colonial imperial, que, depois da crise identitária causada pela perda do Brasil, voltava a ser parte integrante e fundamental do projeto nacional do país. A construção de um grande império colonial africano, resgate histórico depois do fim do império americano, tornou-se em poucos anos numa condição de existência do nacionalismo português, movimento baseado na continuação natural da mitologia imperialista da época dos descobrimentos.

A realidade histórica não seguiu o percurso ideal delineado pela euforia mitológico-colonialista do fim de século, pois o projeto de Barros Gomes colidiu com as ambições coloniais da antiga aliada britânica e daquele Cecil Rhodes que desejava um império colonial «do Cairo ao Cabo». Os portugueses, que confiavam no apoio alemão, ignoraram inicialmente a contrariedade britânica ao projeto do «mapa cor-de-rosa», promovendo a ocupação territorial da área entre Angola e Moçambique. A campanha portuguesa no interior da África austral intensificou-se no biénio 1888-89, enquanto a relação diplomática entre Portugal e Inglaterra foi deteriorando-se, até à inevitável rutura de 1890, o ano do Ultimato. No dia 11 de janeiro de 1890 as autoridades inglesas destacadas em Lisboa intimaram a retirada imediata do exército português das áreas entre Angola e Moçambique, ameaçando a intervenção armada contra os antigos aliados: a disparidade de forças em campo era enorme, quase humilhante, e o governo cedeu rapidamente às reivindicações britânicas.



No seu ensaio *Psicanálise de Portugal*<sup>35</sup>, Eduardo Lourenço definiu o Ultimato britânico como um dos grandes traumas da identidade nacional lusitana, uma fratura histórica e ideológica através da qual é possível ler a «irrealidade» do século XX português e do seu colonialismo africano. As consequências da ameaça britânica foram, de facto, devastadoras. Mais do que uma humilhação a nível de política externa, tratou-se de uma improvisa tomada de consciência daquela «semi-subalternidade» que Boaventura de Sousa Santos identificou como a característica distintiva e irrepetível de Portugal e do seu colonialismo: ser ao mesmo tempo «Próspero» na África e «Caliban» na Europa<sup>36</sup>. A fragilidade da sua imagem continental e a entidade do atraso técnico-económico em relação às outras potências europeias fizeram-se mais evidentes do que nunca, revelando a intangibilidade das ambições europeístas da burguesia liberal-republicana e transformando África numa verdadeira obsessão do nacionalismo lusitano, uma segunda Alcácer-Quibir no imaginário do incipiente saudosismo<sup>37</sup>.

Além da profunda ferida deixada por essa chocante autognose nacional, o Ultimato criou as bases de uma fundamental encruzilhada ideológica em relação ao projeto colonial. Mesmo considerando as colónias africanas uma parte importante – fundamental, para muitos – da identidade nacional, a grande parte da Metrópole ignorava as condições sociais impostas pela colonização do interior africano nas últimas décadas do século XIX, refugiando-se por trás daquela reconfortante, antiga imagem do colonialismo “outro” e inocente.

As preocupações principais do reino – e do Ocidente inteiro – dirigiam-se, naquela altura, para as colónias americanas. Quando no último quartel do século o país teve de ocupar efetivamente as terras historicamente parte do seu império, o paradigma da colonização, como ilustrado acima, tinha radicalmente mudado e, ao mesmo tempo, tinha mudado a composição demográfica de quem se dirigia para o ultramar. A burguesia liberal-republicana que se instaurou em África nesta altura foi instrumental na instituição de uma segmentação essencialmente racial da vida social, que decalcava o sistema das plantações já utilizado nas terras americanas: as famílias brancas portuguesas viviam em novas áreas urbanas, separadas daquelas onde morava a população autóctone, e possuíam quase a totalidade das terras e das atividades laborais; a população negra local era

---

<sup>35</sup> E. Lourenço, *O Labirinto*, op. cit., pp. 175-85.

<sup>36</sup> B. de Sousa Santos, op. cit., pp. 23-52.

<sup>37</sup> R. Vecchi; V. Russo, *La letteratura portoghese. I testi e le idee*, Firenze, Le Monnier, 2017.

condenada ao trabalho serviçal ou contratado, se não mesmo à escravidão<sup>38</sup>; os mestiços encontravam-se, social e administrativamente, numa desconfortável posição intermédia. A situação social nas colónias portuguesas não era radicalmente diferente daquela presente nas outras terras administradas pelos europeus no continente: como os ingleses, os portugueses que emigraram no último quartel do século XIX incentivaram a separação entre os grupos sociais e a instituição de um sistema capitalista local, favorecendo um ensino orgânico da língua portuguesa só no âmbito das elites coloniais.

Enquanto o colonialismo “outro” continuava a existir na autognose imperial da metrópole, o projeto instituído pelos novos colonos – que iriam constituir a elite local – foi uniforme em relação às outras administrações coloniais do continente, apresentando os mesmos problemas sociais de racismo, sexismo e exploração do trabalho. O que faltava ao “novo” colonialismo português era uma justificação de molde orientalista da sua missão civilizadora, uma deficiência que se traduziu, nos anos seguintes, num frequente retorno ao imaginário imperial da época dos descobrimentos. A “fratura” do imaginário colonialista teve, concretamente, duas consequências importantíssimas para compreender o século XX português. A primeira foi o progressivo aumento da tensão social nas colónias, ditado pela presença da nova elite burguesa, que comprometeu em breve tempo o equilíbrio que se tinha instituído autonomamente nos séculos antecedentes. A segunda foi a progressiva e irremediável separação entre a ideia da presença colonial na metrópole e o seu carácter efetivo, uma questão fundamental para compreender a tragédia da administração colonial na ditadura salazarista.

No quadro da política nacional, as consequências não foram de menor peso. O descontentamento causado pelo Ultimato foi enorme, provocando manifestações coletivas contra os britânicos. Todavia, a raiva coletiva dirigia-se ao mesmo tempo na direção da monarquia, considerada a responsável primária pela subalternidade política e económica do país<sup>39</sup>. Nos meses que se seguiram ao Ultimato, os republicanos usaram a indignação coletiva para politizar a burguesia nacional, tentando um primeiro golpe com a revolução do Porto em 1891. O fracasso da insurreição não melhorou a situação da monarquia, contribuindo até para romantizar na cultura de massa a república, que se

---

<sup>38</sup> M. da Conceição Neto, “De Escravos a ‘Serviçais’, de ‘Serviçais’ a ‘Contratados’: Omissões, perceções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial”, in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 33, 2017, p. 117.

<sup>39</sup> F. Tavares Pimenta, op. cit., pp. 40-45.

instituía como a enésima semi-utopia da mitologia nacional. O governo foi obrigado a satisfazer algumas das ambições da burguesia, dando início às chamadas «campanhas de pacificação» com as quais Portugal ocupou militarmente o interior de Angola e Moçambique na década de 90.

Contudo, as difíceis condições socioeconómicas do país não melhoraram de repente: a população permanecia largamente pobre, analfabeta e politicamente alienada, enquanto a nova indústria nacional ficava significativamente subdesenvolvida em relação às outras nações europeias. A transição para o sistema capitalista-industrial, tão desejado pela burguesia liberal, não se traduziu num radical melhoramento das condições de vida da maioria rural da população. A classe agrícola sofreu importantes mudanças nessa tentativa de entrada no mercado livre europeu, tornando-se objeto da sobre-exploração do trabalho e emigrando em massa para o Brasil, sobretudo na última década do século.

Porém, as que sofreram as piores consequências socioeconómicas dessa transição capitalística foram as mulheres. Como relata de maneira muito aprofundada Silvia Federici, a deslegitimação da mulher foi um instrumento fundamental na transição europeia para o sistema capitalista entre os séculos XVI-XIX, um processo para o qual contribuíram de forma determinante a caça às bruxas, a divisão sexual do trabalho e uma difusão geral de estereótipos misóginos sobre a natureza da mulher e o seu papel social<sup>40</sup>. Em síntese, podemos dizer que objetivo dessa campanha secular contra as mulheres foi dúplice: criar um sistema socioeconómico que legitimasse a exploração do trabalho não retribuído; excluir o sujeito feminino do mercado de trabalho e da vida social e comunitária. O reino português, apesar da parcialidade e do atraso da sua transição capitalística, não foi exceção:

Através da legislação da época, o Código Civil que vigorou durante um século, de 1867 a 1966, as mulheres eram menorzadas, principalmente as casadas, que ficavam dependentes do chefe de família masculino e desvalorizadas na vida familiar, política e no mercado de trabalho.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> S. Federici, op. cit., pp. 240-58.

<sup>41</sup> V. Baptista; P. Marques Alves, “As Mulheres trabalhadoras em Portugal (1890-1970): as representações sobre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado numa perspetiva feminista”, in *Atas do IX Congresso Iberoamericano de Estudos de Género*, Mar de la Plata, 2019, p. 523.

O emprego feminino legalmente retribuído, que aumentou a nível nacional unicamente nas áreas urbanas de Lisboa e do Porto, foi objeto de um desmoronamento vertical na virada dos dois séculos, que se intensificou ainda mais no período salazarista, como iremos ver na terceira parte deste capítulo. O que é importante salientar, nesta altura, é que as raízes da segregação doméstica e da estandardização social da mulher portuguesa no século XX são já bem visíveis nas transformações políticas, económicas e socioculturais introduzidas pela burguesia liberal-republicana do século XIX. É também importante sublinhar que algumas mulheres, analogamente a quanto iria acontecer em números maiores na época da guerra colonial, seguiram os seus esposos para África no período imediatamente sucessivo às «campanhas de pacificação».

A situação de tensão nacional, que a monarquia tentou compensar com várias experiências de governos autoritários, intensificou-se na primeira década do século XX. O país politizado, essencialmente burguês, tinha perdido a confiança na administração régia, enquanto o atraso continental crescia em virtude da lentidão da industrialização nacional. O descontentamento crescia com a mesma rapidez nas colónias africanas, onde a nova elite burguesa branca lamentava a falta de investimento estatal na construção de infraestruturas. Na época da transição da monarquia para a república, a classe média nacional e as elites coloniais constituíam de facto um fronte único – tanto a nível de reivindicações económicas como de ideologia colonial – que favoreceu uma renascença das aspirações republicanas na segunda metade da década. A segunda onda republicana, apesar dos proclamas de igualdade social, não se distanciou muito do plano da geração sucessiva à Regeneração. Como resume eficazmente Pimenta:

*In termini ideologici, il repubblicanesimo portoghese fu caratterizzato da un nazionalismo esacerbato di tipo imperialista, che vedeva nella costruzione di un nuovo Impero coloniale il destino storico del Portogallo, così come da un forte anticlericalismo, motivato dall'adesione ai principi dello scientismo e del positivismo. Secondo i repubblicani, la Chiesa cattolica era il principale sostegno della monarchia ed uno dei maggior responsabili dell'arretramento politico, culturale ed intellettuale del Paese.<sup>42</sup>*

---

<sup>42</sup> F. Tavares Pimenta, op. cit., p. 46.

Parece já evidente aquela que será uma das diferenças-chave entre o movimento republicano de início do século e o Estado Novo, ou seja, o elemento religioso. Enquanto Salazar fez um amplo uso do imaginário cristão no seu regime e teve o apoio das maiores instituições da igreja nacional e continental, a onda republicana que levou ao fim da monarquia foi um movimento essencialmente anticlerical e maçónico. Essa diferença reflete-se também na ideologia colonial dos dois governos. A este respeito, seria ingénuo pensar no governo salazarista como na fonte primária de todas as tensões – nacionais e coloniais – ligadas à economia interna e à gestão dos territórios africanos: na realidade muitas das criticidades sociopolíticas desenvolveram-se no período da monarquia liberal e da primeira república, mas foi a gestão alienada e alienante das mesmas a caracterizar o período da ditadura. Outro erro seria pensar no primeiro período republicano de Portugal nos termos de uma realidade sociopolítica radicalmente progressista. Vale a pena, a esse propósito, citar novamente Pimenta:

Il punto forse più radicale del programma repubblicano era la difesa del suffragio universale, ma una volta al potere il repubblicanesimo lo rinnegò. Benché denunciasse sulla stampa le disuguaglianze e le ingiustizie sociali che caratterizzavano la società portoghese, il repubblicanesimo non mise mai in causa il sistema capitalista, né tanto meno auspicò una redistribuzione della ricchezza a favore delle classi svantaggiate. [...] Per questo, il repubblicanesimo mai favorì una qualche forma di socializzazione – ed ancor meno di statalizzazione – dei mezzi di produzione e nemmeno difese una redistribuzione della proprietà fondiaria a favore dei contadini.<sup>43</sup>

Ainda que o terremoto político e ideológico causado pelo Ultimato britânico tenha sido determinante para decretar o fim da monarquia e criar uma mitologia da república, as pretensões messiânicas da burguesia não se traduziram no império sonhado quando, em 1910, se instaurou o primeiro governo republicano. As dificuldades da recém-nascida república foram enormes e constantes, ditadas por uma persistente divisão interna ao governo, devido às reivindicações egoísticas das várias franjas políticas. Apesar da instituição de algumas relevantes inovações legislativas – como a introdução da lei sobre o divórcio, a introdução de um novo hino e da bandeira nacionais, legalização do direito

---

<sup>43</sup> Ivi, p. 47.

de greve – a situação interna deteriorou-se rapidamente, pois a industrialização nacional, promovida pelos republicanos, não reduziu o atraso de Portugal em relação às outras potências europeias. Outro problema que não se resolveu foi a emigração para o Brasil. Para manter a sua hegemonia nacional, as elites republicanas nunca concederam o direito de voto à população analfabeta, que antes de 1930 constituía aproximadamente 60-70% do país<sup>44</sup>. Os camponeses, que eram uma parte consistente desse grupo demográfico, continuaram, portanto, a viver na miséria, sujeitos à alienação política e vítimas da sobre-exploração capitalista da classe dirigente. A fuga em direção da ex-colónia continuou a ser a solução preferida do proletariado lusitano nas primeiras décadas do século, abrindo o crescimento demográfico do país e comprometendo a acumulação de força de trabalho necessária ao novo sistema capitalista. Um dos outros fatores de constante tensão foi o deterioramento das relações com as colónias africanas. A burguesia nacional e as elites brancas em África, que constituíram uma importante frente unida capitalista na época das campanhas de pacificação, entraram gradualmente em conflito, enquanto o país pretendia um crescente retorno económico de África sem investir nas infraestruturas reclamadas pelos colonos que, ao mesmo tempo, desejavam uma maior independência comercial e administrativa da metrópole.

As dificuldades da administração republicana aumentaram exponencialmente quando, em 1916, Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial ao lado de Inglaterra e França. A motivação da entrada no conflito foi dupla: o perene desejo da administração burguesa de obter um melhor reconhecimento internacional; as repetidas invasões alemãs dos territórios portugueses em África, eco daquela luta pela supremacia europeia no continente ativa por cinquenta anos. As consequências dessa decisão foram desastrosas. O agravamento da crise económica exacerbou o êxodo das classes populares e atingiu até mesmo a burguesia, na qual as fraturas internas se amplificariam de mês para mês. A tensão colonial em África explodiu e alcançou um ponto de não retorno, originando vários confrontos armados entre os colonos brancos e as instâncias da administração colonial portuguesa, reivindicações que se acalmaram só em 1921 com a concessão de uma ampla liberdade administrativa a Angola e Moçambique.

Esse clima de tensão interna e externa, o fracasso na instauração de um sistema industrial competitivo no mercado capitalista ocidental, a emigração de massa, a queda

---

<sup>44</sup> Ivi, p. 65.

do mito de um terceiro império colonial português, foram todos elementos importantes para alimentar uma progressiva e irreversível desconfiança coletiva da classe média contra a república, criando uma separação entre os defensores da administração republicana e a multidão – da qual faziam parte os militares – que queria outra forma de governo. Essa aspiração concretizar-se-ia no regime ditatorial de Salazar.

Apesar das inegáveis melhorias técnicas nas condições da vida urbana, a modernização do século XIX não resolveu os problemas económicos de Portugal nem sarou o trauma identitário da independência do Brasil, amplificando a ferida com uma obsessão para a África que viria a ser determinante em decretar o fim de uma monarquia, uma república e uma ditadura. Como pontualizado no primeiro parágrafo, pode-se observar na evolução do colonialismo lusitano e dos seus modelos de atuação a contínua alternância entre fases de alimentação de uma mitologia da sua «alteridade» e inocência, na qual a semi-subalternidade continental é vocação a ser centro de um império de carácter onírico, e fases de consciência histórica da fragilidade continental, na qual a semi-subalternidade é catalisadora para vários processos de europeização.

No período da monarquia liberal e da primeira república esse processo de uniformização continental traduziu-se na tentativa de importação nacional do capitalismo industrial e na exportação colonial do modelo “civilizador”, baseado na hierarquização racial/social. Embora esse dúplice projeto tenha fracassado – ou não se tenha concretizado de maneira completa – pelas razões evidenciadas, as consequências no plano social foram enormes, porque a consolidação da nova episteme capitalista/civilizadora favoreceu a normalização da exclusão social baseada na hierarquia de classe, de género e de raça, as vítimas da qual foram sobretudo os/as nativos/as na África e as mulheres na metrópole. Outra consequência no plano colonial, como referido acima, foi o nascimento de uma difração entre a realidade económica e social das colónias e a consideração doméstica das mesmas, que criou, de facto, duas identidades coloniais distintas. Como se verá no a seguir, a (des)consideração dessas problemáticas pelo regime salazarista seria um ponto fundamental no desencadeamento dos eventos que levaram à guerra colonial.

### **I.3 Dinossauros (excelentíssimos) e fantasmagoria ditatorial**

Se o século XIX e os anos do governo republicano podem ser considerados uma autêntica revolução liberal e anticlerical, alimentada por uma ambição fundamentalmente europeísta, os longos anos do governo militar/salazarista representaram, de facto, uma espécie de contrarrevolução, que subverteu completamente a ordem política, social e ideológica de Portugal. Não se tratou simplesmente de um contrário político – reacionário e conservador – do republicanismo, mas da sublimação máxima daquela alternância de fases identitárias intrínseca ao país e à sua dimensão conjunta de Próspero e Caliban. Se considerarmos a questão em termos psicanalíticos, a monarquia liberal e a primeira república podem ser tidas como uma fase de autognose disfórica e realista, caracterizada pela consciência da própria fragilidade ôntica, à qual se seguiu um período de hipertrofia ontológica<sup>45</sup> que exacerbou o elemento mítico-cristão na reconstrução identitária do país. Foi um período que, sobretudo, assumiu a «alteridade» histórica de Portugal como paradigma interpretativo da administração política, colonial, económica e social. Nas páginas que se seguem apresentar-se-á uma análise das duas «alteridades» políticas do Estado Novo, para passar, num segundo momento, à «guerra à mulher» e à idealização colonialista.

Terminada em 1933 o breve parêntese militar – aliás, oficialmente militar – o professor António de Oliveira Salazar, já ministro da economia na recente administração, assumiu a guia do estado português, encarregado de conduzi-lo na transição rumo a um novo modelo de república, que suplantasse as administrações anteriores e salvasse o país da crise económica e colonial. A primeira alteridade que iremos considerar é, portanto, aquela do Estado Novo em relação ao velho governo, o seu ser uma república “outra”. Se a primeira república portuguesa, bem como a monarquia liberal que a precedeu, foi um projeto essencialmente modernista e colonizador – que abraçou ideais positivistas e laicos só no período da corrida a África – o Estado Novo foi, em vários aspetos, o seu contrário. O projeto liberalista de enriquecimento dos pequenos investidores e de industrialização nacional foi progressivamente desacelerado, transformando o país numa realidade corporativa e agrícola. Foi, num primeiro momento, uma estratégia eficaz a nível de economia nacional, que se revelou válida por duas razões principais: pôs-se como

---

<sup>45</sup> R. Vecchi; V. Russo, op. cit., p. 618.



limitação adicional à emigração nacional, que abrandou drasticamente; afastou o país do mercado capitalista continental, favorecendo a venda dos produtos da pequena indústria do país, que, apesar dos esforços do meio século antecedente, permanecia tangivelmente subdesenvolvida.

Outra questão que mudou de maneira determinante foi a gestão das relações económicas e diplomáticas com as colónias africanas. Com efeito, já no período militar o governo se aventurara a subverter a autonomia comercial e administrativa garantida às colónias na década anterior. Em 1930 Salazar, na época unicamente ministro da economia, elaborou e sucessivamente promulgou o «Ato colonial», graças ao qual limitou fortemente a liberdade das elites brancas africanas:

L'Atto coloniale affermò l'unità della Nazione portoghese, consacrò la designazione di Impero coloniale portoghese e confermò il colonialismo come parte della «essenza organica della Nazione portoghese». [...] Il punto III dell'Atto coloniale – il «Regime politico ed amministrativo» – eliminò la fragile decentralizzazione repubblicana, rafforzando i poteri di controllo del governo portoghese, in particolare del Ministro delle Colonie. Allo stesso tempo, soppresse la carica di alto commissario e rispolverò l'antica formula governativa rappresentata dal governatore generale. [...] Furono eliminati tutti gli organi elettivi di rappresentazione politica e gli stessi corpi municipali passarono ad essere nominati dal potere centrale. A livello economico, il punto IV dell'Atto coloniale – «Garanzie economiche e finanziarie» – subordinò, categoricamente, gli interessi economici delle colonie a quelli della metropoli. Per esempio, il bilancio generale dell'Angola (e degli altri possedimenti coloniali) passò a dipendere definitivamente dall'approvazione del ministro delle Colonie e fu espressamente proibita la contrazione di prestiti con Paesi stranieri. [...] Quindi, l'Atto coloniale dotò Salazar degli strumenti politici necessari per imporre la pacificazione politica dell'Angola, conferendo tutti i poteri al Ministero delle Colonie.<sup>46</sup>

A intervenção de Salazar colocou, na prática, as bases de uma espécie de restauração do antigo «pacto colonial» da época da colonização americana, um sistema que limitava fortemente as liberdades administrativas e comerciais das elites da colónia. Significativas neste sentido foram as disposições que proibiam a importação de produtos

---

<sup>46</sup> F. Tavares Pimenta, op. cit., p. 92.

estrangeiros, limitavam a exportação de produtos locais e incentivavam a entrada de produtos da metrópole. Tratou-se de uma das declinações da tentativa de transformar sobretudo Angola num segundo Brasil, uma visão que se tornaria preponderante no colonialismo salazarista. As consequências da nova regulamentação foram desastrosas para as elites locais, resultando não só no aumento da insatisfação geral e das tensões sociais, mas também em várias manifestações de colonos sufocadas no sangue.

Outro importante sinal de descontinuidade foram as relações oficiais do regime com a igreja católica. Enquanto a primeira república tinha sido um movimento essencialmente maçónico e anticlerical, que via na influência do cristianismo um obstáculo – ideológico e económico – à modernização do país, o Estado Novo considerava a igreja católica um elemento fundamental do seu projeto nacional, garantindo-lhe um lugar de destaque nos interesses governativos e promovendo um plano de educação cristã da população. Vice-versa, a igreja católica, nacional e continental, foi determinante na sua ação de domesticação dos interesses políticos da população e na sua defesa do carácter civilizador/evangelizador da presença portuguesa em África.

O salazarismo foi, em segundo lugar, um fascismo “outro”. Sendo um regime ditatorial nascido na década de 1930, foi longamente – e naturalmente – confrontado com os governos de Itália, Alemanha e Espanha. Houve uma extensa discussão académica, nas últimas décadas do século XX, sobre a natureza política do governo salazarista, na qual prevaleceram duas visões: de acordo com a primeira<sup>47</sup>, dominante no período imediatamente sucessivo ao 25 de Abril, o Estado Novo foi um regime inequivocamente fascista; para a segunda, validada por historiadores como António Costa Pinto<sup>48</sup>, tratou-se de um regime fundamentalmente autoritário, mais próximo dos governos da Áustria e dos estados da Europa oriental. Embora a segunda opção seja hoje a mais creditada, é inegável que a inspiração fascista foi, sobretudo nos anos antecedentes à Segunda Guerra Mundial, um elemento presente na realidade política do país. Dos regimes fascistas certamente teve o aparelho repressivo, tanto a nível de controlo da imprensa como de “administração” dos dissidentes, atividade na qual agiu a mão fria e letal da PIDE, o corpo policiário especial instituído em 1933. Os agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, que oficialmente se ocupavam de questões ligadas à imigração e à emigração,

---

<sup>47</sup> Cfr. S. Woolf, *Il fascismo in europa*, Roma-Bari, Laterza, 1984.

<sup>48</sup> Cfr. A. Costa Pinto, *Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

foram efetivamente o braço armado do regime, um instrumento de tortura e morte responsável pelo desaparecimento de inúmeros “inimigos” da nação. Da Itália de Mussolini, em particular, Salazar herdou a subdivisão corporativa do trabalho, mas nunca impulsionou com convicção a instituição de organizações políticas juvenis. A motivação é simples, mas nela – e na importância do catolicismo, igualmente protagonista na Espanha de Franco – reside a «alteridade» do fascismo português.

O fascismo e o nazismo, os dois grandes totalitarismos de direita do século XX, basearam a sua força política na movimentação da população, exasperada pelas crises económicas que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. A politização das massas nunca foi um objetivo do Estado Novo e todas as intervenções estatais – contra os comunistas, contra as mulheres, contra os colonos – deverão, portanto, ser interpretadas numa ótica de preservação do *status quo*. O objetivo sempre foi o de preservar aquela “apatia” nacional que mencionámos em relação ao século XIX, educando a população a uma cultura baseada na igreja e no trabalho (masculino), mantendo-a essencialmente desinteressada pelas questões políticas.

A figura do chefe do estado, por esta razão, foi igualmente peculiar. Salazar não foi um orador de praça em uniforme que agia no clamor da multidão, mas manteve a imagem de professor taciturno e incansável construída no período como ministro da economia, agiu como um burocrata kafkiano, invisível e oprimente, que controlava tudo sem mostrar-se muito. Na edificação desse imaginário do homem comum, quase um «mártir» do trabalho, participou a máquina propagandística do regime, cujo homem de ponta foi António Ferro. As entrevistas de Ferro a Salazar, publicadas nos jornais e sucessivamente em volume em 1933, dão-nos vários exemplos desse processo de mistificação. Falando de Salazar na introdução, Ferro pronuncia-se desta forma:

Né una crepa, né una debolezza. [...] Nessuno lo ha mai visto per strada, in un teatro, a una festa. Si sarebbe detto che dirigesse gli affari dello stato dal fondo di una garitta, o dal fondo di una cella... E poco per volta, l'ironia, la rivolta, l'odio si sono man mano dissolti per trasformarsi in un'ammirazione, forse fredda, ma rispettosa e giusta. [...] E che fa il dott. Salazar? Che fa Salazar? La stessa cosa che fece, esattamente, quando assunse l'incarico del Dicastero delle Finanze. Guarda in giro, senza turbarsi di questa

impazienza, e ricomincia tranquillamente le sue quattro operazioni: addizionare, sottrarre, moltiplicare, dividere.<sup>49</sup>

A inteira publicação é uma atenta obra de (anti)espectacularização propagandística, na qual o diálogo entre Ferro e Salazar se configura como uma racionalização da abolição dos partidos, da censura e da violência policiária. O que é interessante constatar é que, em várias circunstâncias no ciclo de entrevistas, o fascismo italiano e a liderança de Mussolini são tomados como modelos de ação política, com Ferro que fomenta explicitamente uma gestão nacional análoga, com uma liderança forte e presente nas praças. Embora se trate de uma das várias estratégias narrativas utilizadas pelo experiente jornalista, o que transparece nitidamente no texto é o camaleonismo político de Salazar que, no seu silêncio frio e calculador, aproveitou ao máximo as tendências e as reivindicações das elites da época – a «fascistização» formal do regime na década de 30, com pompas militares e esboços de corporativismo político – sem, de facto, dar poder a ninguém. Apesar do carácter fantasmático da sua presença pública e da ausência de uma liderança chamativa, Salazar não foi, na prática, menos absolutista e ditatorial dos seus colegas da época; foi o fautor de um fascismo “outro”, que promulgava uma ideologia antipositivista e apartidária e que trabalhava contra a politização das massas.

Como pontualiza Tavares Pimenta, o carácter definidor do Estado Novo, a nível económico e político, pode ser considerado a sua extenuante defesa do *status quo* nacional, entendido como o conjunto de condições criado, entre 1926 e 1933, pela administração militar da qual Salazar foi o ministro da economia. A nível social, tanto na nação como nas colónias, houve um regresso planificado ao passado, que acabou por ignorar – ou até piorar – as tensões sociais já presentes no fim da época republicana. Nessa obra nostálgica foi determinante a declinação moderna da ética católica da época dos heróis ultramarinos, que se sublimou num retorno à noção de unicidade lusitana como de povo «espiritualmente eleito»:

La reintegrazione della nazione portoghese nel proprio destino storico implicava non solo il ritorno alle unità organiche (la famiglia) e sociali (le gilde), ma anche la valorizzazione dell'esperienza di vita cristiana. Nei suoi discorsi, Salazar torna numerose volte su questo

---

<sup>49</sup> D. Serapiglia, *Il fascismo portoghese. Le interviste di Ferro a Salazar* (formato digital), Bologna, Pendragon, 2014, pp. 44-46.

tema fondamentale: solo un'autentica e fertile vita spirituale è in grado di garantire l'ordine politico, l'equilibrio sociale e il progresso economico.<sup>50</sup>

Nesta obra de catequização popular e de remodelação católica da ordem patriarcal, as que sofreram as piores consequências a nível de liberdade social foram as mulheres, cuja posição no mundo português tinha progressivamente enfraquecido já a partir da época da monarquia liberal e da transição para o sistema capitalista industrial. Numa apresentação sobre o emprego feminino em Portugal nos séculos XIX-XX, Virgínia Baptista e Paulo Marques Alves dão-nos um eficaz quadro estatístico deste processo:

Verificámos que a nível nacional as mulheres, em 1890, eram 36,4% da população ativa, percentagem que decresceu para o mínimo de 18,1% em 1960, para subir para 24,1% em 1970. Aparentemente, a partir do final do século XIX, as mulheres retiraram-se para a esfera doméstica. [...] Na realidade esta situação explica-se essencialmente pela ideologia burguesa, do início do século XX, que remetia as mulheres para o lar, como «domésticas». Deste modo, muitas mulheres trabalhando na agricultura, em oficinas domésticas, no comércio familiar, na confeção de costura ou de alimentos, no domicílio, foram inseridas em grupos demográficos não exercendo trabalho remunerado ou vistas como auxiliares do chefe de família, não sendo o seu trabalho contabilizado nos Recenseamentos da População. [...] Depois da estabilidade na percentagem das mulheres ativas até 1930, as taxas regredem até 1960. Confirma-se a saída das mulheres do mercado de trabalho, ocorrida nos regimes autoritários, entre as duas Guerras Mundiais, devido à conceção ideológica que colocava a mulher em casa cuidando do bem-estar da família, como salientaram Anne Cova e António Costa Pinto (Cova, 1997).<sup>51</sup>

Essa visão é ainda mais explícita nas palavras do chefe do Estado, que numa das entrevistas mencionadas acima com António Ferro, pressionado sobre o papel das mulheres na nova sociedade portuguesa, declara que:

Nei paesi e nei luoghi nei quali la donna maritata concorre al lavoro dell'uomo nelle fabbriche, negli opifici, negli uffici, nelle professioni liberali l'istituto della famiglia, che noi consideriamo come la pietra fondamentale di una società bene organizzata, minaccia

---

<sup>50</sup> M. Eliade, *Salazar e la rivoluzione in Portogallo*, Milano, Edizioni Bietti, 2013, p. 229.

<sup>51</sup> V. Baptista; P. Marques Alves, op. cit., pp. 527-28.

rovina... Lasciamo, dunque, l'uomo a lottare con la vita fuori, nella strada... E la donna a difenderla, a portarla nel suo seno, nell'interno della casa... In fondo, non saprei dire quale delle due sia la parte più bella, mais elevada e mais utilidade...<sup>52</sup>

Por trás de uma pseudojustificação de ordem natural – “orgânica”, nas palavras de Mircea Eliade – escondia-se um projeto sociopolítico bem definido, que via nas corporações masculinas de trabalhadores o futuro económico do país e na família tradicional<sup>53</sup> católica o meio de preservação e difusão do novo ideal nacional. Exatamente na fé católica e nas suas instituições o regime encontrou um precioso aliado ideológico, enquanto duas encíclicas papais – *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931) – tomaram explicitamente partido contra o trabalho assalariado feminino, justificando a subdivisão sexual do trabalho em função da prototípica figura da mãe/guardiã do lar.



Figura 1 – Cartaz de propaganda salazarista<sup>54</sup>

Numa análise comparativa sobre o papel da mulher nas sociedades da Europa meridional, Anne Cova e António Costa Pinto sublinham como a publicitação da “domesticação” das mulheres foi uma tendência comum a Itália, Espanha e Portugal no século XX e, em particular, na década de 30. Eles reconhecem na crise económica sucessiva à Grande Depressão um dos fatores contingentes dessa exclusão das mulheres

<sup>52</sup> D. Serapiglia, op. cit., p. 181.

<sup>53</sup> Na sua publicação *Calibano e la strega. Le donne, il corpo e l'accumulazione originaria*, Silvia Federici demonstra eficazmente que a família tradicional é uma construção do Renascimento e da época da transição europeia para o colonialismo (séculos XVI-XIX).

<sup>54</sup> <https://estatuadesal.com/2018/10/18/a-guerra-colonial-e-a-ditadura-salazarista>

– especialmente as casadas – do mercado do trabalho, à qual se pode acrescentar a luta dos governos fascistas contra os movimentos feministas iniciados nos alvares do século. O salazarismo não foi exceção, configurando-se como um regime particularmente severo em relação às possibilidades de acesso das mulheres a trabalhos fora do setor produtivo e do ensino, possibilidades que eram em qualquer caso excluídas às que casavam.

As oportunidades de trabalho não eram de facto excluídas às mulheres solteiras, as quais, no entanto, por causa da enorme pressão social e da educação familiar promovida pelo regime, eram uma minoria, frequentemente utilizada como elemento de confutação da intrínseca misoginia do regime. Apesar das mínimas concessões ao longo dos anos, o que o salazarismo promoveu foi uma visão vinculante do papel da mulher na sociedade, uma construção social, na ótica do chefe do Estado, absolutamente necessária para a atuação do seu projeto político e para manter o controlo do corpo feminino:

O regime criara, desta forma, uma ideologia de apelo doméstico, na qual se valoriza a família, o casamento, a religião e o chefe de família [...] Esta ideologia, repressora de uma sexualidade livre e sem preconceitos, era fomentada pela ignorância e pelo catolicismo. Nesse sentido, também o poder era uma fonte de repressão sexual, estabelecida não só juridicamente, mas igualmente nos atos discursivos dos responsáveis pelo regime. O autoritarismo estendia-se à sexualidade, em particular à sexualidade feminina. Os seus tentáculos opressivos mantinham, assim, não apenas privilégios económicos, mas igualmente privilégios sexuais. O fascismo é, por conseguinte, a expressão de um autoritarismo que não exclui a submissão sexual, apelando ao mito feminil da mulher passiva, submissa e recatada. A este, junta-se o mito da infância, no qual a mulher é esposa obediente e mãe instintiva.<sup>55</sup>

É interessante observar nas políticas femininas e no imagético de uma ditadura restauradora, e sob muitos pontos de vista adversa ao liberalismo capitalista da primeira república, a prossecução daquela canonização da subalternidade feminina típica das sociedades capitalistas, que nos séculos anteriores tinha gradualmente transformado a mulher num instrumento de reprodução e numa fonte de trabalho não retribuído, como podem demonstrar as estatísticas sobre o emprego feminino há pouco referidas. O Estado

---

<sup>55</sup> A. Saldanha, “Narrativa Portuguesa Pós-Revolução: os Autores Mulheres e as Novas Representações Sociais”, in *FronteiraZ*, n.º 12, 2004, pp. 145-46.

Novo estava tão preocupado com a normalização dessa domesticação da mulher que atuou um verdadeiro plano de reeducação nacional, dedicando-se à construção de exemplos de boas práticas através da instituição de várias organizações femininas de regime. Nessa maquinação pedagógica deve ser considerada também a atenção salazarista para o ensino escolar, que não se configurou como um esforço concreto para corrigir a taxa de analfabetismo – no quadro ditatorial da preservação do *status quo*, uma população largamente analfabeta e politicamente desinteressada era preferível – mas como uma uniformização na educação dos ideais masculinos e femininos, baseada nos princípios de «Deus, Pátria, Família, Trabalho». Como resume eficazmente Ana Paula Ferreira, no plano salazarista as mulheres foram ao centro de um complexo projeto de canonização da própria «alteridade», que determinou – e delimitou – o espaço delas na sociedade:

The publication of numerous essays and doctrinaire texts on womanhood is concurrent with the Estado Novo's attempts to impart a measure of feminine authority on a programme of national rebuilding that in many ways depended on the successful internalization of the belief in a feminine 'natural' difference. Again, this current is not a Fascist invention, nor simply a result of institutions created by Salazar. As mentioned before, it represents an ideologically invested appropriation of an older discursive tradition, most notably issuing from the deliberations of (Republican) feminists regarding women's function in national salvation. To this end, women must be domesticated into the role of not only selfless wife-mothers but, most significantly, of pedagogues of nationalist values. Hence the importance of specifying the content and range of feminine education and of circumscribing feminine cultural practices, such as the domestic arts, history, ethnography and moralistic literature.<sup>56</sup>

Não é por acaso que uma das primeiras intervenções “femininas” do Estado Novo foi no contexto de um setor – o ensino – que tinha experienciado no período entre as duas guerras uma crescente feminização profissional, que atingira 76% em 1940<sup>57</sup>. Na segunda metade da década de 30, o Ministério da Educação Nacional instituiu a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), duas

---

<sup>56</sup> A. P. Ferreira, “Home Bound: The Construct of Femininity in the Estado Novo”, in *Portuguese Studies*, n.º 12, 1996, pp. 141-42.

<sup>57</sup> A. Cova; A. Costa Pinto, “O Salazarismo e as Mulheres. Uma Abordagem Comparativa”, in *Penélope*, n.º 17, 1997, p. 81.



organizações que, analogamente ao Movimento Nacional Feminino (MNF), constituíram o carro-chefe da propaganda feminina do regime salazarista e foram importantes instrumentos nesta guerra silenciosa às mulheres.

O objetivo primário da OMEN, cuja inspiração primária foi a italiana Opera Nazionale per la protezione della Maternità e dell'Infanzia (ONMI) instituída por Mussolini em 1926, era substancialmente a defesa e promoção da maternidade e da educação familiar nacional. Falando da estrutura da organização e das suas finalidades, Cova e Costa Pinto afirmam que:

A OMEN englobava um pequeno núcleo de mulheres devotas a Salazar e ao seu regime. As suas patronas e dirigentes eram figuras da elite social de Lisboa, por vezes da aristocracia, e a componente católica era dominante. O decreto que criou a OMEN definia-a como uma associação que pretendia «estimular a ação educativa da família e assegurar a cooperação entre esta e a escola, nos termos da Constituição». O seu regulamento apontava como objetivos da organização: «orientar as mães portuguesas para bem criarem os filhos», inculcando-lhes noções de higiene e puericultura; estimular «a educação familiar»; favorecer o «embelezamento da vida rural e o conforto do lar como ambiente educativo».<sup>58</sup>

Depois de uma fase inicial de vida ligada ao âmbito educativo, a OMEN, com a instituição da MPF, passou a ser o principal instrumento governativo de assistência e propaganda no meio rural, onde colaborou ativamente no estabelecimento do estereótipo da camponesa «feliz, católica e doméstica»<sup>59</sup>. Além disso, a organização foi ativa sobretudo no âmbito recreativo, instituindo concursos, festividades e prémios destinados à celebração da mãe e da família tradicional. Dois exemplos são a organização anual da Semana das Mães e a premiação das famílias numerosas, nomeadamente as que tinham pelo menos cinco filhos e um casamento católico celebrado na igreja.

A Mocidade Portuguesa Feminina, que nasceu um ano depois da OMEN pelas mãos do mesmo grupo dirigente, concentrou a sua influência no âmbito da juventude escolarizada, com o objetivo declarado de formar «mulheres cristãs e Portuguesas» através de uma educação substancialmente moral e religiosa. Se a finalidade da Mocidade

---

<sup>58</sup>Ivi, p. 82.

<sup>59</sup>Ibid.

Portuguesa (MP) era a de educar os jovens homens ao nacionalismo corporativista, a da MPF era, de maneira especular, a de educar as mulheres à vida no lar:

A educação nacionalista, mais importante, evidentemente, no sector masculino, era aqui quase integralmente substituída pelo culto às rainhas medievais portuguesas, nomeadamente D. Leonor, fundadora das organizações de assistência, e pelo culto mariano. A «economia doméstica», noções de higiene e enfermagem, bem como «a ciência das mães — a mais útil das ciências para a família e para a Pátria», constituíam o fundamental da sua formação.<sup>60</sup>

Sendo a escolarização feminina na época um fenómeno essencialmente urbano, a intervenção principal da MPF, sobretudo a partir dos anos 50, foi a sua tentativa de afastar as jovens mulheres da vida política do país e, sobretudo, das tendências antiditatoriais – feministas, socialistas, comunistas – que tinham uma maior possibilidade de difusão nas cidades. Paradoxalmente, apesar da ordem conservadora da organização, foi nas escolas presidiadas pela MPF que se formaram algumas das mulheres determinantes nos movimentos feministas e no Portugal pós-25 de Abril, como Maria de Lourdes Pintasilgo, única mulher primeira-ministra (1979-80) na história do país. Uma possível explicação para tal reside no facto que, tendencialmente, para as filhas das famílias urbanas foi preferida por muito tempo a imposição de uma formação escolar privada, administrada pelas instituições locais da igreja católica.

Nesta ação coletiva de marginalização doméstica das mulheres foi de facto determinante a influência da igreja católica, que não só se revelou uma preciosa aliada política do regime, mas instituiu também organizações femininas complementares àquelas do estado, entre as quais podemos relembrar a Juventude Católica Feminina (JCF) e a Liga de Ação Católica Feminina (LACF). Houve, sobretudo, uma forte participação feminina na Ação Católica Portuguesa (ACP) que, criada em 1933, se instituiu como a principal organização católica de Portugal durante o regime salazarista. Para fornecer um breve quadro estatístico, em 1960 a ACP contava 95 mil membros, 76% dos quais eram mulheres<sup>61</sup>. A nível ideológico, os objetivos dessas organizações não eram diferentes dos da OMEN ou da MPF, propondo uma focalização até mais forte no elemento moral e

---

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> Ivi, p. 85.

cristão na formação e na «natureza» feminina. A complementaridade entre as associações é só um dos vários exemplos da profunda união ideológica entre estado e igreja no período do Estado Novo, uma sinergia ideológica cujo emblema é o culto da Virgem de Fátima, e configurou-se na tríplice missão de confinar as mulheres à vida doméstica, afastar a população da política, legitimar um retorno a um modelo de colonialismo “manuelino”. Não é por acaso que, a partir dos anos 50, às tensões nacionais ditadas pela radicalização política dos movimentos estudantis se seguiram em breve tempo criticidades na esfera colonial, que culminaram com a tragédia da guerra, na qual as várias formas de participação feminina – tanto como a importância daquelas que «ficaram» – são frequentemente esquecidas, ainda que determinantes na elaboração ideológica do trauma do conflito e na definição do destino democrático de Portugal.

Nas crescentes mobilizações políticas e sociais da década de 50 participaram algumas das formações feministas ativas desde a época da primeira república; é interessante, a esse propósito, observar a abordagem salazarista do fenómeno. Tomado o poder em 1933, o Estado Novo não criminalizou a principal organização feminista, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) nascido em época republicana, mas atenuou a sua esfera de influência de maneira tangível, permitindo, de facto, só a publicação do boletim da associação e a moção de petições que, no ambiente governativo, ficaram ultimamente ignoradas. Além disso, Cova e Costa Pinto notam, nos primeiros anos do regime, uma substancial ausência de ação no CNMP, que se inverteria radicalmente no período sucessivo à Segunda Guerra Mundial:

Com uma margem de manobra muito restrita, o CNMP não hostilizou a organização oficial de mulheres e viu mesmo na chegada das primeiras deputadas salazaristas «um passo notável na marcha das reivindicações femininas». [...] Mas, a partir de 1944, o Conselho revitalizou-se e alargou bastante a sua organização. Maria Lamas foi eleita presidente em 1945, e um grupo de jovens estudantes universitárias antissalazaristas aderiu à associação. Retomaram-se então os contactos internacionais e criaram-se núcleos socioprofissionais, visando aumentar a sua penetração social. As diminutas 200 associadas dos anos 30 eram já 2 mil em 1944, com várias delegações distritais a serem abertas na província.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> Ivi, p. 87.

Essa mudança de atitude concretizou-se em iniciativas socioculturais desaprovadas pela administração do estado, transformando o silêncio hostil em flagrante censura. A gota de água que fez transbordar o copo da tolerância ditatorial foi a organização, em 1947, de uma exposição internacional de livros escritos por mulheres, que resultou no encerramento forçado do CNMP e na denúncia, por mão da igreja católica e da imprensa nacional, do carácter anti governativo da associação, acusada também de fazer propaganda comunista<sup>63</sup>.

A preocupação das instituições salazaristas com o comunismo, e sobretudo com a participação feminina no movimento, foi uma constante durante todo o regime ditatorial. Para a ideologia salazarista a adesão das mulheres à ideologia comunista e aos movimentos operários representava, de facto, uma ameaça total, capaz de evidenciar as grandes criticidades estruturais do regime e de subverter a fundação do Estado Novo. A este respeito, as preocupações principais do regime eram três: a reivindicação de um salário paritário entre homens e mulheres<sup>64</sup>, eventualidade que não só podia resolver a disparidade económica de género, mas também incentivar, na ótica ultraconservadora do governo, um aumento da participação das mulheres em trabalhos «masculinos» e uma diminuição dos casamentos; a possibilidade de infiltração de outras ideologias, antissalazaristas, na esfera familiar, com o risco de uma possível corrupção intelectual das gerações futuras; o poder comunitário, ou seja, de criar comunidades, das mulheres que, limitado na sua declinação católico-maternalista pelas instituições do estado, tinha agora a possibilidade de tornar-se num catalisador para a politização antissalazarista das massas.

Vale a pena sublinhar que os problemas de oposição à política socioeconómica e colonial do regime aumentaram exponencialmente nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, um período no qual a ineficácia do modelo patriarcal-corporativo do Estado Novo se tornou gradualmente mais evidente para a população e no qual as tensões africanas se intensificaram radicalmente.

Nesta altura, as mulheres tiveram um papel importantíssimo na crescente formação de movimentos de oposição, sobretudo a nível estudantil. É graças a figuras políticas como Maria Lamas e Virgínia Moura e a escritoras como Augustina Bessa-Luís, cujo

---

<sup>63</sup> Ibid.

<sup>64</sup> O salário feminino na época do Estado Novo era, a paridade de trabalho, aproximadamente a metade daquele dos homens. Cfr. <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-ideal-feminino-do-estado-novo/>

romance *A Sibila*, publicado em 1954, é uma obra importante de denúncia social, que se criou, a nível nacional, uma imagem e uma consideração alternativas da mulher portuguesa, em direta contraposição com o modelo instituído pela igreja e pelo estado:

Os movimentos e comissões feministas criaram, portanto, as condições para que, gradualmente, o imaginário e consciência sociais mudassem de rumo. À imagem da mulher submissa é contraposta a imagem da mulher trabalhadora, à imagem da esposa e beata é contraposta a imagem da militante. [...] Esta alteração gradual simbólica ganhou um novo alento a partir dos anos cinquenta e, sobretudo, dos anos sessenta, momento a partir do qual se assiste a um crescimento quer do número de mulheres que frequentam cursos superiores, quer do número de mulheres que assumem responsabilidades políticas.<sup>65</sup>

Essa contraposição imagética influenciou também o discurso oficial das entidades governativas e da igreja católica, na qual a associação entre a mulher politizada, a subversão da ideologia do estado e o comunismo se tornou automática. Tal como os exponentes, homens, do anarco-sindicalismo ou do comunismo, as mulheres politizadas – efetivamente comunistas ou não – sofreram censuras e encarcerações, e foram até torturadas com a privação de água e sono, como no caso de Stella Piteira Santos.

Se pensarmos na dúplice interseção imagética entre mulheres e colónias ativa a partir da época dos descobrimentos – as terras conquistadas descobertas, penetradas como mulheres; as mulheres administradas, controladas como terras conquistadas – não surpreende o carácter fantasmático de um paternalismo “outro” que se desenvolveu como reação à crescente mobilização social do país, uma crise da ditadura que foi, não por acaso, exponencialmente amplificada pelas dificuldades coloniais. Como se verá melhor no próximo capítulo, a participação em massa dos homens na guerra colonial originou um gradual aumento do acesso ao trabalho das mulheres, uma consequência inevitável, que pôs na população feminina as bases locais da viragem democrática do pós-25 de Abril. O Estado Novo, para salvaguardar o núcleo funcional de sobrevivência da ditadura – a família patriarcal-corporativa – tentou de várias maneiras redimensionar a importância das mulheres no âmbito nacional, incentivando, nos alvares do conflito em África, uma campanha de participação feminina nas expedições, tanto em qualidade de esposas

---

<sup>65</sup> A. Saldanha, op. cit., p. 146.

acompanhadoras como de corpo auxiliário do exército. As mulheres que partiram tiveram um papel igualmente importante das que ficaram, porque é precisamente na experiência delas – tanto na frente portuguesa como na frente africana – que podemos encontrar uma leitura “outra” do conflito colonial, que pode ser a base eficaz para atuar uma definitiva decolonialidade das relações entre Portugal, Angola e Moçambique. É por causa da crescente evidência que as relações entre colonialismo/capitalismo e sexismo/racismo assumiram na reflexão pós-colonial que, no caso de Portugal e das ex-colónias africanas, as vicissitudes e as vozes das mulheres são um machado – para utilizar um símbolo quase arquetípico da luta dos subalternos – para decepar o mito daquele colonialismo “outro” que, sobretudo na segunda metade da sua existência, se maximizou no período salazarista.

Como pontualizam Pimenta<sup>66</sup> e Lourenço<sup>67</sup>, a mitologia colonial do Estado Novo foi um retorno ao passado numa forma fantasmática, uma ilusão imperial que foi a exasperação das piores tendências de autognose mística da nação – o povo eleito para atuar uma colonização diferente – e, ao mesmo tempo, a completa ignorância das reais condições socioeconómicas das colónias, nas quais a tensão entre administrações coloniais, colonos brancos com pretensões de capitalismo e africanos com desejos de liberdade foi crescendo a partir do Ato colonial de 1930. Não deve surpreender, neste quadro ideológico, o intenso estranhamento humano e ideológico que viveram os milicianos portugueses<sup>68</sup>, chamados a combater uma guerra real e não mitológica contra os que, na propaganda nacional, eram considerados primos de outra cor que viviam nas províncias ultramarinas.

Quanto a este aspeto da desconexão ôntica e de hiperprodução ontológica, a inteira ideologia colonial do salazarismo foi uma receita para o desastre, na qual houve substancialmente duas fases: uma, até à Segunda Guerra Mundial, na qual prevaleceu a justificação civilizadora da presença portuguesa em África e a glorificação do colonialismo europeu<sup>69</sup>; a outra, depois do conflito mundial, na qual a mitologia atlântica e a natureza “outra” dos portugueses se tornaram no cavalo de batalha da defesa

---

<sup>66</sup> F. Tavares Pimenta, op. cit., pp. 84-94.

<sup>67</sup> E. Lourenço, *Do Colonialismo*, op. cit., pp. 81-85.

<sup>68</sup> Consideram-se aqui «milicianos» só os civis forçadamente recrutados para a guerra. Os militares de carreira, que eram parte integrante e fundamental da máquina salazarista, estiveram bem conscientes da loucura – ideológica e prática – representada pela guerra colonial e, mais em geral, da metodologia colonialista do Estado Novo.

<sup>69</sup> O emblema deste período é o famoso mapa com a impressão «Portugal não é um país pequeno» apresentada na Exposição Colonial Portuguesa do Porto em 1934.

salazarista do colonialismo, tanto na propaganda nacional como nas assembleias das Nações Unidas. É nesta segunda fase, provocada também pelo medo concreto de perder o mercado privilegiado da economia nacional, que o estado agiu com criminoso atraso para desenvolver o setor industrial em África e reconquistar a confiança e o apoio das elites coloniais. A épica do colonialismo “outro” alcançou nesta fase o seu ápice, com uma celebração da presença portuguesa nas colónias que se baseou, em boa parte, numa adaptação da teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, conscientemente ignorada por Salazar antes da Segunda Guerra Mundial. De civilizadores europeus, os portugueses tornaram-se repentinamente na linguagem do regime em campeões da mestiçagem e da intercomunicabilidade racial, uma transformação na qual o recurso ao exemplo brasileiro – corroborado pela participação de Kubitschek nas comemorações henriquinas<sup>70</sup> – e a vontade de criar um novo Brasil em Angola foram constantes. Sempre atual, a este propósito, é a irónica desmistificação de Mário Pinto de Andrade das teorias de Freyre:

Na escrita brilhantemente superficial de G. Freyre pode, portanto, ler-se que o «luso tropicalismo» é simultaneamente um conceito, uma teoria, um sistema e um método de colonização. Poder-se-ia, portanto, defini-lo como sendo : 1) Uma vocação congénita do português para ser atraído pela mulher de cor nas suas relações sexuais. 2) O desinteresse do português pela exploração económica nos trópicos. 3) A manutenção de relações sociais com os habitantes dos países tropicais tendentes à criação da mobilidade vertical na vida social e política. Eis o corolário de tudo isto: uma parte da África, da Ásia, da Oceânia e da América, dominadas por um pequeno número de portugueses valentes que levavam no sangue a herança tropical dos cruzamentos com os mouros, acusam a marca de uma unidade de sentimento e de cultura: a civilização luso-tropical. Não se poderia justificar melhor a colonização portuguesa!<sup>71</sup>

Embora as teorias de Freyre sejam ainda hoje tristemente utilizadas como absolvição de certa parte da consciência nacional lusitana, é oportuno frisar que o recurso salazarista ao luso-tropicalismo como modelo de defesa e preservação do *status quo* colonial foi desastroso. A nível ideológico, como pontualiza agudamente Maria da

---

<sup>70</sup> <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=2140>

<sup>71</sup> B. Fele (alias de M.P. de Andrade), “Qu’est-ce que le luso-tropicalisme?”, in *Présence Africaine*, n.º 4, Out.-Nov. 1955, pp. 1-12.

Conceição Neto<sup>72</sup>, a teoria luso-tropicalista de Freyre implicava na sua construção etimológica a clara definição do âmbito «lusu» e do âmbito «tropical». O «tropicalismo» em si resulta de difícil aplicação, porque pensado como justificação sexual das interações raciais entre os portugueses e os indígenas do Brasil, marginalizando a questão da miscigenação africana, que, no entanto, é fundamental em relação a Angola e Moçambique. Outro problema reside na ideia de haver um único modelo de colonização «lusa», uma essência da «alteridade» que caracteriza de maneira unívoca as modalidades da presença territorial portuguesa nas colónias. Como já vimos, porém, as ideologias coloniais portuguesas no século XX foram múltiplas e radicalmente diferentes entre si e a reelaboração salazarista do luso-tropicalismo foi só a última declinação – anti-histórica – de um secular processo de constante redefinição da ideologia colonial. Apesar disso, na sua visita a Angola em 1951 e nos seus textos da década seguinte, Freyre nega a existência de uma qualquer problemática ligada à presença portuguesa em África:

Numa série de textos de teorização sobre «o português nos trópicos», expande-se amplamente a visão distorcida com que Gilberto Freyre descreve a realidade da colonização portuguesa em África como basicamente harmoniosa, quando precisamente na década de cinquenta se amontoavam perigosas nuvens de tensões raciais. Exemplar na ilustração da sua cegueira (supondo que não estava simplesmente «comprado» pelo regime) é a coletânea de textos publicada em Lisboa com o título genérico *O Luso e o Trópico*, em Fevereiro de 1961, no exato mês em que eclodiu em Luanda a revolta que atestou perante o mundo o contrário da harmonia racial e da «cordialidade» portuguesa.<sup>73</sup>

Uma atitude complementar àquela do chefe do estado, que foi determinante na instituição de uma política colonial baseada numa autognose ilusória, destinada, tanto como a política misógina nacional e a despolíticação das massas, a projetar Portugal e os portugueses para fora da história, num oásis de catolicismo, pobreza e cega obediência. A propaganda nacional amplificou essas narrativas, enquanto a apatia da população, educada por anos ao provincialismo ideológico, fez o resto: quando, na década de 60, os homens foram enviados a combater uma guerra da qual não percebiam o sentido, foram

---

<sup>72</sup> M. da Conceição Neto, “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, in *Lusotopie*, n.º 4, 1997, pp. 329-30.

<sup>73</sup> Ivi, p. 331.



as mulheres, tanto em Portugal como nas colónias, a tomar conta da situação. É na experiência e nas narrações das mulheres, espetadoras de um absurdo jogo de matança, que podemos encontrar uma verdadeira elaboração do trauma da guerra e as bases para atuar um processo decolonial desse colonialismo “outro”.

## Capítulo II

### Escutar o silêncio

Tendo fornecido no capítulo anterior as coordenadas das políticas nacionais e coloniais de Portugal e da sua relação com a marginalização social das mulheres, propomo-nos agora relatar e dar voz à experiência das próprias no período «tabu» da guerra colonial, na qual a participação feminina foi determinante no desenvolvimento do processo de descolonização. Como ponto de partida, tentaremos esclarecer o que se entende por participação feminina na guerra colonial e qual o valor de ouvir a voz, longamente silenciada, das mulheres na elaboração de um processo «decolonial» específico para esse colonialismo “outro”.

No âmbito do presente trabalho, por participação feminina na guerra colonial não se entende exclusivamente o envolvimento factual no conflito armado, mas todas as especificidades da ação e do discurso das mulheres – tanto em Portugal como nas colónias africanas – no inteiro período das lutas pela independência, desde a crise do colonialismo que se seguiu à Segunda Guerra Mundial até aos eventos que se seguiram ao 25 de Abril.

Se adotarmos essa perspetiva, torna-se evidente a enorme importância da experiência feminina no contexto histórico do fim do colonialismo português enquanto voz diferente e não só como voz contrária. Através do precioso testemunho das mulheres que viveram essa época é possível ler o conflito numa perspetiva realmente e não mitologicamente “outra”, comunitária e feminina, que, acelerando colateralmente o processo de emancipação, foi capaz de minar as bases da sociedade salazarista, tornando-se fundamental para o fim das hostilidades e na descolonização dos territórios. Embora a queda do regime não se possa reduzir unicamente à influência social da ação feminina, é inegável que, como pontualiza Maria Teresa Horta<sup>74</sup>, o discurso das mulheres teve uma

---

<sup>74</sup> A este respeito, numa entrevista de 20 de outubro 2020, Maria Teresa Horta – autora, juntamente com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, de *Novas Cartas Portuguesas* – declarou que «[*Novas cartas portuguesas*] teve consequências péssimas para o regime. Digamos que não é isso que nos leva ao 25 de Abril, mas o burburinho que se levantou e o descrédito do regime também contribuíram para a queda da ditadura.»

([https://www.esquerda.net/artigo/escrever-novas-cartas-portuguesas-foi-uma-das-coisas-mais-importantes-da-minha-vida/70843?fbclid=IwAR2sPZclpoVGikX4dF7hCSiv9\\_RZD\\_mzeEPK50XHttbmV2BqJc7StbHDpGI](https://www.esquerda.net/artigo/escrever-novas-cartas-portuguesas-foi-uma-das-coisas-mais-importantes-da-minha-vida/70843?fbclid=IwAR2sPZclpoVGikX4dF7hCSiv9_RZD_mzeEPK50XHttbmV2BqJc7StbHDpGI))

grande importância social; a experiência dessas vozes, criminalmente esquecidas, relatam um mundo “outro”, não coincidente com o do discurso oficial do Estado Novo. Nessa experiência, a inelutabilidade e a insensatez do conflito são dois elementos complementares e indissolúveis, sendo a guerra o elemento central na desmistificação do imaginário colonial português. Como demonstrado nos últimos anos pelos estudos pós-coloniais<sup>75</sup>, o colonialismo não acaba com a libertação dos territórios colonizados, mas é uma categoria do pensamento social e de interpretação da realidade instituída pelo capitalismo, que tem as suas origens e a sua força na destruição – explícita ou não – do papel social dos sujeitos «subalternos». Erradicar os filhos ideológicos dessa política destrutiva – racismo, sexismo, desigualdade económica e social – é uma obra complexa, que precisa de um processo decolonial específico para cada realidade: mesmo sendo as consequências do drama colonial as mesmas, é a justificação da hegemonia que colocou o colonizador – rigorosamente homem, branco e heterossexual – no centro da cosmologia a ser, de cada vez, objeto de pequenas variações. No caso de um país como Portugal, cuja inteira identidade nacional se baseia historicamente num colonialismo intrínseco, a narração de uma perspectiva “outra” sobre a guerra colonial é necessária para demonstrar mais uma vez que a crise desse sistema de pensamento – ou, parafraseando Eduardo Lourenço, de não-pensamento<sup>76</sup> – foi decisiva no desenvolvimento social, cultural e humano das partes interessadas. Narrar a história das mulheres, negras e brancas, portuguesas e africanas, é uma obra necessária para atuar uma «descolonização permanente do pensamento»<sup>77</sup> e pôr as bases de uma ideologia nova, anticolonialista e comunitária, baseada numa «alteridade» diferente daquela de que falámos no primeiro capítulo.

Para relatar de maneira exaustiva a experiência feminina no contexto em exame, propõe-se aqui uma exposição em duas secções distintas. A primeira, mais ampla, será a ideal continuação da última parte do capítulo anterior, recolhendo as experiências das mulheres portuguesas no âmbito nacional nos anos da guerra colonial. Na segunda secção o foco será a condição feminina nas ex-colónias africanas, tanto nos anos que antecederam as campanhas de libertação, com ênfase no papel das mulheres na sociedade

---

<sup>75</sup> Cfr. W. Mignolo; C. Welsh, op. cit.

<sup>76</sup> E. Lourenço, *Do Colonialismo*, op. cit., pp. 52-53.

<sup>77</sup> E. Viveiros de Castro, *Metafísiche cannibali*, Verona, Ombre Corte, 2017, p. 8.

colonial, como na luta armada ao colonialismo e na definição das aspirações independentistas.

### **II.1.1 As mulheres portuguesas: a deserção secreta da «fada do lar»**

Como observámos no capítulo anterior, a relação entre a marginalização da população feminina e a evolução das políticas e dos imaginários coloniais das várias nações europeias tem sido uma constante secular no curso da história do Ocidente, que obteve uma das suas exasperações mais peculiares no regime do Estado Novo em Portugal. Apesar do evidente plano de marginalização feminina em ato no estado salazarista, no qual a «fada do lar» era o paradigma social para as mulheres, a emancipação feminina raramente representou a preocupação da oposição “oficial”, favorecendo uma concentração desses impulsos sociais em movimentos clandestinos, criminalizados pelo regime, como o PCP<sup>78</sup> e outros órgãos de matriz socialista.

O fim da Segunda Guerra Mundial foi um momento de grande fermentação social e ideológica em Portugal e nas colónias, em que as estruturas paradigmáticas – o corporativismo, o alinhamento com a igreja católica, o colonialismo e a domesticação das mulheres – do regime foram postas em causa, antes de encontrar uma nova consolidação em modelos parcialmente novos. Uma das consequências primárias da vitória dos aliados foi o exponencial aumento, sobretudo nas assembleias das recém-nascidas Nações Unidas, da pressão internacional para a libertação das colónias controladas pelas nações europeias. Tratava-se de uma eventualidade que, claramente, desafiava as condições de existência do regime salazarista, que se baseava nas relações comerciais exclusivas com as colónias para obviar ao subdesenvolvimento económico cada vez mais evidente de Portugal, um processo exacerbado pela natureza corporativa da nação.

A resposta salazarista a essa ameaça foi dúplice: no plano ideológico, acentuou-se ainda mais a narração de uma colonização “outra”, heroica, caridosa e luso-tropical, que abandonasse as categorias representativas do colonialismo positivista do fim do século XIX; no plano factual, aumentou a pressão do governo para colonizar ativamente os territórios e demonstrar a nível internacional a positividade da presença portuguesa em

---

<sup>78</sup> Partido Comunista Português, fundado em 1921, mas reconhecido oficialmente só em 1974.

África, com uma propaganda que incentivava a emigração das faixas médio-baixas da população. Tratava-se de um complicado plano de reorganização social, que tinha dois objetivos distintos: a manutenção dos territórios coloniais, indispensáveis para a sobrevivência do projeto salazarista; a separação das faixas menos politizadas da população dos grupos de contestação ao regime que iam consolidando-se nessa altura. Mas o projeto, na sua atuação, ignorou sistematicamente a entidade dos processos emancipatórios em ato a nível nacional e colonial.

Se hoje estudarmos a história das ex-colónias no século XX, se ouvirmos a voz dos homens e das mulheres que constituíram o núcleo dos primeiros movimentos independentistas, as tensões políticas, económicas, sociais que levaram ao conflito armado parecem-nos evidentes, mas não foram percebidas como tais na época. O discurso oficial salazarista falava de uma sociedade feliz e cristã, que prosperava num enorme único país, «indivisível do Minho a Timor»<sup>79</sup>, enquanto a PIDE silenciava na violência qualquer ato ou pensamento subversivo, tanto nas colónias como a nível nacional. A separação entre a realidade colonial e a sua imagem nacional, tal como aquela entre os objetivos do governo e os dos colonos, foi uma constante da ditadura salazarista, que bem explica a reação surpreendida do povo português no começo das hostilidades. Como salienta Lourenço, a obra de sobrecompensação ideológica do regime, na sua tentativa de relatar um colonialismo da «alteridade», atingiu o seu grau mais paradoxal com as Comemorações Henriquinas em 1960, na qual a visita do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek se transformou numa grandiosa obra de propaganda da bondade do colonialismo lusitano<sup>80</sup>. Essa grandiosa celebração, tardia e fraca, foi a tentativa de aplicar uma espécie de penso rápido propagandístico e ficcional a uma série de problemáticas sociais orgânicas, que tinham como objetivo uma justa subversão da ordem colonial. Poucos meses depois, a violentíssima reação dos portugueses às insurreições independentistas em Angola<sup>81</sup> e Moçambique<sup>82</sup> decretou o início da guerra colonial, um conflito que fazia sentido só num lado da barricada, o das ex-colónias.

---

<sup>79</sup> Cfr. <https://ensina.rtp.pt/artigo/onu-contra-colonialismo-portugues/>

<sup>80</sup> Cfr. E. Lourenço, *Do Colonialismo*, op. cit., pp. 41-54.

<sup>81</sup> No dia 4 de janeiro de 1961, na sequência de uma manifestação agrícola contra as duras condições de trabalho, a aviação portuguesa bombardeou as vilas indígenas na área da Baixa de Cassanje, matando entre 700 e 4.000 pessoas.

<sup>82</sup> No dia 16 de junho de 1960, em Mueda, a administração colonial portuguesa abriu fogo contra um grupo de manifestantes independentistas.

Enquanto a história da guerra colonial é frequentemente narrada no masculino e na dicotomia mobilização/fuga, é, porém, nas vicissitudes das mulheres portuguesas da época que podemos encontrar as origens de um consistente pensamento anticolonialista, que não se limitou de facto aos movimentos antissalazaristas, mas atingiu mesmo o exército e as faixas filo-governistas. É inegável que a mobilização em massa dos homens foi colateralmente decisiva em favorecer a politização das mulheres e a sua entrada no mercado do trabalho – como demonstram eficazmente os dados sobre a ocupação feminina no século XX já apresentados no capítulo anterior<sup>83</sup> – mas a oposição, quer gradual quer subitânea, à guerra incluiu mesmo as mulheres que respeitavam a prototípica imagem do «anjo do lar», chegando a constituir, de facto, um fronte unido contra a insensatez do conflito que será determinante em moldar o sentimento coletivo antes do 25 de Abril.

A este respeito, foi importante, por exemplo, o conjunto de contradições internas que caracterizou a ação do MNF (Movimento Nacional Feminino), a principal instituição feminina alinhada com as políticas do regime. Instituído em 1961 por Cecília Supico Pinto e apoiado por Salazar, o objetivo do MNF era formalmente a organização do apoio feminino à guerra colonial, mas constituiu de facto uma grande operação de propaganda, tanto do patriotismo da guerra como do modelo feminino promovido pelo regime. Apesar disso, o MNF foi muito importante a nível social, porquanto constituiu a máxima organização feminina<sup>84</sup>, instituindo-se, apesar dos ideais publicitados, como uma rede segura de colaboração e diálogo entre as mulheres, permitindo-lhes sair das paredes domésticas por trás das quais tinham sido confinadas nas décadas anteriores:

A ditadura precisa do apoio das mulheres para aquela cruzada e isso acaba por as retirar das «paredes da casa dos pais ou do marido», dando-lhes uma visibilidade na esfera pública que até ali não tinham. Todas têm lugar na roda do ditador e o MNF a todas aproveita, «desde as economicamente mais favorecidas às mais humildes [...] para tarefas quase sempre de pendor tradicionalmente feminino»<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> V. Baptista; P. Marques Alves, op. cit., pp. 527-28.

<sup>84</sup> Na década de 1960 o MNF contava com mais de 80 mil mulheres inscritas na organização com várias funções.

<sup>85</sup> S. Branco, *As Mulheres e a Guerra Colonial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015, p. 41.

É exatamente por causa da enorme mobilização demográfica, com mulheres de *background* muito diferente, que o MNF ultrapassou, nas suas funções, o papel patriótico que constituía o ideal da fundadora, favorecendo, na ação de algumas das inscritas, a criação de um espaço de reflexão, não só doméstica, mas também escrita, como se verá, sobre as implicações da guerra. Com efeito, nem todas as voluntárias do MNF partilhavam a visão ultraconservadora de Cecília Supico Pinto: muitas mulheres inscreveram-se nas listas do movimento porque representava a única opção legal que lhes permitisse exercer uma obra de apoio social num período que, especialmente nas áreas rurais, foi incrivelmente dramático. Apesar disso, já na época as críticas ao movimento não foram poucas:

Já os críticos do regime atacaram o «atrevido maternalismo» das senhoras do MNF, ousando substituir-se a mães e esposas [...] enquanto o movimento feminista denuncia a doutrina seguida pela semelhança às criações oficiais do salazarismo para a educação feminina, a *Obra das Mães pela Educação Nacional* e a *Mocidade Portuguesa Feminina*.<sup>86</sup>

Há de facto uma profunda separação entre as altas esferas do movimento, que participavam nos encontros oficiais com as elites salazaristas, e aquele o “corpo de ação” do MNF, composto por um conjunto variegado de mulheres que tiveram um efetivo papel social, que, embora não se possa considerar anticolonialista, contribuiu colateralmente para a tomada de consciência da cruel ausência de sentido da guerra entre a população, chegando no tempo a pôr em discussão o patriotismo da mobilização. Não se tratava de uma operação ideológica fácil nem imediata, porque no país, em trinta anos de presença ditatorial, a inconsciência tóxica do paternalismo salazarista, tanto a nível nacional como colonial, se tinha tornado na normalidade do pensamento popular. É significativo o facto que, de acordo com vários testemunhos recolhidos no livro de Sofia Branco ou no filme-documentário *Quem Vai à Guerra* de Marta Pessoa, a mobilização nunca chegou a ser objeto de discussão para a maioria das famílias portuguesas. As deserções eram, de facto, muito difíceis, enquanto a vizinhança de um outro regime ditatorial, na Espanha franquista, impunha uma viagem para outros países menos acessíveis do ponto de vista

---

<sup>86</sup> Ibid.

geográfico. Apesar disso, os desertores não faltaram, tendo como o destino privilegiado a França, a Bélgica e a Suécia.

A guerra colonial não só era “patrioticamente justa”, sendo considerada, por causa da censura e da desinformação, uma resposta adequada a uma rebelião “incompreensível”, mas representava, como pontualiza Margarida Calafate Ribeiro, um banco de prova da virilidade e uma ocasião de amadurecimento:

Clássica, neste sentido, a nossa guerra foi ainda terreno de afirmação dos ideais masculinos de guerra com a sua componente de crença na defesa da integridade da pátria e nos ideais guerreiros como parte essencial da formação da masculinidade e mesmo de uma espécie de teste de masculinidade com a «ida à tropa», vulgarizada na expressão popular: «a tropa fará de ti um homem».<sup>87</sup>

Neste quadro educacional é claro que, sobretudo no meio rural, mais tradicionalmente ligado a uma condução familiar da existência, a guerra radicalizou ainda mais a divisão da vida e do imaginário segundo linhas de género, com o binómio mulher/casa que se reforçou inexoravelmente. Foi neste clima, formalmente ligado a uma forte promoção do tradicional, que o MNF instituiu a secção das chamadas «madrinhas de guerra», um grupo de mulheres que se ocupava da comunicação epistolar com os soldados, atuando quer como mediação entre eles e as famílias, que eram frequentemente ainda analfabetas, quer como instrumento de encorajamento moral às tropas. Mas, como demonstra o testemunho de Maria Alice Carneiro no livro de Sofia Branco, as madrinhas de guerra, que chegaram a ser dezenas de milhares, foram também importantes agentes de reflexão, que contribuíram para a tomada de consciência da realidade bélica mesmo na milícia e nas faixas conservadoras da população.

Como muitas outras jovens mulheres da época, Maria Alice Carneiro «nem sequer apoiava o esforço da guerra ou se identificava com as organizações próximas do regime»<sup>88</sup>, pensava só em ser socialmente útil à sua comunidade em Paredes de Viadores, no Douro, onde o grau de instrução média era muito baixo. Armada de boas intenções, Maria Alice começou o seu trabalho como voluntária, entretendo uma correspondência

---

<sup>87</sup> M. Calafate Ribeiro, “África no feminino: As mulheres portuguesas e a guerra colonial”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, p. 11.

<sup>88</sup> S. Branco, op. cit., p. 51.



com vários conterrâneos mobilizados para Angola, Guiné e Moçambique. Passava os seus dias escrevendo dezenas de aerogramas e decifrando as mensagens dos soldados, que, por causa da escassa escolarização, eram frequentemente um conjunto caótico de sentimentos e erros gramaticais. Como relata, o trabalho não era simples, mas a obra de encorajamento planejada pelo MNF transforma-se frequentemente em relações humanas e autênticas:

Nalguns casos, a relação entre «madrinhas» e «afilhados» evolui para o caso amoroso e há até casamentos saídos de aerogramas trocados, mas a maior parte dos soldados nunca chega a conhecer as «madrinhas», guardadoras das memórias de uma época que muitos preferem esquecer nas páginas de 300 milhões de aerogramas trocados durante os 13 anos de guerra.<sup>89</sup>

Embora boa parte do exército nunca questionasse abertamente a guerra nos aerogramas, provavelmente receando uma interceção por parte da PIDE e a acusação de derrotismo, não faltavam as reflexões sobre a natureza do conflito e a ideologia nacional, especialmente na correspondência que Maria Alice Carneiro manteve com o irmão João, enviado para diversas «comissões» no Norte de Angola. A mobilização, sobretudo para as famílias mais pobres do interior, era quase inevitável, mas o que transparece nas cartas das madrinhas – bem como, de maneira ainda mais evidente e crua no filme de Marta Pessoa – é que, devido à propaganda e à educação nacional, os jovens tinham uma ideia completamente alienada da guerra, que era considerada quase uma brincadeira, uma vitória fácil contra uma rebelião de selvagens não adestrados. Mas a guerra colonial foi bem diferente e tanto os «afilhados» como as «madrinhas», oficialmente uma parte de população próxima do regime, utilizaram o diálogo como espaço de reflexão privada, acabando por revelar a vacuidade daquela missão patriótica, que se transformou no cruel sacrifício de uma geração educada à obediência.

Como Maria Alice, muitas outras madrinhas tomaram consciência, através do diálogo com os soldados e com as famílias, da cara escondida do conflito, a que a censura da PIDE e o discurso nacional tentavam remover do imaginário popular:

---

<sup>89</sup> Ivi, p. 53.

O Movimento Nacional Feminino começava a perder «o controlo» de «uma das suas principais instituições», com as madrinhas de guerra a começarem a deixar «de ser as confidentes e as encorajadoras», para passarem a entender a guerra como «desnecessária» e a denunciá-la «por outras vozes e com outras palavras».<sup>90</sup>

E tal compreensão, em muitos casos, não abrangeu só o discurso bélico, mas lançou as sementes de uma nova reflexão nas faixas da população não envolvidas na luta política, que revelou no tempo, sobretudo na década de 1970, a verdadeira cara do salazarismo mesmo aos defensores do regime. Apesar da pressão exercitada pela ditadura na redefinição do modelo feminino, um dos canais de transmissão de ideais anticolonialistas e emancipatórios foi exatamente a enorme rede instituída pelo MNF com o objetivo de reforçar a tríade nacional – Deus, Pátria, Família – no tempo da crise bélica. Mas, como relembra Sofia Branco em conclusão do testemunho de Maria Alice Carneiro, a intervenção das madrinhas de guerra “dissidentes” na consciência coletiva não foi o único efeito colateral do conflito a nível social:

Quando o império se desfaz, desaba com ele a estrutura social rural de Entre-Douro-e-Minho, assente em fidalgos, proprietários, rendeiros e cabaneiros, estes últimos sem eira nem beira. Os filhos dos mais desfavorecidos passam a poder sonhar com outra vida. [...] A guerra abre igualmente caminho a uma certa emancipação das mulheres, sobretudo económica, já que elas haviam assumido a gestão das contas e substituído os homens, mobilizados ou emigrados, no mercado de trabalho.<sup>91</sup>

Contudo, no núcleo das mulheres que não participaram na luta política contra o salazarismo, não foram só as madrinhas “dissidentes” a ter uma importante influência “escondida” em relação ao fim da guerra e à queda do regime ditatorial. Houve um enorme contingente feminino que seguiu os maridos mobilizados em África e que resultou igualmente determinante na criação de um espaço de reflexão privada do drama do conflito, além de fornecer um testemunho diferente da guerra colonial, que transcende quer a narrativa tradicional do conflito, efetuada no masculino, quer a mitologia nacionalista.

---

<sup>90</sup> Ivi, p. 55.

<sup>91</sup> Ibid.

Como resulta evidente no documentário de Marta Pessoa e no testemunho de Elsa Adler Gomes da Costa, o casamento, além das implicações bélicas, era uma escolha muito comum na época, porque representava para muitas mulheres portuguesas a possibilidade concreta de sair da casa dos pais e da pressão patriarcal, embora implicasse frequentemente condições análogas na vida conjugal. Além disso, a retórica católica da educação nacional não favorecia uma consciência da vida amorosa e conjugal, com vários matrimónios que se originavam na total ignorância daquela parte da vida:

Vivíamos numa sociedade que não nos educava para coisa nenhuma, especialmente para a vida sexual, para a vida matrimonial, para o planeamento familiar, muito menos, e aconteciam as coisas mais inauditas, as pessoas ficavam à espera de criança quase sem saber como nem porquê [...].<sup>92</sup>

Muitas relações, apesar de serem muito recentes, tornaram-se em casamentos precisamente por causa da perturbação emocional originada pela mobilização, quase como uma forma de exorcismo para propiciar o regresso das tropas da frente. Para muitas mulheres, a de seguir os maridos em África foi uma escolha que combinou esses vários aspetos – o desejo de liberdade, a paixão e uma certa ingenuidade – com aquela apatia política, aquela resignação à obediência que o Estado Novo tinha construído nas décadas anteriores como padrão do comportamento popular:

Como é que eu fui para África, porque é que eu fui para África? [...] Isto é uma coisa difícil de explicar ou aparentemente sem explicação, porque até nós próprios não fomos para a guerra para fazer guerra. É uma geração, que sem saber porquê, sem questionar, ia. Havia o sentido de fazer parte de um grupo e o grupo naquela altura ... era suposto fazer aquilo e mais nada.<sup>93</sup>

Elsa foi para África em 1970, no período mais duro do conflito, e na sua experiência resultam evidentes algumas das principais contradições que caracterizaram a vida dos portugueses que foram mobilizados, partindo do facto que, apesar de ter sido um evento

---

<sup>92</sup> M. Calafate Ribeiro, “Dois depoimentos sobre a presença e a participação femininas na guerra colonial”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, p. 135.

<sup>93</sup> *Ibid.*

coletivo, a guerra colonial permanece um evento essencialmente narrado só no masculino. No seu testemunho aparece muito clara a profunda distinção que existia entre os homens «milicianos», ou seja, os civis mobilizados, e os militares de carreira, com os segundos que frequentemente tinham uma péssima consideração dos primeiros, não se fazendo escrúpulo nenhum em sacrificar a vida deles. O marido de Elsa foi neste sentido um privilegiado, porque, sendo médico, teve a possibilidade de continuar a exercer a sua profissão apesar de ser um miliciano, evitando as «comissões» no mato. A profissão do marido deu aos dois a possibilidade de viver uma experiência relativamente estável, sem a incerteza que caracterizou de maneira trágica a vida de outros casais.

Como outras mulheres que tiveram a resolução de ir para África em auxílio dos maridos, Elsa viveu boa parte da sua experiência na esfera doméstica dos bairros reservados às famílias dos soldados, geralmente áreas completamente isoladas dos centros urbanos, sujeitadas a um rigoroso regime de vigilância. Apesar da separação geográfica das áreas de influência dos «turras»<sup>94</sup>, as relações sociais, sobretudo com os homens, não eram sempre fáceis:

Naquela época os homens eram extremamente vulneráveis a uma mulher sozinha, tinham muita dificuldade em estabelecer com ela uma relação saudável. Se tivesse um marido ao lado era muito mais fácil. Não estavam habituados de outro modo, se fosse hoje seria completamente diferente.<sup>95</sup>

Esta tensão social, que se tornou frequentemente em violência doméstica, foi uma constante do dia a dia de muitas mulheres no período da guerra colonial, como parece claro mesmo nos testemunhos presentes em *Quem Vai à Guerra*. A adaptação dos soldados portugueses à realidade africana foi sempre problemática, e não só por causa da real violência do conflito, pelo constante medo da «catanada». O calor, o paludismo, o alcoolismo, foram elementos predominantes no aumento do desconforto geral de uma tropa que, longe de casa e dos afetos, libertava os seus piores instintos, sobretudo em relação às mulheres indígenas. Os comandos militares utilizaram frequentemente a promessa de prostitutas africanas como incentivo para aumentar o moral da tropa,

---

<sup>94</sup> Nome depreciativo atribuído pelos militares portugueses aos combatentes independentistas africanos durante a guerra colonial.

<sup>95</sup> M. Calafate Ribeiro, “Dois depoimentos”, op. cit. p. 141.

enquanto os soldados começaram a exibir a doença venérea como uma «ferida simbólica de afirmação viril»<sup>96</sup>, recusando as curas por medo da impotência. Tudo isso favoreceu, numa parte consistente dos soldados, o desencadeamento de uma latente misoginia e de um processo de reificação das mulheres, que, de «fadas do lar» na metrópole, se transformaram em instrumentos da sexualidade nas colónias.

Como relevou Helena Neves numa investigação sobre amor e sexualidade no período da guerra colonial, muito frequentemente criou-se uma «incomunicabilidade» entre os dois sexos, que afetou a vida dos casais até no período sucessivo à guerra:

Se o regresso dos homens é vivido intensamente, como o fim de uma ameaça, como um reencontro ansiado e acolhido com euforia, segundo as declarações de todas as mulheres e da maioria dos homens, frequentemente as tensões pareciam instalar-se quase de imediato no retomar da vida em comum. [...] Falam sobretudo de um “mal-estar instalado”, “silêncios”, “estranheza mútua”, mas acabam por identificar sintomas.<sup>97</sup>

Essa «incomunicabilidade», felizmente, não caracterizou a experiência de todas as mulheres que partiram para a frente. Como revelam as protagonistas do documentário de Marta Pessoa, o universo doméstico “alheio” ao qual era de facto confinada a mulher civil portuguesa constituiu-se, em muitos casos, como um espaço de comunicação “outra” e autêntica, na qual a reflexão sobre a guerra ocupava uma posição privilegiada. Muitas das esposas partiram voluntariamente para África, mas, como no caso das madrinhas, houve também uma campanha de incentivo a nível nacional, que se alavancava na função auxiliária das mulheres, cujo objetivo, na visão salazarista, seria encorajar os homens a cumprir o seu “dever patriótico”.

Como no caso das madrinhas, todavia, as coisas não correram exatamente na direção desejada pelo regime. Os homens tinham medo de falar abertamente da guerra entre eles, sendo o temor de ser ouvido por agentes da PIDE à paisana uma constante de Portugal «do Minho a Timor». O diálogo doméstico com as mulheres tornou-se, portanto, no espaço onde os homens, individualmente, podiam refletir, exteriorizar as suas dúvidas, relatar a realidade daquela guerra longa e desgastante, na qual tudo era incerteza. Ao

---

<sup>96</sup> H. Neves, “Amor em tempo de guerra: guerra colonial, a (in)comunicabilidade (im)possível”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, p. 56.

<sup>97</sup> Ivi, p. 58.

longo do tempo, como os aerogramas das madrinhas, essa relação privada chegou a influenciar a ideia da coletividade, resultando determinante na difusão de um ideal de oposição ao conflito, quer nos grupos de milicianos quer nos militares de carreira.

O testemunho de Elsa, que, como outras mulheres, operou também no âmbito da educação no período da guerra, fornece uma imagem nítida da confusão, da incerteza com a qual a população local de colonos brancos, não envolvidos na luta pela libertação, interpretava a presença militar portuguesa:

Mas havia também os angolanos brancos, com os quais a tropa tinha uma relação difícil. [...] Havia uma tensão latente entre os dois grupos, mas que, felizmente, raramente tomava expressão pública. [...] Como é que eu explico? Nas cidades que já existiam, não havia entre a população civil e a tropa nenhuma relação, qualquer que fosse a ideia de sobrevivência política do angolano branco.<sup>98</sup>

Uma incerteza que compunha o carácter primário daquela experiência bélica, que não foi uma guerra de massa, sistemática, como os grandes conflitos do século XX, mas antes um caótico conjunto de revoltas e contrarrevoltas, retaliações e massacres, em que o perigo se movia de maneiras imperscrutáveis. Ao contrário do que proclamava o discurso nacional, pelo qual a «catana» se tornou num espectro da consciência coletiva, não eram só os guerrilheiros do MPLA<sup>99</sup> e da FRELIMO<sup>100</sup> a agir como «selvagens».



Figura 2 – Cartaz de propaganda portuguesa nas colónias<sup>101</sup>

<sup>98</sup> M. Calafate Ribeiro, “Dois depoimentos”, op. cit., pp. 145-46.

<sup>99</sup> Movimento Popular de Libertação de Angola, movimento independentista instituído em 1956.

<sup>100</sup> Frente de Libertação de Moçambique, movimento independentista instituído em 1962.

<sup>101</sup> <https://restosdecolectao.blogspot.com/2011/01/propaganda-na-guerra-colonial-1.html>

Os soldados portugueses foram protagonistas de várias atrocidades no período da guerra colonial, mesmo rejeitando essa narrativa nas assembleias internacionais das Nações Unidas. Nessa altura, as mulheres lá presentes foram testemunhas da cara escondida daquela guerra “patriótica”, denunciando os abusos à luz do dia. Um dos exemplos mais importantes neste sentido, como salienta Maria Manuela Cruzeiro<sup>102</sup>, foi o do massacre de Wiriyamu<sup>103</sup>, no qual as missionárias das congregações católicas, mesmo enfrentando pressões e ameaças políticas de vários géneros, tiveram a coragem de denunciar a terrível ação de represália da tropa portuguesa, que se tornou num grande escândalo em 1973, com a publicação de um artigo no jornal «The Times».

Além das várias testemunhas empenhadas no âmbito civil – as inscritas no MNF, as esposas que acompanharam os maridos, as missionárias católicas – houve também um outro, restrito conjunto de mulheres portuguesas que participaram no conflito “no campo”. Diferentemente do que acontecia nos exércitos africanos, não houve um envolvimento ativo das mulheres portuguesas nas ações de guerrilha, pois a ideia de um adestramento militar feminino era quase blasfémia na ideologia nacional salazarista. Por um lado as circunstâncias políticas, sociais e culturais no contexto colonial favoreceram um envolvimento mais direto das mulheres africanas na luta pela libertação; por outro, a ausência das mulheres portuguesas na luta armada é, no entanto, um facto duplamente revelador em relação a Portugal e ao papel feminino na época. Com efeito, regista-se a fixação da ação feminina em obras que são sempre e unicamente de assistência, social ou médica, que afasta as mulheres do centro do mundo de referência, analogamente ao que acontecia no mercado do trabalho na metrópole; adicionalmente, as mulheres portuguesas não manifestam interesse em participar em ações bélicas, o que pode revelar, mais uma vez, a presença de uma consciência “outra” sobre a guerra e a sua justeza.

Como constatámos no caso das «madrinhas», muitas vezes a decisão das mulheres de participar na obra de assistência patrocinada pelo estado não tinha nada a ver com o suporte ideológico da guerra ou do regime ditatorial, mas configurou-se como um desejo, humano e espontâneo, de intervir em assistência dos jovens enviados para África para

---

<sup>102</sup> M. Manuela Cruzeiro, “As mulheres e a guerra colonial: Um silêncio demasiado ruidoso”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, p. 39.

<sup>103</sup> Em dezembro de 1972 o exército português, em consequência da morte de dois capitães atingidos por uma mina anticarro, matou centenas de civis na área do triângulo de Wiriyamu, eliminando aproximadamente um quinto da população local. Para um relato aprofundado do evento veja-se: C. de Matos Gomes & A. Afonso, *Os anos da guerra colonial*, Lisboa, Quidnovi II, 2010.

combater uma guerra que não correspondia minimamente à epopeia narrada pelo Estado Novo. Um dos exemplos mais peculiares neste sentido foi o caso das chamadas «enfermeiras paraquedistas», o único contingente feminino oficialmente filiado ao exército na altura da guerra colonial.

A ideia de um corpo de enfermeiras que pudesse agir “no campo” foi impulsionada por Isabel Bandeira de Mello, a primeira mulher portuguesa a fazer, em 1957, um salto de paraquedas. Isabel tinha obtido a sua licença de paraquedismo civil no ano anterior em França, onde tivera a possibilidade de observar a eficácia do serviço de apoio militar efetuado pelas mulheres francesas no âmbito dos conflitos com as ex-colónias de Indochina e Argélia. Essa sugestão transformou-se em realidade em 1961, quando o subsecretário de Estado da Aeronáutica Kaúlza de Arriaga convenceu, com muita dificuldade, as altas esferas do governo a abrir a Força Aérea às mulheres, embora com critérios de seleção extremamente restritivos. Foram apenas 46 as mulheres que, no período da guerra colonial, fizeram parte do corpo das «enfermeiras paraquedistas», mas a sua influência foi determinante por uma variedade de razões. Houve, em primeiro lugar, a entrada do feminino num âmbito, o da guerra, que era tradicionalmente associado de forma exclusiva ao masculino; apesar do número restrito das recrutadas, a instituição do grupo foi decisiva para abrir às mulheres a hipótese de uma carreira num setor que, além das supostas tradições socioculturais, era mais remunerativa e legislativamente tutelada em relação aos empregos comumente acessíveis ao sexo feminino naquela altura em Portugal. Em segundo lugar, a entrada oficial de um corpo de mulheres no exército representou uma questão problemática para o imaginário hierarquizado e paternalista de Salazar, porque constituía uma zona de fronteira entre o âmbito militar, tradicionalmente individualista, competitivo, apático, e o âmbito do cuidado e da assistência, no qual empatia, solidariedade e altruísmo eram os fatores determinantes. Além disso, a entrada das mulheres no exército representou uma autêntica subversão da subdivisão sexual dos papéis sociais delineada pelo regime, permitindo às mulheres não só sair do lar ao qual eram tradicionalmente confinadas, mas até mesmo tomar parte no trabalho masculino por excelência. Não surpreende, neste sentido, que as “invasoras” fossem aceites só em funções de apoio e assistência, visto que um emprego direto no campo de batalha – como aconteceu, pelo contrário, na frente dos guerrilheiros africanos – significaria uma imperdoável apropriação indébita, na qual se pode ler o terror da perda da virilidade, da



solidez, da obediência. Apesar da contrariedade de uma parte consistente das elites governativas, que receavam uma perda coletiva de disciplina, a instituição do corpo das «enfermeiras paraquedistas» revelou-se um sucesso a nível militar, empenhando as 46 mulheres em centenas de operações de socorro nos treze anos de guerra.

Uma das parábolas mais singulares no seio das «paraquedistas» foi a de Maria Cristina Justino da Silva, uma das protagonistas do documentário de Marta Pessoa. Mobilizada, ainda muito jovem, em 1965, Maria Cristina viveu a guerra “no campo” por muitos anos, participando em centenas de expedições entre Angola, Guiné e Moçambique, até que, em 1972, durante uma operação de socorro, foi atingida no pescoço por uma bala perdida, que lhe tocou a carótida e quase a matou. O testemunho de uma das outras «paraquedistas», Maria Ivone Reis, dá-nos uma perspetiva mais ampla sobre a experiência feminina no exército português. Podemos observar, mais uma vez, a consciência da desinformação nacional em relação à guerra, tal como o distanciamento feminino das finalidades “patrióticas” do conflito:

Quando me contactaram pensei que a minha ida como enfermeira era útil, e o importante era atenuar o sofrimento daquele que não tinha culpa nenhuma e que estava na frente de guerra. Não pensei na estratégia de guerra, o porquê da guerra. Achava que aquilo seria uma situação temporária e depois voltávamos. Na verdade, nunca tinha pensado trabalhar em África. Quando as notícias da guerra em Angola chegaram, para mim, como para muita gente, foi uma surpresa. Tínhamos uma opinião desinformada e uma população que também não estava esclarecida, muito menos sobre o que se passava em África.<sup>104</sup>

No relato da sua experiência africana, Maria Ivone refere uma convivência relativamente pacífica com a tropa de milicianos, mediantemente muito jovem, que tratava as «paraquedistas» como se fossem mães ou irmãs. A situação era mais difícil na relação com as altas esferas do exército e com os colonos brancos, que inicialmente não viam de forma positiva a presença feminina naquele contexto. O que transparece com extraordinária sensibilidade no testemunho de Maria Ivone é o sentimento que acompanhava os jovens naquela aventura; a determinação patriótica, tão celebrada pelo regime, era muito mais frequentemente uma alternância entre a leveza dos vinte anos e o terror de uma guerra suja, injusta e imprevisível. A coisa mais difícil de superar, segundo

---

<sup>104</sup> M. Calafate Ribeiro, “Dois depoimentos”, op. cit., p. 156.

Maria, era o sentimento de impotência que aquela guerra gerava, tanto na tropa como no restrito pessoal médico, que tinha a difícil tarefa de gerir o tratamento e o transporte dos feridos em três frentes contemporaneamente. As horas mais trágicas eram precisamente as do transporte dos soldados, os quais, lutando pela vida, chamavam pela mãe, enquanto uma chegada tempestiva ao hospital era longe de ser óbvia; foram particularmente trágicos os últimos cinco anos da guerra, nos quais o número de mutilados aumentou de mãos dadas com o das minas presentes no mato. No entanto, a missão, humanitária e humana, das «paraquedistas» ultrapassava os limites das fações:

Socorríamos também os feridos do lado adversário. Deontologicamente, homem/mulher, ferido/doente é, e deve ser sempre tratado como humano que é. Quando “o” tinha diante de mim como ferido, não fazia julgamentos, não se faz qualquer julgamento sobre uma pessoa que sofre.<sup>105</sup>

A interação, embora esporádica, com o “outro”, o inimigo daquela guerra, favoreceu o gradual surgimento de uma consciência diferente do conflito no seio do exército, que tornava cada vez mais evidente a ausência de uma direção na guerra colonial:

Mas chegavam-nos alguns papéis dos movimentos de libertação. Tenho ainda hoje um livro do Amílcar Cabral de iniciação primária dos combatentes, escrito em português, onde se ensina e se veicula a doutrina política da independência. A guerra para o bem ou para o mal ajudou ao desenvolvimento e à precoce autonomia. Eu tinha dúvidas em relação à descolonização, não que achasse que as coisas estavam bem. [...] No entanto, eu perguntava com frequência desde os primeiros dias: «Quando é que isto acaba, não há direito que isto aconteça...» É complicado, porque eu achava que nem que fosse por um minuto a guerra não deveria existir. [...] Não estava ao nosso alcance descobrir a razão da guerra!<sup>106</sup>

Resulta extraordinariamente evidente, nos vários testemunhos das mulheres portuguesas que foram para África, «paraquedistas» e civis, como o conflito toma a forma

---

<sup>105</sup> Ivi, p. 163.

<sup>106</sup> Ibid.

de uma enorme loucura coletiva ou, mais ainda, de uma resignação a uma morte “patriótica”. O elemento trágico é dominante na memória feminina de um conflito que, a nível nacional, era objeto de uma narração heroica e de uma antecipação de triunfo.

A realidade vivida pelos jovens mobilizados era bem diferente. Como consequência da propaganda, da censura e, mais em geral, da ignorância, muitos partiram pensando que aquela que tinham de enfrentar em África era uma batalha fácil, rápida e honesta contra um grupo de selvagens que combatiam com arco e flecha, enquanto na realidade era uma guerra terrível, desgastante e incrivelmente desonesta, na qual os golpes baixos foram a linguagem comum entre os homens das duas frentes. A diferença substancial, como resulta dramaticamente evidente nos testemunhos apresentados, era que os guerrilheiros africanos tinham um objetivo comum, partilhado, para o qual combater; não existia nenhuma separação, nenhum vácuo entre o desejo de liberdade e o meio, violento, da sua obtenção. Muitas das «comissões» africanas dos soldados portugueses foram, pelo contrário, a consequência do invisível e sufocante controlo social do Estado Novo, que educava os homens à obediência apesar da vontade ou das convicções. Na frente portuguesa, além do orgulho nacional, da defesa do império que ocupou o centro do discurso oficial do regime, a guerra colonial era uma necessidade real só para as avarentas elites do Estado Novo, que baseavam a sobrevivência da sua própria hegemonia no isolamento continental e na manutenção do atraso económico, político e sociocultural; as minas, porém, não cortavam os membros aos altos funcionários lisboetas, mas àqueles civis que, chamados a defender a pátria, foram obrigados a renunciar à sua vida e às suas famílias, que, por vezes, nem os viam retornar. As consequências de treze longos anos de massacres e imposições, mesmo para os “sortudos” que regressaram fisicamente íntegros, foram terrificantes no plano psicológico, com muitos ex-combatentes que desenvolveram formas, mais ou menos graves, de perturbação de *stress* pós-traumático (PSPT), um drama que o governo não enfrentou até 1999, decorridos vinte e cinco anos do fim do regime:

Ao contrário dos homens mutilados, que haviam perdido membros e regressado com estilhaços no corpo, os ex-combatentes com perturbações de foro psicológico não eram considerados deficientes das forças armadas. Terminada a guerra, as lideranças políticas

e militares determinaram que «em Portugal não havia ex-combatentes com stress de guerra, havia ex-combatentes e ponto final».<sup>107</sup>

A PSPT foi uma enorme tragédia coletiva, que não afetou só a dimensão pessoal dos soldados, mas, de maneira colateral, também as suas famílias. Embora o estado não o reconhecesse, era evidente que a guerra tinha quebrado algo no equilíbrio psicológico dos mobilizados, um desconforto que, como se patenteia na parte final de *Quem Vai à Guerra*, muito frequentemente se tornava em violência física e psicológica contra as mulheres. Como evidenciou Helena Neves<sup>108</sup>, no regresso dos ex-combatentes era comum a criação de uma área de «incomunicabilidade» no espaço doméstico, com os homens que se isolavam no silêncio e na não-aceitação do seu passado recente, uma circunstância que piorou consideravelmente o decurso da enfermidade psicológica, tornando-os em elementos extremamente voláteis, sujeitos a crises de pânico e a terríficos episódios depressivos. Como demonstram os testemunhos de Maria Amélia Pedro e Inês Lima<sup>109</sup>, eram dois os problemas principais causados pela presença de doentes de PSPT não tratado em casa: a violência doméstica, quer verbal quer física, e a insustentabilidade económica, enquanto os ex-combatentes, que, não sendo legislativamente considerados «deficientes das forças armadas», já não recebiam o subsídio do estado, encontravam muita dificuldade em conseguir um emprego estável. É, por exemplo, o que ocorre no caso do pai de Inês, homem firmemente ancorado a um imaginário de vida nostálgico, que considera o 25 de Abril uma tragédia:

Para além de assumir o sustento da casa, a mãe assume papel de contrapeso, dando a ouvir aos filhos músicas de intervenção e contando outras histórias da revolução. A família não pode depender do pai para pagar contas e pôr comida na mesa. Nuno sabe-o e tem dificuldade em gerir essa realidade. [...] Não aguenta rotinas nem horários. Quando tem dinheiro, em vez de o gerir, gasta-o em grandes prendas, para compensar os filhos, que, na escola, assinalam a opção «outra» na pergunta sobre a profissão do pai.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> S. Branco, op. cit., p. 319.

<sup>108</sup> Cfr. H. Neves, op. cit.

<sup>109</sup> S. Branco, op. cit., pp. 318-27.

<sup>110</sup> Ivi, p.325.

Criou-se um círculo vicioso de raiva e frustrações, que afetou dramaticamente a vida doméstica de muitos casais em que se podem identificar duas criticidades complementares. A primeira, cuja responsabilidade se pode atribuir à gestão governativa da situação pós-bélica, era ditada pelo facto de que os doentes de PSPT não encaravam a sua condição uma enfermidade. Essa recusa da realidade era alimentada pela negligência do governo ao enfrentar a nível do estado, tanto na dimensão pecuniária como na educativa, os danos psicológicos e psiquiátricos sofridos pelos ex-combatentes; muitos deles, como o pai de Inês, achavam que o psiquiatra era «para malucos»<sup>111</sup> e eles certamente não eram. Os incentivos dos familiares a beneficiar da assistência psiquiátrica, fruto tanto da preocupação como do desespero, tornavam-se, portanto, numa injúria, que contribuía a isolar ainda mais os homens, aumentando inevitavelmente o espaço de «incomunicabilidade» e da violência.

A segunda criticidade procede do decenal modelo educativo nacional instituído pelo Estado Novo, cujas consequências neste respeito podem ser resumidas em poucos pontos essenciais: a ignorância e o analfabetismo eram um problema ainda muito grande, que não facilitava a difusão a nível popular das noções científicas, especialmente em relação a uma doença, a PSPT, cujo estudo se tinha intensificado a partir da guerra do Vietname; os homens do povo, milicianos durante a guerra colonial, estavam acostumados a obedecer ao estado, e quando este último declarou que não existiam ex-combatentes com *stress* de guerra, os mesmos foram reforçados na convicção de não serem «malucos» e de não precisarem de tratamento; tal convicção envolveu mesmo as mulheres – mães, filhas, irmãs, esposas – que conviviam com os ex-combatentes, as quais, com terrível frequência, não achavam que existisse uma condição clínica específica, mas simplesmente que os homens voltavam desta forma e ponto final; por fim, as mulheres portuguesas tinham sido educadas na ideia que o casamento, a vida conjugal, o ser a «fada do lar» eram parte do seu destino e identidade, uma circunstância que tornava muito difícil a nível social aceitar a ideia do divórcio. O silêncio, o ciúme, a violência, a não-aceitação da mudança da situação de emprego das mulheres foram os elementos que catalisaram a espiral de ódio dos ex-combatentes, que, terminada há pouco uma guerra, se tornaram num inimigo nas paredes domésticas. As últimas linhas do depoimento de Maria Amélia

---

<sup>111</sup> Ivi, p. 326.

Pedro dão-nos uma imagem nítida do que significou, para uma mulher casada com um doente de PTSP, a vida no olvido da enfermidade:

Amélia chorou tanta lágrima que, quando o marido morreu, já não lhe restava uma sequer. Perdeu o medo de estar em casa, a mesma onde sempre viveram, na Bobadela, mas não é alívio o que sente. O fardo era de tal forma pesado que ainda o carrega. «Eu não tive vida, esta vida não foi minha. Nunca tive um bocadinho de felicidade». Metade das mulheres dos ex-combatentes da Guerra do Vietname divorciara-se, mas as portuguesas seguravam-se a um casamento para a vida e resignavam-se a sofrer.<sup>112</sup>

### **II.1.2 As mulheres portuguesas: inimigas do estado, aliadas da liberdade**

Um dos maiores elementos de atrito doméstico, como testemunham os vários depoimentos recolhidos por Marta Pessoa, Sofia Branco e Helena Neves, foi a inédita liberdade económica e social que as mulheres portuguesas obtiveram na metrópole no período da guerra colonial, um efeito colateral da mobilização em massa dos homens, que se revelou destrutiva para a sobrevivência do modelo nacional do Estado Novo. Graças à abertura do mercado do trabalho, a «fada do lar» transformou-se gradualmente num sujeito socialmente mais ativo, não vinculado na esfera do imaginário doméstico; além disso, o trabalho feminino tornou-se repentinamente numa verdadeira necessidade para a sobrevivência da economia doméstica, desequilibrada pela mobilização e pela fuga dos desertores. Mas a improvisa saída do lar não abriu às mulheres portuguesas unicamente a possibilidade de um trabalho «masculino», bem retribuído; foi também o catalisador de um inédito acesso feminino aos estudos universitários, determinante no sustentamento daquela consciência anticolonial militante, revolucionária, que constituiu o duplo do espaço de diálogo privado instituído pelas «madrinhas» do MNF. O ataque feminino ao estado salazarista e à guerra colonial foi uma ação em duas frentes, que se desenvolveu tanto no âmbito privado, com a mencionada deriva “anárquica” da missão formal do MNF, como no âmbito público, com manifestações, greves, atos simbólicos de oposição ao regime, nos quais as mulheres tiveram um papel de grande relevância.

---

<sup>112</sup> Ivi, p. 323.

Como aludimos no primeiro capítulo, a demonização da mulher politizada, especialmente comunista, foi uma constante da política social do Estado Novo, que, além da persistente promoção do modelo da «fada do lar», atuou uma dura campanha de repressão contra os movimentos antiditatoriais, que desembocou em centenas de detenções nas prisões da PIDE e na constante recodificação dos eventos coletivos na imprensa pública, rigidamente controlada pela censura. O centro dos movimentos de contestação do regime foram as universidades, nas quais – sobretudo a partir de 1968, na sequência dos movimentos estudantis franceses – a politização juvenil aumentou de modo exponencial, instituindo-se como frente interna de resistência ativa, militante, no seio do Estado Novo. A luta do governo contra o ambiente universitário foi, aliás, um dos pontos mais críticos da relação do Estado Novo com o povo, abrindo as portas da contestação e da consciência política a faixas de população essencialmente despolitizadas.

Antes das grandes agitações anticoloniais da segunda metade da década de 1960, houve também outra manifestação que, nas suas peculiaridades e nas suas consequências, pode ser considerada um dos emblemas da luta silenciosa e silenciada das mulheres portuguesas contra a guerra colonial. No dia 8 de março de 1962 cerca de vinte e mil pessoas – predominantemente mulheres – marcharam nas ruas do Porto, unidas numa manifestação que, pela primeira vez desde o início do conflito, contestava aberta e publicamente a guerra colonial e as políticas sociais do Estado Novo. Uma das mentes da manifestação foi Maria José Ribeiro, uma jovem mulher constantemente vigiada pela PIDE. Filha de um «traidor da pátria»<sup>113</sup>, Maria José Ribeiro teve o seu primeiro encontro com o invisível braço armado do regime quando, em 1959, aos 23 anos, foi presa juntamente com outros jovens afiliados do Teatro Experimental do Porto, acusados de serem parte da rede de propaganda do PCP. Detida e torturada por nove meses nas instalações da PIDE na Rua do Heroísmo, Maria José Ribeiro revolucionou a sua própria vida depois do fim do período de detenção, dedicando-se corpo e alma à luta contra o Estado Novo, combatendo para o fim da guerra e para a emancipação feminina, fazendo parte daquele grupo de ativistas que viria a constituir, em 1968, o núcleo fundador do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

---

<sup>113</sup> O pai de Maria José Ribeiro, detido por 16 anos, foi um dos rebeldes da «Revolta dos Marinheiros», um motim de 1936 a bordo de três navios da Armada Portuguesa. Tratou-se da única ação exclusivamente militar contra o regime antes do 25 de Abril.

A manifestação de 8 de março criou uma grande confusão momentânea; a polícia local e os agentes da PIDE não esperavam uma contestação tão viva e ativa por parte de um conjunto de mulheres, que marcharam pela cidade exibindo faixas contra a guerra colonial e cantando coros antissalazaristas, antes da intervenção da polícia de choque. Foram dezenas os feridos e centenas as pessoas detidas, entre as quais, obviamente, a própria Maria José Ribeiro e o pai dela:

Maria José regressa à Rua do Heroísmo, onde é recebida com pancadaria. Dão-lhe um murro tão forte que lhe partem os óculos. Agredida e insultada de forma gratuita por um grupo de pides – que conhece todos pelo nome –, fica com a cara num bolo, retalhada, pois preocupara-se em defender o peito, alvo cobiçado. [...] Noutra sala, o pai está também a ser espancado, mas a brutalidade recai com mais força sobre as mulheres envolvidas no protesto. Uma operária, grávida, acaba por abortar, na sequência das agressões; uma estudante fica com o maxilar fraturado em resultado do pontapé com que os tempos censuram a intervenção política feminina.<sup>114</sup>

A intolerância do regime pela “desobediência” feminina evidencia-se dramaticamente, embora a contestação nacional não esteja nem remotamente no seu auge. São muitos os episódios análogos ao de Maria José Ribeiro, que representaram o contraponto doméstico da violência que as elites militares coloniais incentivavam silenciosamente contra as mulheres indígenas em Angola, Guiné e Moçambique. As elites salazaristas, preocupadas que os acontecimentos de 8 de março se tornassem num combustível para a silenciosa insatisfação popular que pairava naquela primeira fase da guerra, não só agiram com incompreensível violência contra as contestadoras apanhadas em flagrante, mas também atuaram uma operação de redimensionamento e de escárnio da manifestação a nível de imprensa. A edição do «Jornal de Notícias» do dia seguinte relata os acontecimentos só num pequeno trecho na página 8, falando apenas de uma rápida contestação, que envolveu «mais de cem pessoas»<sup>115</sup> e que levou ao ferimento de três pessoas, sem fazer nenhuma referência às razões da manifestação. Ao mesmo tempo, a primeira página do jornal, dedicada à Jornada Internacional da Mulher, refere

---

<sup>114</sup> S. Branco, op. cit., p. 90.

<sup>115</sup> Cfr. «Jornal de Notícias», 8 de março de 1962.



integralmente um trecho do «Borda d'Água»<sup>116</sup> do mesmo ano, no qual a “celebração” da mulher assume esta forma:

O que era uma grande dama de 1900? O que é hoje uma grande dama de 1962? Nenhum ponto de contacto têm. [...] As damas de então tinham um feminil e transcendente conceito da sua missão sobre a Terra. Uma senhora não berrava, não dizia palavrões, [...] não cortava o cabelo como se tivesse de fazer serviço militar. [...] Educava sem ralar, perdoava ao marido com lágrimas escondidas, dançava ao som de músicas de ritmos suaves. Não se imiscuía em política e, quando o marido chegava a casa e lhe beijava os cabelos inefáveis, encontrava a frescura de uma tez límpida e serena.<sup>117</sup>

A desconstrução pública do ato subversivo das manifestantes é só uma antecipação das tensões que caracterizariam as fases mais críticas da guerra colonial, mas evidencia como a perceção do papel político e social da mulher, numa época em que a mobilização começava a modificar a fisionomia da economia nacional, era uma enorme preocupação do regime. O alinhamento das mulheres contra aquela guerra «patriótica» representava uma questão de máxima criticidade na ótica do governo salazarista, já que se colocava como elemento de total subversão da tríade «Deus, Pátria, Família», que constituía o núcleo ideológico da ditadura. Nesta ótica, as dramáticas consequências da manifestação de 8 de março têm o mérito fundamental de sublinhar três questões importantes.

Em primeiro lugar, os acontecimentos daquele dia constituem a prova da persistência do empenho antiditatorial e antibélico da porção feminina da sociedade portuguesa, que não agiu unicamente na segurança das associações filo-governativas, mas foi, desde o princípio, parte ativa e determinante das manifestações de dissidência. Em segundo lugar, o silêncio no seio da oposição sobre a manifestação e as violências sofridas pelas participantes demonstra que, mesmo no âmbito das correntes antiditatoriais, a contestação da guerra colonial era um assunto tabu, quase unicamente considerado, naquela altura, pelas mulheres:

---

<sup>116</sup> O «Borda d'Água» é um almanaque publicado anualmente pela Editorial Minerva a partir de 1929, que se apresenta como um repositório de conselhos de sabedoria popular, informações várias e previsões astrológicas sobre o futuro.

<sup>117</sup> Cfr. «Borda d'Água», edição de 1962, Lisboa, Editorial Minerva, 1962.

A guerra colonial começara no ano anterior, mas era um tema controverso, quase tabu, dentro da oposição, que opta por o deixar de fora das campanhas. A posição das mulheres oposicionistas face à guerra é clara, mas não entra nos documentos aprovados pelas comissões democráticas eleitorais, dirigidas sobretudo por homens que torcem o nariz aos efeitos colaterais que o tema pode causar a outra lutas.<sup>118</sup>

Em terceiro lugar, o relato de Maria José Ribeiro, bem como o de outras prisioneiras políticas da PIDE, demonstra a polarização da figura feminina na ideologia e na prática do Estado Novo, que resultou em duas atitudes opostas e complementares. Se a «fada do lar», instituída como modelo de comportamento e de educação no período salazarista, era uma criatura angélica, beatificada e celebrada na sua perfeita obediência aos ditames do estado, a mulher politizada, especialmente se filiada de alguma maneira ao PCP, representava uma figura diabólica, que tinha de ser silenciada, se necessário com um recurso à violência ainda mais intenso do que no caso dos homens.

Num escrupuloso estudo sobre o imaginário masculino nas milícias da Alemanha pré-nazista, Klaus Theweleit identificou uma dupla representação do sujeito feminino, ao qual se associavam características, comportamentos e ações radicalmente diferentes: a enfermeira branca, uma figura seráfica, que era o apoio silencioso dos soldados, a mãe dedicada, a esposa obediente, cuja sexualidade tinha de ser posta em causa unicamente por razões de procriação; a enfermeira vermelha, uma figura diabólica, que era a mulher militante, barulhenta e até armada, comumente associada àquela revolução bolchevique que habitou os pesadelos das elites no primeiro quartel do século XX, uma mulher não-feminina que, pelo seu ato de subversão da própria “natureza”, tinha de ser dominada – política e sexualmente – com violência.<sup>119</sup> Apesar da inegável, enorme diferença que há entre os contextos da Alemanha da década de 1920 e Portugal nos anos da guerra no ultramar, é inegável que a simbolização deste conflito – uma deformação, segundo Theweleit, do imaginário dos regimes totalitários – tem uma peculiar, secreta realização no seio do Estado Novo. Na mesma linha, se acolhermos a provocação de Alessandro Cinquegrani, segundo a qual as sociedades capitalistas do segundo pós-guerra são doentes

---

<sup>118</sup> S. Branco, op. cit., p. 89.

<sup>119</sup> K. Theweleit, *Male Fantasies. Volume 1. Women, Floods, Bodies, History*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2003, pp. 70-90.

de formas, mais ou menos evidentes, de «nazismo ontológico»<sup>120</sup>, parece ainda mais evidente que na disforia das elites salazaristas a mulher politizada, embora não fosse numericamente um inimigo comparável aos «turras» armados com catanas, se tornava no adversário mais perigoso, porque capaz, com a sua emancipação e a sua interferência na narrativa bélica nacional, de subverter as condições de subsistência da sociedade ditatorial. No caso do Estado Novo, podemos dizer que a «enfermeira vermelha» assumiu duas formas distintas: a militante comunista da metrópole, objeto de uma dura repressão pela PIDE, que representava o inimigo escondido nos confins domésticos; a militante independentista e a guerrilheira nas colónias, que representavam duas formas explícitas de subversão da ordem colonial, projetando as mulheres no centro da transformação da sociedade.

Como já se aludiu, a atenção da PIDE – que se tornou, em 1968, na Direção Geral de Segurança (DGS) – face à participação política das mulheres oposicionistas intensificou-se nos últimos anos de vida do Estado Novo. Deposto Salazar por motivos de saúde em 1968, o governo de Marcelo Caetano pôs em prática uma política de pequenas aberturas, tanto na metrópole como nas colónias, com o objetivo de guiar o país em direção de uma liberalização económica que reduzisse a crise económica e social, mantendo, ao mesmo tempo, a estrutura de poder do estado salazarista. Durante a «primavera marcelista»<sup>121</sup> garantiu-se à oposição a possibilidade, pela primeira vez em quase cinquenta anos, de se organizar oficialmente em vista das eleições de 1969, mas essa abertura não significava absolutamente que as elites governativas estivessem dispostas a uma competição équa. De certa forma, o reconhecimento da oposição foi uma espada de dois gumes para os adversários do regime, já que deu sem dúvida uma maior exposição popular às posições políticas antiditatoriais e antibélicas, mas facilitou ao mesmo tempo o trabalho da PIDE/DGS, que se confrontava nesta altura com movimentos que, pelo menos parcialmente, agora agiam à luz do dia. Independentemente das

---

<sup>120</sup> A. Cinquegrani, *Il sacrificio di Bess. Sei immagini su nazismo e contemporaneità*, Milano, Mimesis, 2018, pp. 25-30.

<sup>121</sup> Com esta designação entendem-se comumente os dois primeiros anos do governo de Marcelo Caetano. Foi um período caracterizado pela abertura do governo ditatorial a questões incómodas, como o reconhecimento de uma oposição oficial, o perdão dos desertores e, sobretudo, a independência das colónias; as aberturas foram, na realidade, muito restritas. Apesar das esperanças iniciais, o governo de Marcelo Caetano, influenciado inclusivamente pela reeleição do ultraconservador Américo Tomás, revelou rapidamente a sua continuidade com o do seu predecessor, guiando inexoravelmente o país em direção do 25 de Abril.

esperanças que Marcelo Caetano suscitou naquela fase inicial do seu governo, a situação para os opositores políticos da ditadura piorou muito rapidamente, porque a maior exposição dos movimentos, com um aumento das contestações públicas, garantiu aos agentes da PIDE/DGS uma possibilidade de repressão sem precedentes: uma consequência que bem evidencia o limite estrutural que o regime tinha atingido na sua gestão do império, tanto em Portugal como nas províncias africanas, onde a guerrilha estava prestes a alcançar níveis de violência psicofísica dificilmente prognosticáveis.

As eleições de 1969 foram, em termos políticos, uma charada apta a garantir legitimidade pública ao governo de Marcelo Caetano, enquanto os opositores nunca tiveram a possibilidade concreta de ganhar, mas foram funcionais a relançar, com formas até inéditas, a máquina da oposição. Nesta altura, parábolas pessoais como a de Helena Pato, uma das fundadoras do MDM, podem ajudar a esclarecer tanto a situação no seio da oposição como a importância da contribuição feminina para a causa antibélica. Fugida em França em 1962 para seguir o primeiro marido, um jornalista do diário «República» denunciado à PIDE, Helena Pato aderiu naquele mesmo ano ao PCP, do qual começará a ser militante ativa a partir de 1965, depois de regressar a Portugal. Os problemas da família Pato com o regime, entretanto, não tinham decerto diminuído, já que o irmão, seis anos mais novo, tinha desertado e se tinha refugiado na Bélgica. As represálias da PIDE nunca faltaram a Helena Pato, que chegou a ser detida seis meses na prisão de Caxias, em condições semelhantes às de Maria José Ribeiro, por causa da sua filiação política. Terminada a experiência de cativo, Helena Pato fez parte da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) que se preparava para as eleições de 1969 com uma atitude de profunda desconfiança face às aberturas «marcelistas»<sup>122</sup>; apesar de uma possibilidade aparentemente inédita de expressão política no seio da ditadura, a contraposição à guerra no ultramar representava, todavia, um assunto difícil, que produzia silêncios e controvérsias:

A guerra colonial demorara a entrar no discurso da oposição democrática. A generalidade das teses aprovadas no segundo congresso, em maio de 1969, ignora cautelosamente o

---

<sup>122</sup> Uma atitude completamente justificada, se considerarmos que o irmão será vítima do novo governo. Em 1973 Marcelo Caetano aprovou a amnistia para desertores e refratários, que podiam voltar para Portugal, sem serem detidos, sob reserva de cumprirem o serviço militar. Na verdade, já que o irmão de Helena, muitos portugueses refugiados no estrangeiro, como o próprio irmão de Helena Pato, foram detidos ao passarem a fronteira.

conflito. Das mais de 60 intervenções realizadas, apenas os Jovens Democratas de Aveiro ousam referir-se à juventude «obrigada a consumir-se numa guerra sobre a qual nunca lhe foi dada a oportunidade de emitir uma opinião». As conclusões do encontro de três dias acabarão por defender o «fim da guerra de África», expressão de consenso, após um longo esgrimir de formulações, entre a «livre discussão do problema ultramarino» e «o fim imediato da guerra colonial».<sup>123</sup>

As coisas mudaram só em proximidade das eleições legislativas daquele mesmo ano, graças também ao contributo feminino das militantes do CDE. Após sair da prisão no fim de 1967, Helena Pato começou a encontrar-se privadamente com três outras afiliadas – Isabel do Carmo, Aida Magro e Conceição Matos – com quem trabalhou na redação de um documento sobre a condição feminina em Portugal para ser entregue ao segundo congresso da oposição em Aveiro. As reuniões, inicialmente privadas, abriram-se em breve tempo à participação de outras mulheres, que chegaram a constituir o núcleo inicial do MDM que surgiria no término do período eleitoral. Numa época na qual, como relata a própria Helena Pato, a contestação à guerra era «o principal alvo de repressão policial»<sup>124</sup>, o grupo de mulheres do MDM teve o grande mérito de abordar o assunto numa série de manifestos de condenação, que constituíram um grande ato simbólico, uma faísca que agiu como catalisador para inflamar a luta à guerra colonial nos últimos anos do regime. As consequências deste ato, como era de esperar, foram duas: por um lado, o simulacro de liberdade de expressão que os movimentos de oposição saborearam na «primavera marcelista» desvaneceu rapidamente e o MDP/CDE<sup>125</sup> e o PCP tornaram-se no alvo de novas atenções por parte da PIDE/DGS; por outro lado, a difusão dos manifestos, combinada com o sentimento de exaustão geral na população, favoreceram uma inédita participação nas manifestações contra a ditadura e a guerra colonial, que acolheram novos membros sobretudo no ambiente universitário.

Como se referiu, as universidades foram um “problema” muito consistente para o regime. As contestações à guerra colonial começaram muito cedo, com um movimento

---

<sup>123</sup> S. Branco, op. cit., p. 95. O «segundo congresso» mencionado na segunda linha desta citação é o segundo congresso republicano de Aveiro, efetuado em preparação das eleições da Assembleia Nacional de 1969. As outras duas edições foram em 1957 e 1973.

<sup>124</sup> Ivi, p. 97.

<sup>125</sup> O Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Portuguesa (MDP/CDE) foi uma das organizações políticas mais importantes da oposição. Nasceu em 1969 das cinzas da precedente CDE, liderada por José Manuel Tengarrinha, segundo marido de Helena Pato.

que explodiu em Coimbra já no ano letivo de 1961/62; as repressões da PIDE foram duríssimas, com detenções em massa dos líderes dos coletivos estudantis e com a imposição da mobilização para os estudantes reprovados, mas não foram capazes de deter um movimento que, na década de 1960, cresceu exponencialmente. Coimbra era, ao mesmo tempo, o centro da vida estudantil do país e um lugar altamente emblemático para o regime, não só porque Salazar tinha sido por muito tempo professor na mesma universidade, mas também por causa das enormes obras de remodelação – é suficiente pensar nas Escadas Monumentais<sup>126</sup> – promovidas pelo Estado Novo, que mudaram radicalmente o plano urbanístico de Coimbra. É precisamente por causa desta dupla, importante valência simbólica, que a cidade se tornou no epicentro da luta entre o regime e o movimento universitário. O núcleo da crescente consciência política estudantil foram as Repúblicas<sup>127</sup>, a Associação Académica de Coimbra (AAC), o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC) e o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), espaços que abriram a um diálogo cultural alternativo sobre a ditadura, a emancipação feminina, a guerra colonial e que, por essa razão, foram o vigiado privilegiado do olho censório da PIDE.

As repressões alcançam um novo pico quando, em 1969, o Presidente da República Américo Tomás visitou a universidade para inaugurar a nova sede de Matemáticas; os afiliados da AAC ocupam rapidamente o edifício, solicitando o fim da guerra, a reintegração de estudantes e professores expulsos, a liberdade de palavra, enquanto os agentes da PIDE escoltavam a equipa presidencial fora do prédio. Nos dias seguintes, o ministro José Hermano Saraiva ordenou o encerramento da AAC e a suspensão da universidade dos seus líderes; a consequência foi que a luta transbordou os confins das organizações já mencionadas, tornando-se numa contestação coletiva. Como relata Manuela Cruzeiro, estudante e afiliada do TEUC na época, a campanha de demonização estudantil na imprensa nacional, que se seguiu à visita de Américo Tomás, foi desavergonhada, mas teve o efeito colateral de aproximar outras faixas de população do movimento estudantil e da luta anticolonial:

---

<sup>126</sup> Escadaria de 125 degraus que liga a Alta Universitária à zona de Praça da República, centro nevrálgico da vida estudantil de Coimbra. Trata-se de uma das principais intervenções da obra de requalificação urbanística efetuadas pelo Estado Novo entre 1942 e 1969.

<sup>127</sup> Comunidades estudantis autónomas e autogeridas, que sobrevivem ainda hoje. Historicamente próximas dos movimentos de esquerda, algumas delas conservam uma nomeação marcadamente marxista, como, por exemplo, a República Rosa Luxemburgo, adjacente ao Jardim da Sereia/Parque de Santa Cruz.

Coimbra pode ser provinciana, mas não é cega, nem se deixa enganar pela intoxicada imprensa da época, que, à exceção de algumas fintas à censura, relata atos de violência estudantil que ninguém presencia. As manifestações são pacíficas, os jovens não andam aos tiros, nem em confrontos com a polícia. A população contesta a teoria do caos veiculada pelo regime, que bloqueia a informação que sai da cidade.<sup>128</sup>

As contestações estudantis, que chegaram a envolver até a equipa de futebol da cidade<sup>129</sup>, juntaram estudantes e cidadãos, homens e mulheres, trazendo uma forte mensagem igualitária contra o tiranismo patriarcal do regime. Os comícios dominaram a segunda parte de 1969, intensificando-se no fim do período eleitoral, quando, sem surpresa, a União Nacional/Ação Nacional Popular (UN/ANP)<sup>130</sup> confirmou o controlo do governo. A reação do regime foi de uma dureza incomparável, marcando no sangue o crepúsculo da «primavera marcelista». Nos anos seguintes, a repressão política do regime concentrou-se particularmente nos grandes atores da época – especialmente no PCP – na tentativa de conter a coesão da movimentação popular, mas obteve o resultado contrário, empurrando a oposição a formar núcleos mais pequenos, organizados, independentes, nos quais os jovens estudantes universitários, que tinham perdido a inocência nas contestações de 1969, confluíram em massa.

As principais instituições do movimento “subterrâneo” foram a Ação Revolucionária Portuguesa (ARA), as Brigadas Revolucionárias (BR) e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), grupos de matriz marxista, que se instituíram como organismos complementares ao PCP, ao MDP/CDE e ao MDM, resultando particularmente ativos nos últimos dois anos do regime. Se o MRPP agiu na linha da continuidade com o pensamento de 1969, apoiando-se na manifestação pacífica e na organização de mobilizações, as outras duas foram ambas organizações atribuíveis à extrema-esquerda, empenhadas na luta armada ao regime, mas caracterizadas por diferenças ideológicas relevantes. Enquanto a ARA era uma organização muito próxima,

---

<sup>128</sup> S. Branco, op. cit., p. 193.

<sup>129</sup> Não foi por acaso que a final da Taça de Portugal de 1969 entre Académica e o Benfica registou uma presença extraordinária de polícia e foi a primeira sem direito à transmissão televisiva. A contestação dos futebolistas da Académica é duplamente simbólica, se considerarmos a importância de Coimbra para o Estado Novo e a imprescindibilidade do futebol no regime dos «três F»: Futebol, Fado, Fátima.

<sup>130</sup> A União Nacional, que, paralelamente à PIDE, adotou uma nova denominação durante o governo de Marcelo Caetano, foi o partido que manteve o monopólio da representação política durante a ditadura.

por configuração, do PCP, do qual se instituía quase como natural continuação intervencionista, as BR eram um organismo político mais radical, que olhava na direção de um futuro livre de «ismos» e incluía elementos de formação muito heterogênea, provenientes não só da esquerda. Em ambas as organizações, a presença feminina foi considerável, mas foi nas BR que as mulheres tiveram um papel mais importante, sobretudo na ótica de uma consciência coletiva da luta à guerra colonial. Como refere Laurinda Queirós no seu depoimento<sup>131</sup>, eram os homens que participavam nas ações armadas, enquanto as mulheres se ocupavam das questões organizativas e da propaganda, garantindo que a mensagem contra o regime chegasse ao número mais amplo possível de pessoas. Enquanto a PIDE/DGS estava empenhada em combater as ações armadas dos homens, as mulheres trabalhavam para lançar uma grande mensagem coletiva contra a guerra colonial e a ditadura; sendo as BR o organismo menos dogmaticamente laico do movimento da oposição, elas conseguiram até instaurar um diálogo com exponentes dos movimentos católicos<sup>132</sup>, que tinham, naquela altura, uma influência enorme a nível social. A mensagem anticolonial, antibélica, antiditatorial chegou a ser, nos últimos anos do Estado Novo, matéria de discussão mesmo naqueles ambientes historicamente ligados às elites governativas, graças também aos elementos que tiveram uma função de mediação. É emblemático que algumas das manifestações mais exemplares de contestação à guerra colonial tenham envolvido, de maneira ativa, dois pilares da doutrina salazarista, ou seja, a mulher cristã e as instituições católicas.

Dois desses exemplos são relatados, na obra de Sofia Branco, por Maria da Conceição Mota, uma das protagonistas da resistência dos católicos progressistas à guerra colonial, que, como muitos outros portugueses, acreditava não só que a religião não teria de suportar incondicionalmente uma guerra injusta, mas que tinha mesmo a obrigação moral de denunciá-la. No dia 13 de maio de 1972, juntamente com outros homens e mulheres do movimento, Maria da Conceição Mota dirigiu-se ao santuário de Fátima, um dos lugares mais simbólicos da epopeia salazarista, onde foi distribuída uma enorme quantidade de folhetos que convidavam os cristãos a não suportar a causa bélica; tratou-

---

<sup>131</sup> S. Branco, *op. cit.*, pp. 98-106.

<sup>132</sup> Como relata Laurinda Queirós, uma das figuras públicas mais respeitadas no seio da oposição era o ex-bispo do Porto, António Ferreira Gomes, exilado em 1958 por ter questionado publicamente, numa carta “privada” que acabou em todos os jornais, a atuação política e social do regime. Tendo regressado a Portugal graças à amnistia de Marcelo Caetano, foi uma figura importante para garantir um diálogo entre os movimentos de ação, mais radicalmente politizados, e as outras faixas de população.



se de uma ação rápida, a fim de evitar represálias, que preparou o terreno para o verdadeiro ataque católico à ditadura, que chegou no fim do ano. Nos meses precedentes, juntamente com exponentes da JEC<sup>133</sup>, o grupo de Maria da Conceição Mota tinha organizado uma vigília de reflexão sobre a guerra colonial, que teve lugar na Capela do Rato em Lisboa, um lugar constantemente vigiado pela PIDE/DGS por causa das ideias progressistas do capelão Alberto Neto. No dia 30 de dezembro de 1972, concluída uma das últimas celebrações do ano, Maria da Conceição Mota pegou no microfone e, quebrando o silêncio católico sobre a questão bélica, anunciou, naquela mesma capela, 48 horas de jejum e reflexão sobre a guerra colonial. Seria uma vigília aberta a todos, crentes e não, que Maria da Conceição Mota introduziu com algumas palavras significativas:

Para este ano o Papa diz-nos que a Paz é possível, mais ainda, ela é obrigatória: ao ouvirmos esta palavra não podemos deixar de pensar porque é que, entre nós, desde 1961 para cá, a paz não tem sido possível. Estamos conscientes de que a guerra de África é o ponto crucial da situação que vivemos. É um problema que temos muito a peito, que nos toca muito de perto e que constitui um drama permanente para nós, como membros de uma sociedade e como cristãos de uma Igreja. Se sofremos a apatia da Igreja a esse respeito, pesa-nos sobretudo o problema que a guerra representa para os povos de Angola, Guiné, Moçambique, bem como para o povo português. Queremos acreditar que também para esses povos, a paz é possível.<sup>134</sup>

A vigília atraiu centenas de pessoas, mas desencadeou, obviamente, a reação da PIDE/GDS, que expulsou com a força os participantes, bloqueando o acesso à capela por duas semanas. O punho de ferro do regime teve o efeito colateral de provocar a reação das autoridades eclesiais nacionais, que, na pessoa do patriarca de Lisboa António Ribeiro, tomaram, pela primeira vez em décadas, uma posição crítica contra o governo. Nos meses seguintes Maria da Conceição Mota, que se tinha instituído como interlocutora entre os movimentos legais católicos e aqueles subterrâneos como as BR, foi uma das

---

<sup>133</sup> Juventude Escolar Católica, organização estudantil cristã, cujas reuniões tinham sede, naquela altura, precisamente na Capela do Rato.

<sup>134</sup> S. Branco, op. cit., p. 161.

últimas detidas da PIDE/GDS, numa última tentativa de censura do Estado Novo, que, todavia, não travou o terremoto da Capela do Rato:

A vigília na Capela do Rato dera início a um ano pródigo nos calabouços – a contestação ao regime e à guerra colonial era feita em cada vez mais frentes, por estudantes, trabalhadores, católicos, grupos armados, e o presidente do Conselho que havia prometido reformas políticas respondia com mão de ferro.<sup>135</sup>

Seria este, a nível doméstico, o início do fim para o antigo regime, que culminaria no 25 de Abril num clima de luta interna que ia em paralelo com os últimos, sangrentos meses da guerra colonial. Resulta evidente, no comentário dos vários testemunhos aqui apresentados, que a batalha das mulheres ao Estado Novo e à guerra colonial foi um processo tão multifacetado quanto determinante, que favoreceu uma gradual implosão do regime.

Relegadas por uma decenal imposição social a ser o «anjo do lar» e a cola das famílias e da sociedade corporativa salazarista, as mulheres portuguesas conduziram uma campanha antibélica nas duas frentes, que as tornou, gradualmente, no principal inimigo doméstico das elites conservadoras: por um lado, a frente oficiosamente englobada no mecanismo do regime – as madrinhas do MNF, a Cruz Vermelha Portuguesa, as enfermeiras paraquedistas, as esposas que seguiram os maridos mobilizados – agiu fora do radar, criando um espaço alternativo de diálogo e reflexão individual, relatando uma narrativa diferente de um conflito ainda hoje cheio de pontos de interrogação, abrindo à possibilidade de um futuro diferente e emancipado, vivendo, sobretudo, os delírios causados pelo patriotismo doente do Estado Novo; do outro lado, a frente ativa, militante, as “feministas barulhentas e marxistas”, que, demonizadas na imprensa nacional e torturadas pela PIDE, agiram em prol de uma renovada consciência feminina e nacional, coletiva, manifestando contra a injustiça social da guerra colonial, denunciando a supressão da palavra, lutando pela emancipação feminina e pelo fim da ditadura. Não foi uma revolução armada, espetacular como as que compõem o imaginário da historiografia europeia, mas foi um processo longo, complexo e desgastante, que operou dentro e fora do papel privado, doméstico, a que o capitalismo «orgânico» do Estado Novo tinha

---

<sup>135</sup> Ivi, pp. 165-66.

relegado o sujeito feminino. Foi, nas suas várias facetas, uma contribuição essencial na luta a uma guerra desgraçada, que, para as suas consequências difíceis e o seu carácter de “Vietname lusitano”, é um assunto sobre o qual paira, ainda hoje, um acordo tácito de silêncio. Mas, como a história tem tragicamente demonstrado no seu decurso, esquecer é muito frequentemente sinónimo de repetir; lembrar, fixar na memória, é um imperativo ético.

A experiência das mulheres portuguesas no período da guerra colonial mostra-nos uma consciência do conflito diferente, que sai das lógicas binárias do machismo militar estudado por Theweleit, movendo um assalto poliédrico contra as próprias estruturas do colonialismo lusitano. Uma ótica feminina, que disseque as contradições e os traumas do colonialismo nacional na sua expressão mais trágica, é um imperativo na elaboração de um pensamento decolonial capaz de abalar definitivamente as nostalgias imperiais que, como salienta Eduardo Lourenço<sup>136</sup>, caracterizaram a autognose do país depois do 25 de Abril.

É preciso considerar a guerra colonial não só na ótica do conflito terrível, absurdo, que foi, mas analisando-a também como ponto focal das tensões – raciais, sexuais, sociais – que minaram o fim da ocupação imperialista de África, um período de violência e profundas mudanças, em que as mulheres, tanto nas colónias como na metrópole, foram protagonistas de um conflito “outro”, uma guerra à guerra, na esperança de guiar os países, libertados do jugo de interesses e egoísmo do regime, numa transição pacífica para uma nova identidade, mais igualitária, menos individualista. Por isso mesmo, é necessário reconsiderar a importância do envolvimento feminino na parábola da guerra colonial, para demonstrar, mais uma vez, que curar as feridas de qualquer forma de colonialismo precisa de uma elaboração alternativa do trauma. Trata-se de uma visão que, no contexto da guerra colonial, tem de considerar, apesar da dificuldade de recolha das fontes documentais, as especificidades da perspectiva feminina africana.

---

<sup>136</sup> Cfr. E. Lourenço, *Portugal como Destino*, op. cit.

## II.2 A guerra infinita das mulheres africanas

Se na metrópole as tensões e as mudanças sociais explodiram a partir de 1961, com o início oficial da guerra colonial, nas colónias as amarguras iam-se crescendo já havia muito tempo. Aí, a transição ao colonialismo imperialista no fim do século XIX tinha criado as bases de uma sociedade baseada na segregação racial e na exploração dos indígenas, mas foi com o grande êxodo de capitais e investidores no período da Primeira República que o fenómeno adquiriu uma estrutura estável e se instituiu em breve tempo uma potente elite capitalista local. Os problemas, todavia, eclodiram quando, no segundo pós-guerra, o governo salazarista, para não ceder às pressões internacionais sobre a libertação das colónias, mudou formalmente de atitude em relação aos territórios africanos, que, sendo parte de um Portugal que ia «do Minho a Timor», tinham agora de ser uniformados aos ditames salazaristas que regulavam todos os aspetos da vida metropolitana. As consequências, como era de esperar, foram nefastas no plano do equilíbrio social, porque a presença autoritária dos portugueses representava um problema, quer para a sociedade colonial branca quer para os grupos indígenas. As elites coloniais, que já tinham visto drasticamente reduzida a sua liberdade comercial e económica, foram limitadas ainda mais, enquanto o Estado Novo tentava estabelecer um controlo orgânico no território; um problema considerável, se considerarmos que uma parte consistente deste grupo era composta pelos pequenos empreendedores que, penalizados pelo rígido corporativismo nacional, se tinham mudado para África. As populações indígenas, que viviam, num número ainda considerável, em comunidades autónomas seguindo as suas tradições, foram obrigadas a integrar-se numa sociedade que era uma bomba-relógio e na qual, aliás, representavam o fim da fila.

Foi a condição social das mulheres, em particular, a piorar consideravelmente com o aumento do envolvimento da metrópole na gestão das colónias. Na porção “ocidental”, abastada da sociedade reproduziram-se substancialmente os mecanismos de separação sexual que caracterizavam o modelo familiar do Estado Novo, deixando às mulheres poucas possibilidades – todas ligadas ao âmbito da educação ou da assistência, privada e pública – de entrar com uma posição de força no mercado do trabalho local. Essa mesma possibilidade, no período colonial, nunca foi garantida às mulheres indígenas, que encontravam uma ocupação essencialmente na servidão ou nos infames «trabalhos

contratados»<sup>137</sup>, onde eram expostas à exploração sexual dos patrões – um fenómeno que, infelizmente, aumentou de forma considerável no período da guerra, com as violências sexuais dos guerrilheiros e dos soldados portugueses. A este respeito, as circunstâncias nos três países envolvidos no conflito – Angola, Guiné, Moçambique – foram variáveis, mas é inegável que, na consolidação da presença dos colonos no segundo pós-guerra, se acentuou uma nítida separação entre as condições sociais das mulheres negras e brancas, que, no conjunto, permaneciam afastadas do centro nevrálgico da sociedade colonial. Como emerge nos depoimentos de *As Mulheres e a guerra colonial*<sup>138</sup> quer num dos romances analisados no terceiro capítulo<sup>139</sup>, as relações entre raças, mesmo mantendo um certo grau de separação, eram essencialmente diferentes nos três países. Se na Guiné predominou uma emigração pobre, que criou um núcleo social mais homogéneo nas condições de base, em Angola e Moçambique a estrutura da sociedade colonial consolidou-se num modelo que separava organicamente brancos, mestiços e negros, tanto a nível de possibilidades sociais como a nível de presença territorial, com a população negra que, nas cidades, morava quase integralmente em bairros de lata. Foi em Moçambique em particular, talvez pela proximidade, física e “cultural”, da África do Sul e da Rodésia<sup>140</sup>, que se instaurou uma sociedade caracterizada pela massiva presença de racismo, que tornava as relações entre os vários grupos étnicos extremamente tensas mesmo na quotidianidade.

Além disso, a renovada presença “metropolitana” no segundo pós-guerra foi tristemente determinante para o enfraquecimento e até mesmo a extinção de modelos socioculturais locais de estrutura matriarcal e matrilinear, comunidades isoladas na qual o papel da mulher na sociedade era, por trás das diferentes tradições culturais, muito mais incisivo. A pressão dos colonizadores na sua obra de “civilização” foi, neste contexto, dúplice: por um lado, impeliam os homens a perseguir falsas promessas nas grandes cidades, onde acabavam, geralmente, por conduzir uma vida miserável; por outro lado

---

<sup>137</sup> Forma de trabalho coercitiva, miseravelmente retribuída, que substituiu de facto a escravidão nas colónias portuguesas a partir das primeiras décadas do século XX.

<sup>138</sup> Cfr. S. Branco, op. cit.

<sup>139</sup> Cfr. I. Figueiredo, *Caderno de Memórias Coloniais*, São Paulo, Todavia, 2018.

<sup>140</sup> É oportuno salientar, a este respeito, duas questões: a África do Sul foi o único país que, nas assembleias das Nações Unidas, apoiou a guerra colonial e a legitimidade da presença portuguesa em África, enquanto Portugal foi um dos países a não condenar o apartheid sul-africano; Portugal e a África do Sul foram entre os pouquíssimos países a não suportar, em 1965, as sanções internacionais contra a Rodésia, defendendo a legitimidade do recém-nascido estado.

incentivavam, mediante compensações ou ameaças, as famílias a enviar os filhos para serem educados nas comunidades católicas dos centros urbanos. Tratou-se de uma dupla pressão deletéria para muitas dessas comunidades, que facilitou a difusão, mesmo a nível local, de um sistema de valores no qual a mulher resultava limitada.

Um exemplo muito incisivo a este respeito é fornecido pelo livro *Angola, Femmes Sacrées, Insoumises, Rebelles*<sup>141</sup> de Dia Kassembe, em que a autora angolana, percorrendo as suas origens, relata a dupla experiência de educação que caracterizou a sua infância, dividida entre as tradições culturais da pequena comunidade no interior de Quiçama e as experiências de integração no ambiente urbano de Muxima. Depois de uma primeira parte do texto focada inteiramente na educação tradicional de homens e mulheres na pequena comunidade de origem, no segundo capítulo dedicado à «missão civilizadora», Dia Kassembe fornece um quadro nítido das mudanças instituídas pelos “civilizadores” na vida das comunidades autónomas a partir da década de 1950:

As regiões de Soba Grande foram devastadas: os jovens foram requisitados com contratos de trabalho, quem resistia era morto, as autoridades indígenas justicadas, os anciãos transferidos, as grandes casas destruídas pelo fogo, os animais confiscados, os colégios dos sábios e as mulheres sagradas desapareceram, foi imposta a proibição total de reuniões entre negros. Foi o fim das *kizombas*, de Kassembe, de tudo. Os supérstites foram exilados e deportados para a cidade de Muxima, já controlada pelos portugueses.<sup>142</sup>

As meninas africanas integradas na sociedade colonial foram-no através dos canais da doutrinação católica, que as preparava a uma vida substancialmente vinculada ao âmbito da servidão e da atividade doméstica. Como relata a autora, a possibilidade de acesso dos africanos a trabalhos não manuais era vinculada a um certo grau de escolaridade, que, por causa dos difíceis pré-requisitos instituídos pelo regime, não era normalmente ao alcance dos indígenas, vítimas de uma sociedade estruturalmente pensada para manter a separação entre grupos étnicos. Para os poucos que tiveram a possibilidade de aceder à instrução, nos anos da guerra a situação não foi fácil, porque o início do conflito, juntamente com a propaganda do regime e os preconceitos raciais, os levou a ser constantemente discriminados, chamados de «turras» pelos filhos da burguesia

---

<sup>141</sup> Cfr. D. Kassembe, *Angola, Femmes Sacrées, Insoumises, Rebelles*, Paris, L'Harmattan, 1997.

<sup>142</sup> Ivi, p. 46 (tradução nossa).

branca e mestiça; como consequência disso a pequena porção da juventude negra que conseguiu aceder ao sistema de educação colonial chegou, com triste frequência, a odiar a sua própria raça. Era mais comum que as meninas africanas, terminado o período de educação católica, obtivessem um trabalho doméstico nas cidades, o que representava uma situação potencialmente positiva, mas que, na verdade, se tornava frequentemente num pesadelo:

Poupada mais do que o homem do genocídio «físico», a mulher não conseguiu salvar-se do genocídio «psicológico» causado pelas várias tipologias de violência à qual foi submetida como refém, instrumento de corrupção ou de prazer, em conformidade com o papel desempenhado (escrava, concubina, mantida). Nenhuma lei proibía considerar a mulher como um objeto sexual; se a criada se recusava a conceder o seu corpo ao patrão branco sujeitava-se à catástrofe para ela e para a sua família – até para a sua comunidade – que seria perseguida ou até mesmo deportada.<sup>143</sup>

O texto de Dia Kasembe evidencia em várias circunstâncias como a cor da pele se tornava num critério de regulamentação das relações entre sexos na sociedade colonial portuguesa. Como relata a autora, era muito frequente que as mulheres negras tivessem filhos mestiços, nascidos de união – voluntária ou forçada – com homens brancos, mas era difícil que elas fossem as companheiras de vida destes; ser a concubina era, para uma faixa consistente da população feminina negra, a única possibilidade de ascensão social numa realidade que lhe fornecia instrumentos quase inexistentes para fazê-lo. Como já se referiu, era geralmente aceite, a nível social, uma relação entre um homem branco e uma mulher negra, enquanto o oposto era considerado um crime imperdoável.

Podemos observar que, nas sociedades coloniais, além da reprodução das relações de força entre os sexos típicas do universo salazarista, a condição de marginalização da mulher obteve uma variável adicional, a raça, que originou um processo de desvalorização mais explícito, menos retórico; seria necessário um estudo mais amplo e aprofundado para considerar todas as variáveis que, na sua relação com as comunidades autónomas do interior, a civilização portuguesa desencadeou na transformação do papel da mulher na sociedade e no imaginário das ex-colónias, sobretudo no segundo pós-guerra, com a abrupta mudança das suas políticas coloniais. Em virtude deste panorama

---

<sup>143</sup> Ivi, p. 66 (tradução nossa).

social multifacetado e multiestratificado, não deve surpreender que, aquando da eclosão da guerra colonial, bem como nos anos tumultuosos que a precederam, a resistência anticolonial das mulheres assumiu formas diferentes, que, além da missão comum, se diferenciaram em função da pertença social, do período específico, das modalidades.

Podemos dizer que, analogamente ao que aconteceu na sociedade metropolitana, a luta anticolonial das mulheres se desenvolveu em duas frentes distintas: a da guerra ideológica, na qual foram envolvidas principalmente as faixas relativamente privilegiadas da sociedade urbana, e a da guerra armada, na qual as mulheres se juntaram aos movimentos independentistas e foram protagonistas ativas da guerrilha.

As protagonistas da primeira foram, geralmente, os elementos da sociedade feminina – filhas de colonos, esposas de funcionários, professoras metropolitanas – que podemos considerar demograficamente parte da elite colonial. A luta por uma realidade mais igualitária, livre do machismo e do racismo que caracterizavam a quotidianidade de Portugal «do Minho a Timor», foi também uma batalha cultural, que tinha de confrontar-se quotidianamente com a censura e a violência da PIDE/GDS, a qual, longe da máscara civilizadora da Europa, agia de uma maneira ainda mais brutal. Um exemplo muito interessante, na vertente da luta anticolonial mais ideológica das mulheres, é evidenciado por Ada Milani em relação ao percurso da revista moçambicana «Itinerário»<sup>144</sup>.

Nascida por iniciativa de um pequeno grupo de colonos e ativa entre 1941 e 1955, a revista «Itinerário», além de ser um elemento interessante no desenvolvimento da incipiente literatura nacional, foi um espaço cultural onde a preocupação pelas condições das mulheres no seio da sociedade colonial ocupou um papel de destaque. Embora a maioria das vozes da revista fossem masculinas, houve também um restrito conjunto de assíduas colaboradoras, entre as quais se destaca, pelas posições marcadamente anticoloniais, Sofia Pomba Guerra. Professora e farmacêutica de origem alentejana, Sofia Pomba Guerra foi uma das vozes principais da revista num período – entre 1945 e 1950 – em que a euforia antitatorial, alimentada pela vitória dos aliados na Guerra Mundial, se espalhava na burguesia da sociedade colonial, ansiosa de obter a independência da metrópole; foi também um período em que, em todo o território imperial, aumentaram

---

<sup>144</sup> Veja-se, para uma leitura mais aprofundada: A. Milani, *Immaginari transnazionali. La formazione della letteratura mozambicana attraverso la rivista «Itinerário» (1941-1955)*, Milano, Mimesis, 2020.; A. Milani, “Irene Gil e Sofia Pomba Guerra: vozes de mulheres portuguesas em Moçambique nas páginas de *Itinerário*” in *Ex aequo* n.º 39, Milano, 2019, pp. 137-152.



exponencialmente os afiliados, segredos ou declarados, do PCP, que nas colónias confluíram em associações locais, como o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique. Entre os elementos filiados no ambiente comunista encontramos também Sofia Pomba Guerra, que, nos seus primeiros artigos na revista, fazendo referência à situação das mulheres francesas no segundo pós-guerra, defende a militância política como instrumento de emancipação feminina. Essa posição estrutura-se de maneira mais completa nos seus artigos sucessivos, relativos à situação colonial, em particular nos escritos de 1949, onde denuncia a estrutura machista do mundo do trabalho local e o desinteresse metropolitano pelo desenvolvimento socioeconómico das colónias:

O Estado Novo em 22 anos de existência mostrou, perfeitamente, a sua incapacidade para resolver os problemas centrais do País. [...] Na vida colonial e nesta província ultramarina a política do Estado Novo em relação às classes médias, expressa-se na desesperante situação dos colonos, a quem falta proteção e interesse das autoridades governativas e centrais, quer em ajuda económica, quer em auxílio técnico, quer em formas de atuação que facilitem ou pelo menos apoiem a ingente tarefa de desbravar terras incultas e de as transformar em zonas de cultura. [...] Moçambique, sob a orientação do Estado Novo, continuará vivendo à míngua dos recursos próprios, sem uma proteção decisiva ao seu comércio, à sua agricultura e à sua indústria, que não progride, como consequência da linha política diretiva em que se baseiam os representantes do corporativismo.<sup>145</sup>

As críticas diretas ao regime, num período em que era ameaçado pela concorrência política de Norton de Matos, juntamente com as páginas que promoviam a emancipação feminina e confutavam as justificações do racismo estrutural, fizeram com que Sofia Pomba Guerra fosse presa pela PIDE em 1949 e, depois de um ano de detenção, exilada para Cabo Verde. Essa circunstância, entretanto, não a impediu de voltar, no início da guerra colonial, para a África continental, onde fez parte do movimento de libertação na Guiné.

Ainda no âmbito das contestações pré-bélicas, é relevante mencionar uma vaga de greves que investiu Moçambique em 1947, organizadas por mulheres de diferentes origens sociais protestando contra as condições socioeconómicas da realidade colonial.

---

<sup>145</sup> M. Sofia Pomba Guerra, “O Estado Novo não defende os interesses das classes médias e das camadas populares”, in *Itinerário*, n.º 85, Maputo, 1949, pp. 3-6.

Uma forma de vocalização coletiva, que se configura como outro canal de expressão da luta anticolonial ideológica:

As iniciativas de resistência à colonização constituíram um verdadeiro subsídio ao movimento de independência. Bárbara Isaacman e June Stehman identificaram iniciativas de mulheres – algumas de significativa relevância – como investidas anticolonialistas muito mais abrangentes no âmbito rural. A greve de Buzi, realizada em 1947, é um exemplo. Tratou-se de um movimento grevista que incluiu a participação de 7.000 mulheres que se recusaram ao cultivo do algodão, queimaram as sementes e participaram em outras ações contra as concessionárias algodoeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as grávidas e mães com crianças de até 4 anos de idade. Outra iniciativa de fundamental importância foi a atuação das mulheres na propaganda de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do neófito movimento nacionalista, a Frente de Libertação Nacional de Moçambique, a Frelimo.<sup>146</sup>

Começada a guerra, houve também outro tipo de participação ideológica interessante, representado pelas mulheres portuguesas que, estacionadas nas colónias por razões familiares ou militares, se aproximaram dos movimentos de libertação locais. Um exemplo relevante é dado pelas vicissitudes pessoais da escritora Margarida Paredes que, nascida em Coimbra em 1953, aos 17 anos foi para Angola, onde se empenhou na luta contra o regime nas duas frentes. Os problemas de Margarida Paredes com a PIDE/DGS começaram em 1971, quando expôs nas arcadas do Banco de Angola uma série de batiques que denunciavam as condições sanitárias da população negra durante a guerra. Como relata na sua entrevista com Sofia Branco, Margarida Paredes foi presa pelos agentes da PIDE/DGS, enquanto os colonos brancos a injuriavam, porque uma rapariga branca daquela idade «não devia estar na rua, assim, sentada no chão».<sup>147</sup> Habituada desde criança a detetar as injustiças sociais na vida das colónias, a experiência com os colonos brancos, mesmo com as pancadas recebidas pelos agentes, fez-lhe compreender de maneira definitiva que estava a lutar por uma justa causa, o que a levou, em 1973, a entrar no MPLA, onde foi uma das poucas mulheres portuguesas empenhadas na luta armada contra a própria terra natal.

---

<sup>146</sup> J. Souza Santana, “A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)”, in *Sankofa*, n.º 4, São Paulo, 2009, p. 70.

<sup>147</sup> S. Branco, op. cit., p. 125.

A luta armada constitui uma das particularidades específicas da experiência das mulheres africanas durante a guerra colonial. A participação feminina no conflito foi predominantemente apanágio das mulheres negras, por razões numéricas e sociais, e conotou-se de maneiras diferentes nos três contextos bélicos aqui considerados.

Na Guiné, onde a luta pela libertação foi conduzida pelo Partido para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral, as mulheres, desde o início, tiveram um importante envolvimento. A Guiné era um país substancialmente agrícola, onde as mulheres eram camponesas sem nenhum poder político, sujeitas, como sublinha Maloba<sup>148</sup>, à dupla exploração perpetrada pelo sistema colonial e pelo homem guineense. Desde o início, um dos objetivos últimos do partido era o de guiar a sociedade da Guiné na transição rumo a uma sociedade diferente, na qual as mulheres tivessem a possibilidade de exercer livremente o seu poder político e social. Apesar da nobreza dos princípios originários, tal como em todos os movimentos de libertação da África lusófona, no seio do PAIGC não faltaram opositores à presença feminina nas lutas de libertação: uma contrariedade ligada essencialmente à rejeição, por alguns homens, de qualquer emancipação feminina. Contudo, na génese do PAIGC, a emancipação feminina era considerada, por uma parte consistente da liderança do partido, componente ativa das lutas de libertação.

As condições do envolvimento feminino eram mais complexas no território angolano, onde emergiram três movimentos políticos diferentes empenhados na luta para a libertação: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A participação feminina na luta foi apanágio de duas organizações: a Organização das Mulheres Angolanas (OMA), uma entidade filiada ao MPLA, nascida com o objetivo de guiar as angolanas – sem distinções de raça, crença religiosa, ideais políticas – à emancipação feminina e ao abatimento da estrutura social colonial; a Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA), uma entidade filiada à UNITA, que desempenhou um papel auxiliar nas ações de combate e que se dedicou, sobretudo, à propaganda anticolonialista. Entre as duas, foi certamente a OMA o movimento de maior influência, em virtude da dimensão da organização – por causa da afiliação com o MPLA, o movimento mais numeroso na altura da guerra colonial – bem como da variedade das

---

<sup>148</sup> W. O. Maloba, *African Women in Revolution*, New Jersey, Africa World Press, 2007, p. 23.

suas esferas de influência e ação. Não foram poucas as mulheres angolanas que, naquela altura, receberam uma formação militar no âmbito da organização, com o objetivo de combater o colonialismo “no campo”. Analogamente ao que se observa no PAIGC, todavia, foram frequentes os conflitos de interesse entre o MPLA e a OMA, ligados sobretudo ao emprego militar das mulheres. Embora a linha política do MPLA fosse orientada à libertação do colonialismo e da discriminação estrutural em todas as suas formas – incluindo, portanto, na sua missão a emancipação feminina –, a experiência das guerrilheiras não foi sempre fácil ou frutuosa:

Frequentei a Escola de Instrução Militar durante seis meses onde terminei com a melhor classificação. Os meus colegas, menos qualificados que eu, foram patenteados, menos eu, que era mulher. Quando regresssei à minha unidade, fui promovida para membro do Estado-maior, como chefe das relações públicas e orientadora de círculos de estudos de uma das Instituições Militares da 5ª Região. Consumi minha vida de arma na mão, ao lado de homens, mas o meu esforço não foi reconhecido. Muitos colegas menos competentes do que eu foram promovidos e patenteados só por serem homens e hoje vivem bem. Fui discriminada na família. Na sociedade. Nas fileiras onde dediquei a minha juventude e toda a minha melhor energia. A discriminação existe em todo o lado, mas é no exército que se faz sentir com maior intensidade. O mundo das armas foi sempre o santuário dos homens. Eles defendem-no. Até parece que têm medo que as mulheres penetrem.<sup>149</sup>

Uma experiência de carácter oposto é apresentada num artigo de Patrício Batsikama<sup>150</sup> que relata a parábola pessoal da política Luzia Inglês Van-Dúnem, com particular ênfase na sua formação e na sua carreira no seio do exército angolano. Além da excepcionalidade dos resultados políticos, militares e sociais obtidos pela personagem em exame, na escrita de Batsikama transparecem também todas as dificuldades que a deputada teve na sua longuíssima experiência no partido, devidas sobretudo à resistência conservadora de alguns elementos. Se a carreira da deputada do MPLA pode ser considerada entre os exemplos mais emblemáticos e completos da participação feminina

---

<sup>149</sup> P. Chiziane; D. Kassembe, *O Livro da Paz da Mulher Angolana. As Heroínas sem Nome*, Luanda, Editorial Nzila, 2008, pp. 111-12.

<sup>150</sup> Cfr. P. Batsikama, “A Mulher na Luta de Libertação e na Construção do Estado-Nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem”, in *Revista Cantareira*, n.º 25, 2016, pp. 72-87.

na guerra ao colonialismo, evidenciam-se, ao mesmo tempo, todas as sombras da luta pela emancipação feminina conduzida pelo partido, que, décadas depois da guerra colonial e da guerra civil, desaparecida a febre da revolução, é considerado por Margarida Paredes um movimento «paternalista e machista».

Se, apesar das várias dificuldades, o acesso das mulheres à luta armada ao colonialismo foi virtualmente imediato em Angola e Guiné, as coisas correram de outra forma em Moçambique. A FRELIMO era um movimento grande, enorme, que recolhia no seu interior três organizações preexistentes com visões diferentes em relação ao tipo de guerra, à orientação política, à emancipação feminina, ou seja, a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO), a Mozambican African National Union (MANU), a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI). O desejo feminino de participar ativamente na luta de libertação era muito forte, considerando que as condições sociais da mulher eram, na sociedade moçambicana, ainda mais precárias do que nos outros dois países, devido principalmente a dois fatores: em primeiro lugar, o extremo grau de racismo presente nas sociedades do Sul da África, onde o modelo mais próximo era constituído pela vizinha África do Sul; depois, a posição de isolamento e de precariedade socioeconómica das mulheres negras na realidade colonial da época, amplificada pelas frequentes partidas dos homens, que, se não participavam na guerrilha, iam trabalhar nas minas da África do Sul. Embora a FRELIMO não considerasse inicialmente a possibilidade de utilizar as mulheres nas ações de guerrilha, a determinação das mesmas em participar ativamente na libertação do país e no fim do colonialismo foi tal que, em outubro de 1966, o Comité Central do movimento garantiu o recrutamento feminino no seu exército. Como se evidencia nos depoimentos recolhidos por Jacimara Souza Santana<sup>151</sup>, a participação na guerra foi, para as mulheres moçambicanas, uma conquista difícil, em que tiveram de enfrentar, mais uma vez, a oposição das faixas mais conservadoras do movimento; revelou-se, todavia, uma teimosia de importância fundamental, porque as mulheres desenvolveram um papel insubstituível na libertação do país, tanto nas ações de combate como na reparação do tecido social:

Fazíamos o trabalho de mobilização do povo, de produção agrícola para alimentar os combatentes. O nosso trabalho era importante porque havia pessoas que estavam

---

<sup>151</sup> Cfr. J. Souza Santana, op. cit.

convencidas de que a guerra seria de curta duração e então desesperavam. Tínhamos de encorajá-las.<sup>152</sup>

Quando nós mulheres começamos a trabalhar, houve forte oposição à nossa participação porque isso era contrário à nossa tradição. Iniciamos então uma grande campanha, explicando por que razão nós também devíamos combater, que a guerra desencadeada pela FRELIMO era uma luta popular, na qual todo o povo devia participar que nós mulheres éramos mesmo mais oprimidas que os homens, que tínhamos os mesmos direitos e a mesma determinação de combater. Insistimos para que nos fosse dado treino militar e armas.<sup>153</sup>

Essa missão social consolidou-se de maneira ainda mais explícita em 1973, com a instituição da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a declaração, nas palavras de Samora Machel, da absoluta centralidade da emancipação feminina no processo anticolonial de Moçambique:

A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção de uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. Não se pode liquidar só uma parte da opressão [...] Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais da metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à margem da luta? A Revolução para ser feita necessita mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência, as mulheres também.<sup>154</sup>

Embora a atuação de todos os projetos emancipatórios se mantenha problemática nas décadas sucessivas à guerra colonial, é inegável que a presença feminina e a sua influência sociopolítica na luta anticolonial foram consistentes e determinantes. Tratou-se de uma dupla batalha, diferente da combatida pelas mulheres portuguesas, mas parte da mesma guerra contra o regime, o sistema colonial e a opressão do sujeito feminino.

---

<sup>152</sup> Depoimento de Mônica Chitupila, em «Tempo», abril 1982, p. 23.

<sup>153</sup> Depoimento de Maconde, em «Voz da Revolução», março 1979, p. 28.

<sup>154</sup> S. Machel, *A Libertação da Mulher*, São Paulo, Parma, 1979, p. 18.

As mulheres que tomaram parte na resistência à guerra colonial em todas as frentes aqui consideradas – metropolitanas e coloniais – combateram uma guerra alternativa, difícil, frequentemente silenciada. Mas foi, nas suas várias formas, uma luta determinante para pensar um futuro diferente, sem império. É na recuperação de todas as facetas da luta feminina coletiva, anticolonial e antirracista que podemos rastrear as raízes de um pensamento alternativo, que possa mesmo transformar o relacionamento da psique coletiva com o trauma, por enquanto só parcialmente elaborado, da guerra colonial.

## Capítulo III

### Interpretar o silêncio

Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, a realidade das diferenças da contribuição feminina à luta anticolonial foi, tanto na metrópole como nas «províncias» africanas, uma experiência multifacetada, que, apesar das diferenças sociais, se configurou como uma resistência coletiva a um universo, o de Portugal «do Minho a Timor», que procedia na direção de uma desagregação dramaticamente violenta. Além disso, observámos também como, no processo de descolonização lusitana, a libertação das colónias, a queda do regime e a emancipação feminina foram impulsos paralelos, elementos complementares de uma única pressão anticolonial.

A memória histórica da ação feminina é, neste contexto, uma componente fundamental para elaborar um pensamento crítico diferente, que não esqueça as cicatrizes da guerra colonial, mas que enfrente tal drama numa perspetiva diferente, dando voz ao silêncio, às controvérsias, às sombras que caracterizaram a outra metade da experiência bélica, com o objetivo de repensar o universo colonial lusitano – tanto nas relações com as ex-colónias como na própria autognose mitológica – e o seu fim numa ótica «decolonial».

A este respeito, os depoimentos do capítulo anterior forneceram-nos as provas históricas, concretas, factuais, da existência desta narrativa “outra” sobre a guerra colonial, uma perspetiva frequentemente esquecida, mas que resulta determinante para compreender as declinações contemporâneas daquela extraordinária adversão, ontológica e ôntica, dos sistemas colonial-capitalistas face às mulheres. Trata-se de uma perspetiva de análise difícil, mas que resulta particularmente fascinante se tomarmos em consideração as peculiaridades desta relação conflitual no caso de Portugal, um país onde a epopeia colonial, com todas as suas consequências no plano social, não representa só uma parte consistente da história, mas é uma parte constituinte, fundamental da identidade nacional e da representação mitológica de si. As várias elaborações do luto da cosmologia nacional – estudadas, entre outros, por Eduardo Lourenço<sup>155</sup> e Boaventura de Sousa

---

<sup>155</sup> Cfr. E. Lourenço, *O Labirinto*, op. cit.



Santos<sup>156</sup> – mudaram, de tempos em tempos, a figura do império, alterando os constituintes de uma narração que, no seu proceder, se manteve constantemente no masculino; é precisamente por causa desta disparidade nas relações de força a nível político, cultural, social, que um repensamento numa perspetiva «decolonial» não só não pode esquecer o feminino, mas precisa de colocá-lo no centro deste processo.

Neste âmbito, a peculiar fisionomia do imaginário colonial português, definido pelas repentinas alternâncias entre disforia e euforia sobre um fundo de realismo mitológico, impõe outro tipo de abordagem, complementar àquele utilizado no precedente capítulo, para considerar a questão do papel das mulheres na guerra colonial e no seu cenário social e “mitológico”. Propõe-se, por esta razão, uma análise do universo bélico reconstruído em três obras literárias diferentes, narradas por vozes femininas ou desde os pontos de vistas de personagens femininas, confrontando-se com as regras, os símbolos, as contradições do contexto colonial nos quais as protagonistas foram relegadas. Escolhemos, neste contexto, fazer referência ao trabalho de autoras ou autores nascidas/os durante ou depois do período da guerra colonial nas ex-colónias, mas que passaram uma parte consistente da sua vida em Portugal depois do 25 de Abril. Quere-se investigar, desta forma, como as gerações «do “pós-império»<sup>157</sup> abordaram a memória traumática daquele período, reconstruindo quer as dinâmicas de um universo em transformação, quer a representação do feminino naquele contexto. O objetivo último desta abordagem, é o de evidenciar a relevância ontológica da mulher na luta anticolonial e na desconstrução do imaginário conflitual, salientando, ao mesmo tempo, as peculiares declinações simbólicas da luta intrínseca do colonialismo à mulher livre e politizada. Indagaremos, nas páginas seguintes, diferentes questões relativas à relação complexa entre o feminino e o universo colonial, utilizando uma instrumentação teórica e crítica variegada, que se move

---

<sup>156</sup> Cfr. B. de Sousa Santos, op. cit.

<sup>157</sup> O uso do termo, proposto por Paulo de Medeiros, reflete a necessidade crítica, numa perspetiva decolonial, de considerar a outra “metade” do pós-colonialismo. Se os estudos críticos dos últimos cinquenta anos dedicaram um grande espaço à revalorização, à canonização do que foi culturalmente construído nas ex-colónias, a ressurgência sociopolítica dos constituintes do colonialismo – entre as quais racismo e sexismo – no Ocidente contemporâneo evidencia a necessidade, pelos ex-colonizadores, de atuar um processo de autoanálise, de autocorreção, que analise o “pós-império” e permita construir, através de uma prática consciente, uma nova identidade decolonial. Veja-se, a este respeito: P. de Medeiros, “7 passos (para pensar uma Europa pós-imperial)”, A. M. Leite, (org.), *Nação e narrativa pós-colonial. Angola e Moçambique*, vol. 1, Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 323-338.

hibridamente entre pós-colonialismo<sup>158</sup>, feminismo<sup>159</sup>, marxismo<sup>160</sup> e teorias psicanalíticas<sup>161</sup>, para enfrentar as diferentes questões problemáticas que constituirão o centro temático de cada parágrafo. Convém ainda evidenciar que, no contexto dos romances aqui em exame, a grande ambiguidade do elemento autobiográfico se torna num ponto de força, fornecendo-nos aquela imprevisível universalidade identificada por Antonio Candido:

... certos livros [...] podem ser qualificados de autobiografias poéticas e ficcionais, na medida em que, mesmo quando não acrescentam elementos imaginários à realidade, apresentam-na no todo ou em parte como se fosse produto da imaginação, graças a recursos expressivos próprios da ficção e da poesia, de maneira a efetuar uma alteração no seu objeto específico. Além disso [...] estes traços imprimem um cunho de acentuada universalidade à matéria narrada, a partir de algo tão contingente e particular como é em princípio a vida de cada um.<sup>162</sup>

### III.1 Três vozes, três romances

São, em particular, três os autores considerados e três os livros que constituirão o *corpus* da análise apresentada no presente capítulo.

O primeiro livro selecionado, que, pela sua especial pertinência, no contexto desta pesquisa ocupará uma posição mais prominente, é o *Caderno de Memórias Coloniais*<sup>163</sup> da escritora de origem moçambicana Isabela Figueiredo, publicado pela primeira vez em 2009 pela editora portuguesa Angelus Novus. Nascida em Lourenço Marques de pais portugueses em 1963, Isabela Figueiredo, depois de uma infância passada na ex-colónia foi, na adolescência, espetadora e vítima do drama social dos «retornados»: uma ferida que a acompanhou nos anos da formação académica, encontrando uma elaboração

---

<sup>158</sup> Cfr. A. Mbembe, op. cit.

<sup>159</sup> Cfr. R. Borghi, op. cit.

<sup>160</sup> Cfr. S. Federici, op. cit.

<sup>161</sup> Cfr. G. Kilomba, *Memórias da plantação. Episódios de racismo quotidiano*, trad. de Nuno Quintas, Lisboa, Orfeu Negro, 2019 & K. Theweleit, *Volume 1*, op. cit.

<sup>162</sup> A. Candido, “Poesia e ficção na autobiografia”, in *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*, São Paulo, Editora Ática S.A, 1989, p. 50.

<sup>163</sup> I. Figueiredo, op. cit.

completa só na primeira década do novo século, quando começou a escrever o núcleo do *Caderno*. Embora o exórdio literário chegue em 1988 com o livro *Conto é Como Quem Diz*, vencedor do prémio da Mostra Portuguesa de Artes e Ideias do mesmo ano, a carreira literária de Isabela Figueiredo é marcada por um hiato importante, de trinta anos, entre a publicação da primeira obra e da segunda, ou seja o *Caderno de Memórias Coloniais*. Tratou-se, como sublinhado pela autora nas páginas no apêndice do romance, de um silêncio necessário, uma pausa essencial para elaborar, peça por peça, o mosaico dos traumas pessoais e coletivos que caracterizaram a sua juventude e a relação com o pai, personificação da «colonialidade» como questão de facto.

Enquanto a vida da autora procede numa direção diferente, tendo sido jornalista do *Diário de Notícias* e professora no ensino médio, as primeiras páginas do *Caderno* aparecem, a partir de 2004, no blog «O Mundo Perfeito», ativo até 2017 e substituído por «Novo Mundo», instituindo um ritmo narrativo fragmentado e atormentado, que se conservará também na publicação em papel.

O *Caderno de Memórias Coloniais* publicado em 2009 é um romance essencialmente autobiográfico, que, retomando em forma de diário vários episódios da infância da narradora, nos fornece um quadro amplo das tensões sociais e raciais na Maputo (Lourenço Marques) dos anos da guerra colonial; um contexto narrativo na qual grande importância é reservada à posição social das mulheres e aos vários tabus da comunidade colonial, entre os quais a sexualidade, que ocupa uma porção consistente das páginas do texto. De facto, o centro da narração, além da reconstrução do contexto histórico, é ocupado pela difícil relação de Isabela com três assuntos críticos da vida na colónia: o corpo feminino, a desumanização do sujeito negro e o privilégio branco. Os três temas convergem de maneira problemática na figura do pai da escritora/narradora, uma personagem que nunca negará o seu estatuto de colono, mesmo na sua segunda vida na Metrópole.

O inteiro livro configura-se, portanto, não só como um inestimável testemunho da realidade colonial moçambicana, mas também como uma batalha pessoal contra os traumas do colonialismo, na qual a relação com o progenitor, amado e odiado, representa o ponto crítico. A nível formal destaca-se que as memórias, que cobrem o período entre 1963 e 1976, são objeto de uma elaboração literária na qual se tenta uma reconstrução da voz e da “inocência” da infância, uma estratégia que amplifica ainda mais a força da

narração. São várias, portanto, as motivações que determinaram a escolha do *Caderno* para integração do corpus literário em análise: a reconstrução de um contexto sociopolítico peculiar, na qual há uma miscigenação entre a autognose mitológica lusitana e o pragmatismo racista da África do Sul; a presença de um ponto de vista feminino bem definido, no qual são evidentes todas as contradições e crueldades da ordem machista da colônia; a forte ênfase nas proibições da Lourenço Marques colonial, cuja hipocrisia é evidenciada ainda mais quando o foco da narração atinge a esfera da sexualidade; o testemunho sobre as transformações da sociedade moçambicana nos anos da guerra e naqueles sucessivos, com referência à difícil situação dos «retornados».

No segundo livro aqui apresentado as questões da identidade feminina e da guerra são tratadas em maneira bem diferente, com um recurso a uma narrativa menos crua, mas nem por isso menos eficaz. Em *Teoria Geral do Esquecimento*<sup>164</sup>, do escritor angolano José Eduardo Agualusa, a guerra e a sociedade não constituem o foco principal da narrativa, mas representam o pano de fundo no qual se desencadeiam os processos, individuais, de subversão da ordem colonial, à qual seguirá uma renascença – ou melhor, uma reinvenção identitária – coletiva, que evidencia, nas suas várias facetas, as contradições do contexto angolano pós-colonial; um contexto que, diferentemente da parábola moçambicana de Isabela Figueiredo, não representa o espaço do passado e da aceitação dolorosa, mas a quotidianidade de uma das vozes mais nómadas das literaturas de língua portuguesa.

Nascido em Huambo em 1960 de pai brasileiro e mãe portuguesa, José Eduardo Agualusa é um dos escritores lusófonos mais conhecidos e celebrados do panorama literário contemporâneo, autor de dezenas de livros e vencedor de numerosos prémios literários, último dos quais o Prémio Literário Internacional IMPAC de Dublin em 2018. Filho do nomadismo, Agualusa, depois de uma formação académica em agricultura em Lisboa, tem vivido a sua carreira literária num perpétuo movimento entre Portugal, Brasil, Angola e Moçambique, trabalhando como cronista para «O Globo», «LER», «Visão» e como voz radiofónica na RDP África. A sua obra literária, dotada de uma grande versatilidade de temáticas e estilos, é marcada por uma meticolosa atenção para o contexto – real ou ficcional – de referência, uma inclinação à polifonia, uma presença constante do elemento surpreendente, mitológico, sobrenatural, e, sobretudo, por uma

---

<sup>164</sup> J. E. Agualusa, *Teoria Geral do Esquecimento*, Lisboa, Dom Quixote, 2012.

forte caracterização das personagens, cujas trajetórias imprevisíveis são dotadas de enorme humanidade.

Em *Teoria Geral do Esquecimento*, publicado pela primeira vez em 2012, a queda da ordem colonial e as suas consequências são narradas por várias vozes periféricas, silenciadas ou até esquecidas, que, no caos imprevisível de Angola independente, obtêm uma segunda possibilidade de reescrever o seu próprio percurso de vida, criando-se uma identidade “outra” na queda das antigas dicotomias do colonialismo, num percurso terapêutico de esquecimento coletivo. Neste contexto, um papel privilegiado é reservado à história pessoal real de Ludovica Fernandes Mano, uma mulher portuguesa que, aterrorizada pelos tumultos da independência de Angola e abandonada pela família que desapareceu misteriosamente, decide isolar-se no seu apartamento, construindo uma parede de cimento diante da porta de entrada: uma proteção que, de facto, a separa do resto do mundo por quase trinta anos. Durante esse longo período de isolamento eremítico, a protagonista aprende a sobreviver como um náufrago numa ilha deserta, recolhendo água de chuva, destruindo a mobília para fazer uma fogueira, entrando em competição para a comida com o cão dela, Fantasma. Neste período, todavia, dedica-se também a escrita de um diário, de vários poemas, de um conjunto de reflexões e de desenhos a carvão nas paredes do apartamento, que se torna, no tempo, num gigantesco livro com páginas de cimento. Tudo isso, acompanhado por anotações sobre alguns momentos da vida da Luanda pós-colonial observada pelas janelas, foi preservado em cadernos e papéis, um conjunto de memórias oferecido ao autor por Sabalu Estêvão Capitango, um menino que entra casualmente na vida da protagonista e, nas páginas de *Teoria Geral do Esquecimento*, se torna gradualmente na nova família dela, dando-lhe uma nova felicidade, que lhe permite completar a sua renascença pessoal, levando-a a deixar o apartamento depois de trinta anos. Embora a parábola de Ludo ocupe a maioria do livro de Agualusa e represente o interesse principal para a presente análise, convém lembrar que há no curso do romance outras importantes trajetórias de renascença pós-colonial, como aquela exemplar do capitão do exército português Jeremias Carrasco, que se torna pastor depois de ter sobrevivido a uma execução. Essas trajetórias entrelaçam-se, unidas por aquele esquecimento, geral e terapêutico, mencionado no título do romance e destinadas a encontrar a sua definitiva realização no limiar do apartamento de Ludo, num momento final que certifica, coletivamente, um novo início. Trata-se de um romance

que, partindo de uma base historiográfica definida e de uma biografia tão esquecida quanto interessante, propõe uma visão “outra” da desconstrução da ordem colonial na Luanda da independência, focando-se no percurso de renascença da protagonista que, superando os traumas privados e coletivos da «colonialidade», cria com a sua voz e as suas ações um novo mundo. É nesta perspetiva de voz de uma feminilidade forte, consciente e independente num contexto de morte do passado e de renascença coletiva que torna *Teoria Geral do Esquecimento* relevante no contexto da presente análise.

Numa linha diametralmente oposta move-se o terceiro romance selecionado, na qual ao esquecimento se contrapõe uma busca das origens orientada, como no caso dos outros dois romances já mencionados, ao completamento de uma renovação identitária. No contexto desta pesquisa cabe observar, todavia, que, tal como no romance de Agualusa, a guerra não representa o tópico primário de *Essa Dama Bate Bué!*<sup>165</sup>, obra de estreia da escritora portuguesa de origem angolana Yara Monteiro, publicada em 2018.

Nascida em Huambo em 1979, Yara Monteiro mudou-se aos dois anos para Portugal, onde se formou em Recursos Humanos. Bisneta da mestiçagem, neta da independência e filha da diáspora, a escritora dedicou-se à literatura só em 2015, seguindo uma vocação ignorada nos quinze anos anteriores, passados à volta do mundo. O romance de Yara Monteiro é certamente uma lufada de ar fresco, que enfrenta o tema da identidade feminina no contexto bélico e pós-colonial numa perspetiva diferente, que tenta reabrir o trauma do passado para curar as feridas do presente, introduzindo, ao mesmo tempo, temáticas muito contemporâneas, entre as quais a da orientação sexual e da identidade de género.

*Essa Dama Bate Bué!* narra a história pessoal de Vitória Queiróz da Fonseca, uma jovem mulher negra que, como a autora, nasceu em Angola, mas mudou-se rapidamente para Portugal, onde cresceu na casa dos avós. Educada sob a égide de um modelo feminino ultratradicionalista, que quer torná-la numa boa esposa, Vitória vive uma vida tranquila, mas infeliz, condicionada pelo trauma de nunca ter encontrado a mãe, Rosa Chitula, que abandonou a família para combater nos movimentos de libertação. Pouco antes de um casamento indesejado, a jovem decide empreender uma busca das suas origens na terra natal, procurando com grande determinação informações sobre a mãe e tentando, ao mesmo tempo, compreender e aceitar a sua identidade sexual. Chegando a

---

<sup>165</sup> Y. Monteiro, *Essa Dama Bate Bué!*, Lisboa, Guerra & Paz, 2018.

Luanda no começo do século XXI, à sua frente abrem-se caminhos tortuosos numa cidade cheia de excessos, burocracia, contradições, mas, sobretudo, cheia de vitalidade. Neste contexto Vitória encontra o general Zacarias Vindu e Romena Cambissa, duas personagens que a ajudam e, ao mesmo tempo, a despistam na pesquisa da mãe, que procede, com novas pistas, em Huambo. É aqui que Vitória encontra Juliana Tijamba, uma mulher que participou na guerra civil com a mãe, graças à qual descobre elementos importantes do passado de Rosa Chitula e, sobretudo, as dolorosas circunstâncias que a levaram a abandoná-la quando era apenas uma criança. Entre contradições, reviravoltas e momentos de maior leveza, o romance de Yara Monteiro consegue, todavia, abordar as questões históricas, simbólicas e sociais visadas nesta dissertação, propondo, simultaneamente, uma voz diferente, que luta com um presente sem passado.

### **III.2 Ecos de um apartheid “inocente”**

A realidade social que se produziu no seio da colonização intensiva promovida pelo regime salazarista no segundo pós-guerra foi uma estrutura marcadamente racista e na qual o sexismo que caracterizava a realidade metropolitana alcançou níveis inéditos, numa remoção da mulher que se desenvolveu numa forte polarização simbólica. Se retomarmos a provocação avançada no primeiro capítulo em relação à «alteridade» do fascismo lusitano, podemos considerar o contexto sociocultural das colónias portuguesas como uma atuação alternativa do regime de apartheid da África do Sul, conotada com aquela “inocência” católica que caracterizou a mitologia colonial lusitana. Tratou-se, no fundo, de um mundo que, além dos proclamas propagandísticos de fraternidade, da nação única «do Minho a Timor», era altamente machista e racista; um universo no qual a subdivisão do privilégio social era baseada na ausência daquela «alteridade» – política, racial, sexual – que tinha constituído, desde o início da história da colonização ocidental, a marca de infâmia da marginalização. Como mencionámos no primeiro capítulo referindo-nos às pesquisas de Silvia Federici<sup>166</sup>, a demonização da diferença reduziu-se principalmente, durante a época áurea do colonialismo americano, às mulheres e aos sujeitos negros masculinos, criando um híbrido simbólico na figura da mulher negra.

---

<sup>166</sup> Cfr. S. Federici, op. cit.

Investigando as simbolizações que constituíram a realidade das relações raciais na época das plantações, Grada Kilomba identifica nestes termos sintéticos os pontos cardinais da fantasia “inocente” de dominação branca, que constituiu a base dos modelos que, a partir do século XIX, se reproduziram com força na África:

Imagina-se que o *sujeito negro* quer algo que pertence ao senhor *branco*, o fruto: a cana-de-açúcar e as sementes de cacau. Ele quer *comê-los*, devorá-los, expropriando o senhor dos seus bens. Ainda que a plantação e os seus frutos «moralmente» pertençam a quem é colonizado, quem coloniza interpreta-o de maneira perversa, entende-o como sinal de roubo. «Nós tomamos o que é delas/es» transforma-se em «elas/eles tomam o que é nosso». [...] O *sujeito negro* transforma-se no inimigo intrusivo, que precisa de ser controlado, ao passo que o *sujeito branco* se transforma na vítima compassiva, que é obrigada a controlar. É o mesmo que dizer: o opressor torna-se o oprimido, e o oprimido, o tirano. Isto radica em processos nos quais as partes *dissociadas* da psique são projectadas para o exterior, o que cria permanentemente o dito «Outro» como antagonista do «eu». Esta dissociação evoca o facto de o *sujeito branco* se encontrar de alguma maneira dividido dentro de si, pois desenvolve duas atitudes para com a realidade externa: só uma parte do ego – a parte «boa», que acolhe e é benévola – é vivida como «eu»; o resto – a parte «má», que rejeita e é malévola – projecta-se no «Outro» e é vivida como externa. O *sujeito negro* torna-se então ecrã de projecção daquilo que o *sujeito branco* teme admitir sobre si: neste caso, que é o ladrão violento, o bandido indolente e malicioso.<sup>167</sup>

Na altura dos conflitos ultramarinos, esse tipo de demonização da alteridade alcança níveis inéditos, construindo uma barreira intransponível, tanto urbana como sociológica, entre a comunidade dos colonos, brancos, e a comunidade dos indígenas, negros. Como relata Isabela Figueiredo numa das primeiras páginas do *Caderno*, a realidade observada pelos jovens olhos da narradora descreve uma Lourenço Marques na qual a negritude, tal como na época das plantações do Novo Mundo, significa não ter nenhum direito de propriedade:

Tudo o que as pretas vendiam tinha saído das terras que cultivavam, mas não lhes pertenciam, e tudo era bom para comer. As pretas vendiam para comerem elas e os seus

---

<sup>167</sup> G. Kilomba, op. cit., pp. 32-35.



filhos e os homens, que nunca são de ninguém. Um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre brancos e pretos era equivalente à que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais.<sup>168</sup>

Tal relação de força excludente declina-se de maneira ainda mais dramática no caso específico da mulher negra, que é objeto, portanto, de uma dupla discriminação concentrada: uma de tipo sexual, a outra de tipo racial. Essa condição torna-a no objeto privilegiado das atenções do machismo colonial, que declina, no silenciamento e na conquista da mulher negra, uma parte consistente dos seus esforços de consolidação da ordem social. Se por um lado a mulher negra representa o ponto de uma interseção perversa entre dois universos separados, por outro é vítima de uma atenção peculiar, de uma brama de possessão que tem um tríplice objetivo: desconstrução do comunitarismo feminino inter-racial; demarcação da ordem “natural” entre brancos e negros; satisfação das perversões reprimidas. Como resultará evidente nos parágrafos mais focados na vertente psicanalítica, não deverá surpreender que, nesta estratégia cognitiva colonialista, a culpa seja revessada na mulher negra, polo negativo/irracional daquela dicotomia perversa, identificada por Theweleit.

A cruel inocência do ponto de vista da narradora, que reconstrói a sua própria memória de criança, evidencia o caráter eterno, imperscrutável dos limites sociais que constituem a ordem social da Lourenço Marques colonial; divisões que não são simplesmente imposição social de limite, mas que representam dogmas, certezas férreas na relação dicotômica do colonizador com o “seu” mundo:

Lourenço Marques, na década de 60 e 70 do século passado, era um largo campo de concentração com odor a caril. [...] O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto. Para mandar, já lá estava o meu pai; chegava de brancos! Além de mais, empregados brancos traziam vícios; um negro, por muitos vícios que ganhasse, havia sempre forma de lhos tirar do corpo.<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> I. Figueiredo, op. cit., p. 33.

<sup>169</sup> Ivi, pp. 25-26.

Há, portanto, uma rutura marcadíssima na ordem social do universo local, que assume os traços de uma separação entre humano e animal, entre sujeito e objeto; a ausência de empatia, de reconhecimento humano, é uma simples consequência, um ato de normalidade no esquema social da Lourenço Marques colonizada. Uma das sequências mais emblemáticas na representação da profundidade das raízes estruturalmente racistas do universo ultramarino moçambicano é aquela na qual a narradora fala do cinema e da disposição dos negros dentro da sala:

Não estava escrito em lado algum que os negros não tinham acesso normal à plateia ou ao balcão, mas raramente os vi ocupar essas zonas. Havia um entendimento tácito, não um acordo: os negros sabiam que lhes cabia sentarem-se à frente, nos bancos de pau: os brancos esperavam que a pretalhada se juntasse toda à frente, a falar aquela língua lá deles, olhando para trás a cobiçar a mulher do branco, mas devidamente sentados no banco que lhes pertencia. [...] De forma geral, no cinema ou fora dele, o olhar dos negros nunca foi, para os colonos, isento de culpa: olhar um branco, de frente, era provocação directa; baixar os olhos, admissão de culpa. Se um negro corria, tinha acabado de roubar; se caminhava devagar, procurava o que roubar.<sup>170</sup>

Neste trecho manifesta-se, em toda a sua toxicidade, a complexidade da doutrinação racista na sociedade colonial, revelando dois axiomas fundamentais do mecanismo de controlo social em ato: a subalternidade (neste caso propriamente física) e a divisão racial são tão radicadas na consciência da população indígena que os espetadores da projecção optam por segregar-se de maneira autónoma, num ato de divisão que é, de facto, uma estratégia de sobrevivência. A segunda parte do texto evidencia como, na realidade colonial da população branca, a interpretação hostil de qualquer ação dos negros é uma das bases da “educação” social, tanto que se inscreve no repertório de conhecimentos aprendidos por uma menina que, na altura dos episódios do cinema relatados nesta secção do livro, tinha sete anos. Não há, como na vizinha África do Sul, a imposição do dispositivo territorial do *bantustan*<sup>171</sup> e a burocratização da movimentação física da

---

<sup>170</sup> Ivi, pp. 40-41.

<sup>171</sup> Como refere Achille Mbembe (cfr. A. Mbembe, op. cit. p. 88), o *bantustan* era a reserva territorial onde os negros sul-africanos eram confinados na época do apartheid. As condições de vida no *bantustan* eram

população indígena, mas o caráter fundamental do apartheid – isso é, a deslegitimação, humana e política, dos indígenas – é bem presente. Podemos defini-lo, como fizemos de forma provocatória no título do parágrafo, um apartheid “inocente”, que retoma, na sua naturalização da exploração do “outro” racial, aquela ilusão de santidade que caracterizou a mitologia colonial de Portugal em relação à colonização brasileira, na qual a fraternidade entre povos e a famigerada miscigenação representaram o resgate de consciência tanto celebrado pelo regime salazarista. A segregação racial não é aqui uma disposição regulada a nível territorial de maneira escrupulosa pela lei colonial, mas é um dispositivo de violência sociocultural cultivado nos mínimos pormenores na relação quotidiana entre brancos e negros, fixada em relações de poder aparentemente indestrutíveis. Neste universo de leis não ditas, de imposições de consciência, de privações naturalizadas, o bairro da Matola e o Cine Machava de Lourenço Marques representam os lugares emblemáticos da realidade racial relatada por Isabela Figueiredo, ou seja, um mundo colonial onde a separação do “outro” não se espalha de forma horizontal – uma diferença entre tipos do humano – mas se desenvolve seguindo uma linha vertical – uma diferença entre espécies.

Essa relação de verticalidade está igualmente presente no romance de José Eduardo Agualusa, em que a separação entre a elite colonial e a população indígena obtém uma simbolização emblemática num dos lugares-chave da narração, o Prédio dos Invejados. Trata-se de um edifício altíssimo, antitético no panorama bélico da Luanda da época, no qual moram os expoentes mais ricos da sociedade colonial angolana, entre os quais Orlando, o marido angolano da irmã de Ludovica, que mora no último andar do prédio. A separação vertical é aqui extrema, quase intransponível, e não é casual que, num dos trechos mais emblemáticos das páginas iniciais do romance, o “outro” indígena se transforme numa criatura subterrânea, antítese extrema da hierarquia social simbolizada pelo Prédio dos Invejados:

Uma noite, Ludo sonhou que por baixo das ruas da cidade, sob os respeitáveis casarões da baixa, se alongava uma interminável rede de túneis. As raízes das árvores desciam, soltas, através das abóbadas. Milhares de pessoas viviam nos subterrâneos, mergulhadas na lama e na escuridão, alimentando-se daquilo que a burguesia colonial lançava para os

---

calculadamente duras, tornando de facto quase impossível a emancipação socioeconómica e a obra de conscientização política da população indígena.

esgotos. Ludo caminhou por entre a turba. Os homens agitavam catanas. Batiam as lâminas umas contra as outras e o ruído ecoava pelos túneis. Um deles aproximou-se, colou o rosto sujo ao da portuguesa, e sorriu. Soprou-lhe ao ouvido, numa voz grave e doce: O nosso céu é o vosso chão.<sup>172</sup>

De resto, a transformação do inimigo numa criatura de terra é só uma das várias associações simbólicas que constituem o imaginário dualístico do sujeito colonial, parte daquele esquema de interpretação conflitual da realidade identificado por Theweleit, do qual faz parte também a já referida polarização antitética do feminino.

No caso de ambos os romances considerados, é evidente a separação nítida, radical, entre o mundo dos indígenas e o mundo dos colonizadores, um muro violento, construído tanto a nível sociocultural como a nível físico, que constitui uma cisão vertical entre os dois polos da realidade africana. Essa situação inicial, cheia de tensões e suspeitas, chega a um estado de pânico no começo das hostilidades bélicas, que, tanto em Angola como em Moçambique, exacerba a separação conflitual no seio da sociedade. A luta para a libertação configura-se, portanto, como uma luta vertical, uma conquista das hierarquias a golpe de catana, que visa à desconstrução total do edifício do poder colonial. A este respeito, a ocupação do Prédio dos Invejados em *Teoria Geral do Esquecimento* apresenta-se como uma dupla conquista da verticalidade: a conquista do espaço físico das elites coloniais, tanto que os apartamentos serão ocupados, na prossecução do romance, por famílias de guerrilheiros: a subida daquela hierarquia darwinística que constituía o dogma das relações raciais, uma reconquista simbólica do estado de humano.

Neste espaço polarizado que constitui os mundos do apartheid “inocente”, o lugar das mulheres é aquele de uma marginalização ambígua, que se configura como um polo transitório e isolado, voz anticolonial alheia ao dualismo machista que caracteriza o imaginário da guerra colonial.

---

<sup>172</sup> J.E. Agualusa, op. cit., pp. 11-12.

### III.3 Arquétipos de uma inconsciência coletiva

Como já se referiu, o espaço ocupado pela mulher no contexto colonial é importante não só para evidenciar uma voz realmente diferente, que trabalha a partir da margem para subverter o centro, mas também para evidenciar as criticidades simbólicas e psicológicas que constituem o imaginário colonial, nomeadamente na sua relação polarizante com o mundo da alteridade racial, política, sexual.

No primeiro capítulo da sua obra, Grada Kilomba destaca com grande precisão as passagens do processo de objetificação/animalização do sujeito negro, considerando a construção ideológica racista/sexista do colonialismo como um dos exemplos mais extremos de projeção freudiana. A alteridade do “outro” africano não é, portanto, um dato absoluto, objetivo, mas uma cristalização por diferença de tudo o que a elite colonial branca não considera parte da sua consciência:

Ou seja, a negritude serve de forma primária de alteridade por via da qual se constrói a *brancitude*. A/o «Outra/o» não é «Outra/o» *per se*; torna-se «Outra/o» graças a um processo de negação absoluta. [...] não lidamos aqui com o *sujeito negro*, mas com as fantasias *brancas* do que a negritude deve ser – fantasias essas que não nos representam a nós, mas ao imaginário *branco*. São os aspectos negados do eu *branco* que são reprojectados em nós, como se fossem imagens oficiais e objectivas de nós próprias/os. [...] Ele espera pelos selvagens *negros*, pelo bárbaros *negros*, pelos empregados *negros*, pelas prostitutas e cortesãs *negras*, pelos criminosos, assassinos e traficantes *negros*. Ele espera por aquilo que não é. Poderíamos mesmo dizer que, no mundo conceptual *branco*, é como se o inconsciente coletivo das pessoas *negras* estivesse pré-programado para a alienação, para a desilusão e para o trauma psíquico, pois as imagens da negritude com que somos confrontados não são nem realistas nem gratificantes.<sup>173</sup>

A identificação negativa da essência do sujeito negro que caracteriza o imaginário colonial pode ser considerada, neste sentido, como uma continuação ontológica do processo de atribuição de culpa que caracterizou as narrações ibéricas da conquista da América: os colonizadores são tiranos, os destruidores; mas se o inimigo é desumanizado, animalizado, blasfemo, a obra de destruição torna-se, na consciência coletiva, numa obra

---

<sup>173</sup> G. Kilomba, op. cit., pp. 36-37.

de reeducação. Entre essas duas formas de projeção, como mencionámos no primeiro capítulo, alternaram-se os dois paradigmas da catolização e da civilização, mas manteve-se constante a atribuição ao outro das características negativas, violentas que definiram a ação do colonizador nos territórios ocupados. Neste sentido, a consciência “inocente” das elites coloniais brancas é uma construção delirantemente positiva da própria imagem de si, que não só ignora o despotismo ontológico, físico, social, racial e sexual que caracterizou o ingresso do Ocidente nas terras indígenas, mas remove totalmente a crueldade da sua consciência coletiva. Neste esquema de interpretação do mundo, inventado, consolidado e canonizado pela viragem colonial-capitalista, o homem branco supostamente não tem culpa, sendo o resto do mundo que não aceita o seu evangelho a ter de ser condenado e sendo deslegitimado tudo o que contesta o racionalismo ocidental: o adversário político é silenciado; a mulher é fechada em casa; o indígena, especialmente o sujeito negro, é desumanizado.

No processo de atribuição de culpa, de dissociação da totalidade do «eu», as características negativas da identidade não são unicamente projetadas no outro, mas tornam-se na essência simbólica da sua humanidade, construída e concebida, portanto, unicamente em antítese ao modelo civilizador e machista do Ocidente. Nesta perspetiva, como evidencia Grada Kilomba, o sujeito negro torna-se no recipiente das idealizações exóticas do observador branco:

No mundo conceptual *branco*, o *sujeito negro* é identificado como o objecto «mau», que personifica todos os aspectos que a sociedade *branca* reprimiu ou tornou tabu, ou seja, a agressividade e a sexualidade. Acabamos assim por coincidir com o que é ameaçador, perigoso, violento, vibrante, empolgante, e também com o que é sujo mas desejável, e isso dá à *branquitude* a possibilidade de ela própria se perceber como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em pleno controlo e sem a ansiedade provocada pela sua historicidade.<sup>174</sup>

A cisão psicanalítica do mundo que constitui o imaginário colonialista tem evidentes paralelismos com a idealização conflitual da realidade estudada por Theweleit no discurso das milícias da Alemanha pré-nazi, na qual a projeção e a simbolização do

---

<sup>174</sup> Ivi, p. 35.

“outro” (racial, político e sexual) são enfrentadas numa perspectiva junguiana<sup>175</sup>, que considera o conceito de «sombra»<sup>176</sup>, constituinte essencial dos arquétipos da consciência coletiva. Como observa o autor de *Male Fantasies*, no homem-soldado – que neste caso torna-se em homem-colonizador – há uma forte polarização das quatro funções psíquicas<sup>177</sup>, com a função pensamento que suprime, a diferentes níveis, todas as restantes, relegando-as na sombra, uma área voluntariamente esquecida e negada da própria identidade. É em particular o outro competidor “racional”, a função sentimento, que, nesse tipo psicológico, permanece num estado de subdesenvolvimento, provocando reações primitivas, quase animais, no sujeito quando é chamado a confrontar-se com essa área da psique. O que provoca a reação hostil no homem-função pensamento dominante é a presença de um obstáculo na realização da sua visão do mundo, de um impedimento que, nos romances aqui analisados, é constituído principalmente pela resistência armada do sujeito negro na guerra colonial.

No processo cognitivo desse tipo psicológico tudo o que representa um risco para o desenvolvimento do projeto original é automaticamente associado à função «inimiga», ou seja a função sentimento, e deve, possivelmente, ser submetido ou eliminado. Nesta mecânica de racionalização do darwinismo social e do racismo, o homem-colonizador acaba, como já afirmado por Grada Kilomba, por projetar no sujeito negro tudo o que reprime na sua própria psique, de uma maneira exacerbada e irracional, mas que, na narrativa do observador branco, é perfeitamente coerente. Em consequência desta conformação mental no plano representativo e lexical do homem-colonizador – isto é, os pilares da sua interpretação do mundo – as próprias qualidades são ligadas a determinadas formas arquetípicas, enquanto as intoleráveis falhas do inimigo são postas em estreita relação com aquelas opostas. O ideal do homem-soldado, coerentemente com o que afirma Theweleit, remete para uma ideia geral de impermeabilidade, racionalidade,

---

<sup>175</sup> Veja-se, a este respeito: C. Jung, *Tipi Psicologici*, trad. di C. L. Musatti - L. Aurigemma, Torino, Bollati Boringhieri, 2011; C. Jung, *Psicologia dell'inconscio*, trad. di S. Daniele, Torino, Bollati Boringhieri, 2012.

<sup>176</sup> Na ótica junguiana, a sombra representa o submundo conturbado da nossa psique, que abriga os sentimentos mais primitivos, os egoísmos mais agudos, os instintos mais reprimidos e a identidade inaceitável que a mente consciente rejeita e que nos mergulha nos abismos mais profundos do nosso ser.

<sup>177</sup> Podemos considerar as funções psíquicas de Carl Jung como diferentes estratégias, parcialmente complementares, de interpretação do mundo. Jung, em particular, distingue entre duas funções racionais (pensamento e sentimento) e duas funções irracionais (intuição e sensação). A função pensamento opõe-se ao sentimento e a função intuição à sensação. Estas quatro estratégias de adaptação ao mundo estão presentes em todos nós, sendo que uma delas acaba por destacar-se e ser aprimorada. A disposição hierárquica entre as várias funções determina, de facto, os tipos psicológicos.

linearidade e perfeição estrutural, movendo-se, na linha dos arquétipos coletivos, entre os elementos do fogo e do ar. Esta secura, moral e sentimental, transparece em todos os domínios da percepção da realidade, influenciando de maneira significativa a relação do sujeito com a esfera do conflito e com a da sexualidade, que se tornam quase sinónimas. Na visão simbólica dos colonizadores o subalterno não é só vítima, de um processo de hipersexualização no discurso do sujeito colonizador, como evidenciado por Cinthia da Silva Belonia em relação ao romance de Isabela Figueiredo<sup>178</sup>, mas neste jogo de atribuições psíquicas é intimamente caracterizado por uma profunda proximidade com tudo o que é húmido, informe, irracional, desprovidos de solidez; tudo o que se relaciona com os arquétipos de água e terra, como aparece evidente no trecho acima citado de *Teoria Geral do Esquecimento*.

Theweleit explica que o medo irracional do homem-soldado em relação a essa esfera da realidade, oposta ao ultrarracionalismo do seu mundo, é objeto de remoção; o sujeito caracterizado por uma marcada polarização da função pensamento é, portanto, um sujeito emocionalmente não-completo, ou melhor, «não-completamente-nascido».<sup>179</sup> Para manter o seu equilíbrio psíquico esse sujeito cria, através do exercício exasperado da função dominante, uma forma de eu-carapaça, uma construção mental de enorme fragilidade que não passa do que Grada Kilomba define como «eu»:

só uma parte do ego – a parte «boa», que acolhe e é benévola – é vivida como «eu»; o resto – a parte «má», que rejeita e é malévola –projecta-se no «Outro» e é vivida como externa.<sup>180</sup>

Quando insurge a insubordinação e aparece a possibilidade de destruição da hierarquia estabelecida, explodem o conflito e o desejo de dominação, ainda que disfarçada de restabelecimento da ordem social, por parte do sujeito branco. Paralelamente ao homem-soldado estudado por Theweleit, o colonizador é “religiosamente” – ou “civilmente”, se remetermos ao segundo paradigma do colonialismo ocidental – dedicado à sua própria missão bélica; na ótica da restauração da

---

<sup>178</sup> C. da Silva Belonia, “O Racismo e a Hipersexualização da Mulher Negra em «Caderno de Memórias Coloniais» de Isabela Figueiredo”, in *Literatura e Autoritarismo*, n.º 28, 2016, pp. 45-51.

<sup>179</sup> K. Theweleit, *Male Fantasies. Volume 2. Male Bodies: Psychoanalyzing the White Terror*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2003, p. 213.

<sup>180</sup> G. Kilomba, op. cit., p. 35.



lei e do cumprimento do seu projeto de poder, a vida do inimigo não tem valor, especialmente se é a personificação simbólica do que não se quer aceitar da própria psique:

A vida de um preto valia o preço da sua utilidade. A vida de um branco valia mais, muito mais, não que valesse grande coisa. A vida de um "bife" da África do Sul, dos que vinham com chapéu de mexicano apanhar sol na Polana, isso sim, era vida. Esses, sim, sabiam lidar com pretos, mantê-los com rédea bem curta.<sup>181</sup>

O sujeito "irracional" deve ser aniquilado da maneira mais rápida e eficiente possível, sem sentimento, mas com rigoroso pragmatismo. Não é por acaso que, como relevam as investigações de Theweleit, os instrumentos de morte preferidos pelo homem-soldado são as armas de fogo: as munições tiram a vida do inimigo de longe, excluindo um contacto físico, um envolvimento direto, passional e raivoso, capaz de danificar a integridade do eu-carapaça, expondo-o a sangue, destruição, irracionalidade, ou seja, tudo o que faz parte da esfera representativa do húmido mencionada acima.

Em virtude dessa disposição pragmática ao conflito, não surpreende que o sujeito colonizador fique aterrorizado quando colocado no contexto de guerrilha urbana: o elemento caótico, o uso de armas brancas, a luta coletiva ameaçam, mais do que a vida do colono, a integridade moral do seu «eu» hiper-racional. Essa atitude foi observada também por Jonathan Littell<sup>182</sup>, que se serviu do quadro teórico de Theweleit na sua análise da *Campagne de Russie* de Leon Degrelle, uma obra autobiográfica de carácter ontologicamente delirante; é curioso o facto, por exemplo, que, tanto no caso da obra do nazi belga como das obras aqui em exame, a arma branca – o machado no caso específico dos bolcheviques odiados por Degrelle – está na origem de um terror visceral, quase metafísico. Em dois dos romances aqui mencionados, por exemplo, uma das armas principais do sujeito negro na luta de libertação é a catana, que se torna num instrumento

---

<sup>181</sup> I. Figueiredo, op. cit. p. 56.

<sup>182</sup> No seu estudo da *Campagne de Russie* de Leon Degrelle baseado nas teorias de Theweleit (cfr. J. Littell, *Il secco e l'umido*, Torino, Einaudi, 2008), o escritor Jonathan Littell pontualiza que uma das piores derrotas dos nazis de Degrelle na expedição militar russa foi causada pelo uso, por parte dos soviéticos, de táticas de guerrilha não convencionais na época, como a camuflagem na lama e o assalto com machados. O elemento de surpresa é, neste caso, excessivamente difícil de racionalizar pelo corpo de homens-soldados, que são, portanto, facilmente dizimados.

de caráter totêmico. Há um pequeno trecho, no romance de Agualusa, que bem representa a relação catana-revolução:

Espreitando pelas janelas, meio oculta atrás das cortinas, Ludo via passar caminhões carregados de homens. Uns erguiam bandeiras. Outros, faixas com palavras de ordem: Independência total! Basta de 500 anos de opressão colonial! Queremos o Futuro! As reivindicações terminavam com pontos de exclamação. Os pontos de exclamação confundiam-se com as catanas que os manifestantes carregavam. As catanas também brilhavam nas bandeiras e nas faixas. Alguns homens carregavam uma em cada mão. Erguiam-nas. Batiam as lâminas umas contra as outras, num alarido lúgubre.<sup>183</sup>

Mas é sobretudo no *Caderno* de Isabela Figueiredo que o medo do colonizador se identifica de forma explícita com esse instrumento, fornecendo uma explicação de caráter animista das suas peculiaridades:

[...] na metrópole não conheciam a catana. Seria necessário descrever as características e as potencialidades dessa arma. Só depois contar. Largas como as de talho, a maior parte, mas mais longas, com lâminas largas, ligeiramente curvadas, ou não, dependendo do tipo de fabrico; pesadas, afiadas, cortando granito. Abriam mato, capavam, esventravam, decepavam, trinchavam. As catanas eram dóceis às mãos dos negros. E frias. Lavavam-nas cuidadosamente com saliva, lambendo-as, e limpavam-nas à camisola suja. Uma catana valia ouro e tinha vida própria. O seu espírito. Havia um espírito em cada lâmina. Uma catana podia transformar qualquer corpo vivo numa massa aleatória e informe de órgãos. Em segundos. Era um instrumento de morte e poder como nenhum outro. Não tive medo de armas de fogo, porque a morte estava escondida dentro delas. Mas uma catana trazia as entranhas descobertas, brilhava, tinha manchas que nunca saíam. Uma catana era a carantonha gozona da morte, com os lábios pintados de vermelho.<sup>184</sup>

A catana, símbolo do fim do colonialismo, não é mero utensílio, mas prolongamento ativo, pulsante, da luta do subalterno. O homem-colonizador receia um regresso do reprimido que se expressa com extrema violência quer no plano ontológico, quer no plano ôntico; ele não só é chamado a confrontar-se com os seus limites,

---

<sup>183</sup> J. E. Agualusa, op. cit., p. 11.

<sup>184</sup> I. Figueiredo, op. cit. p. 70.

autoalimentados pela propaganda mitológica do regime, na compreensão da realidade e das relações humanas, mas é também chamado a pagar as crueldades do colonialismo com o preço mais alto que ele possa imaginar: a sua própria integridade, física e moral. A catana aterroriza porque divide, eviscera o mundo do homem-colonizador, dissecando o corpo, subvertendo a ordem, demolindo o projeto colonial e, sobretudo, cortando as cabeças, símbolo da superioridade ontológica do racionalismo ocidental. É altamente emblemático que esse utensílio, instrumento tanto da lavoura como de morte, se encontre ainda hoje no centro da bandeira da República de Angola, um estandarte que, ironicamente, se propõe como uma apropriação africana daquele estandarte soviético que aterrorizava tanto os nazis de Degrelle como o imperialismo do Ocidente.

O fim do conflito, com a derrota colonialista, é, nos romances, uma perda inaceitável, objeto de uma negação contínua nas palavras dos agentes do poder colonial, que acabam por não se adaptar à nova disposição ideológica do mundo ou, numa evolução imprevisível, por mudar completamente a sua identidade; em qualquer caso, a convivência do homem-colonialista com o mundo descolonizado não é possível, tem de renascer ou de desaparecer. Dois exemplos antitéticos, a este respeito, são o capitão Jeremias Carrasco em *Teoria Geral do Esquecimento* e a figura paterna no *Caderno de Memórias Coloniais*.

Carrasco é uma das personagens mais polarizantes do romance de Agualusa, um braço armado terrivelmente eficiente do regime que, capturado e fuzilado pelo MPLA, sobrevive miraculosamente à morte certa. Obtém, de facto, uma segunda oportunidade, graças aos cuidados de Madalena, uma mulher completamente isolada pela sociedade colonial:

Ontem, a tua morte foi notícia nos jornais. Publicaram uma fotografia, um pouco antiga, quase não te reconheci. Dizem que foste um diabo. Morreste, reencarnaste, tens uma nova oportunidade. Aproveita-a.<sup>185</sup>

Essa segunda vida é, de facto, eficientemente aproveitada por Carrasco, que não só se torna num pilar da comunidade rural na qual é acolhido, mas também é protagonista de um pessoal trajeto de redenção relativamente à sua vida passada, que se conclui, nas

---

<sup>185</sup> J. E. Agualusa, op. cit., p. 39.

últimas páginas, com a confissão dos seus crimes a Ludovica. Numa esfera diametralmente oposta situa-se o pai de Isabela, que recolhe, na sua pessoa, todas as frustrações de um epílogo nunca aceiteado, nunca elaborado. Na Maputo do pós-25 de Abril, não são poucos os ex-colonos que, publicamente ou privadamente, alimentam a ilusão de uma revolta armada, que constitua uma nova ordem imperial branca, destacada da metrópole:

O meu pai acreditava num movimento de brancos, num outro movimento de brancos, após o de 7 de Setembro. Um que havia de vencer mesmo, que seria financiado pela África do Sul ou pela Rodésia. Havíamos de expulsar o poder negro da cidade, e remetê-lo ao mato, de onde tinha vindo, onde pertencia, e domesticá-lo ou chaciná-lo. Um ou outro, conforme fosse merecido. Uma África de brancos, sim, uma África de brancos, repetíamos-lo. Porque aquela terra, senhores, era do meu pai. O meu pai era todo o povo moçambicano. Sentia força e raiva e espumou até ao último dia, recusando baixar a voz perante um negro, mostrar-lhe os documentos, as guias de viagem, tratá-lo por você, dar-lhe a mão em sinal de aceitação da sua autoridade. Com ou sem independência, um preto era um preto e o meu pai foi colono até morrer.<sup>186</sup>

É na esfera da sexualidade, todavia, que se concentra, provavelmente, o maior processo de separação psíquica do sujeito colonizador nos romances, criando a polarização simbólica do feminino. O ato sexual exerce, nesta altura, uma ação de poder fundamental, na qual a onipotência do homem-colonizador se exalta na posse do “outro” feminino despersonalizado, objetificado. O amor é removido da equação, o coito transforma-se num ato de preservação do ego e da hierarquia social da colónia, que narra uma dúplice conceção de feminilidade, necessária tanto para separar, socialmente e simbolicamente, as mulheres como para justificar uma interpretação “castamente violenta” da sexualidade. A representação sociopolítica do feminino sucedeu, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, à polarização dualística identificada por Theweleit noutro contexto, o que se repete na reconstrução literária do universo colonial apresentada nas obras aqui consideradas.

Há, portanto, uma sacralização/privatização do sexo matrimonial, que, desprovido da paixão amorosa, se torna numa formalidade social, executada pelo casal com casta

---

<sup>186</sup> I. Figueiredo, op. cit., p. 76.

obrigação em conformidade com a norma educacional salazarista. O corpo conjugal da mulher branca é objeto de uma autêntica divinação, torna-se num simulacro inatingível, a ser venerado privadamente, na segurança inexpugnável dos muros domésticos. O corpo da mulher negra é, pelo contrário, vítima de uma objetificação totémica de polo negativo, que a torna, nesta tragédia iconográfica, num ídolo de perversão. O caráter sentimental, feroz, primitivo, da sexualidade, reprimido e relegado na sombra do colonizador branco, é projetado na mulher negra, que se torna, portanto, na provocadora que corrompe o homem de família; nesta projeção assistimos a um paradoxal deslizamento da culpa, graças ao qual o carrasco transfere a responsabilidade da sua violência na vítima: o homem-colonizador pode desabafar livremente os seus instintos mais recônditos sem afetar a sua consciência. Essa dupla projeção – que priva, em qualquer caso, a mulher da sua subjetividade – é particularmente evidente no *Caderno* de Isabela Figueiredo:

Os brancos iam às pretas. [...] As pretas tinham a cona larga. [...] A das brancas não, era estreita, porque as brancas não eram umas cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade, que elas eram muito estreitas, portanto muito sérias, e convinha que umas soubessem isto das outras. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações matrimoniais, sempre com sacrifício, pelo que a fornicção era dolorosa, e evitável, por isso é que os brancos iam à cona das pretas. As pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada. As brancas eram mulheres sérias.<sup>187</sup>

Uma branca não admitia que gostasse de foder, mesmo que gostasse. E não admitir era uma garantia de seriedade para o marido, para a imaculada sociedade toda. As negras fodiam, essas sim, com todos e mais alguns, com os negros e os maridos das brancas, por gorjeta, certamente, por comida, ou por medo. E algumas talvez gostassem, e guinchassem, porque as negras eram animais e podiam guinchar. Mas, sobretudo, porque as negras autorizavam-se a si próprias a guinchar, a abrir as pernas, a ser largas.<sup>188</sup>

O sujeito negro, reduzido a corpo senciente, é vítima de uma dupla obra de desumanização simbólica, na qual se torna num objeto, no caso da mulher, ou num animal

---

<sup>187</sup> Ivi, p. 19.

<sup>188</sup> Ivi, pp. 22-23.

selvagem, no caso do homem. Em ambos os casos, a deslegitimação é funcional à preservação do *status quo* das relações entre os sexos no contexto colonial, porquanto não só alimenta a separação social e racial entre os dois grupos de mulheres, mas incentiva, com o pretexto da animalidade do indígena, a segregação doméstica que constituía a norma da realidade social feminina no Portugal «do Minho a Timor».

Neste processo de constante e feroz atribuição de carácter animal ao “outro” racial, é emblemático que o trauma que marca a vida de Ludovica no romance de Agualusa, ou seja um estupro sofrido durante a adolescência, seja cometido por um português branco, amigo do pai:

No verão alugávamos uma casa, na Costa Nova. Eu nadava. Gostava de nadar. Uma tarde, ao chegar a casa, vinda da praia, dei pela falta de um livro que estava a ler. Retornei, sozinha, à procura dele. Havia uma fila de barraquinhas montadas na areia. A noite caíra, entretanto, e estavam desertas. Dirigi-me à barraquinha onde tínhamos estado. Entrei. Ouvi um ruído, e, ao voltar-me, vi um sujeito à porta, sorrindo para mim. Reconheci-o. Costumava vê-lo, num bar, a jogar às cartas com o meu pai. Ia explicar-lhe o que estava ali a fazer. Não tive tempo. Quando dei por isso já ele estava sobre mim. Rasgou-me o vestido, arrancou-me as calcinhas, e penetrou-me. Lembro-me do cheiro. Das mãos, ásperas, duras, apertando-me os seios. Gritei. Bateu-me no rosto, pancadas fortes, sincopadas, não com ódio, não com fúria, como se estivesse a divertir-se. Calei-me. Cheguei a casa aos soluços, o vestido rasgado, cheio de sangue, o rosto inchado. O meu pai compreendeu tudo. Perdeu a cabeça. Esbofeteou-me. Enquanto me açoitava, com o cinto, gritava comigo, puta, vadia, desgraçada.<sup>189</sup>

Esse acontecimento quebra, de uma só vez, dois tabus no mundo do patriarca: a natureza animal, feroz, é parte inegável da ação de um membro do mesmo grupo social, de um amigo; a sexualidade da enfermeira branca é dessacralizada, tirada das paredes domésticas e transformada em rumor popular. O facto é, para um homem cuja compreensão do mundo se baseia na fé salazarista, inaceitável, e a reação é típica do sujeito que Theweleit caracteriza como «não-completamente-nascido»: agir como se o problema não existisse, como se não pudesse atingir o plano da lógica e da realidade.

---

<sup>189</sup> J. E. Agualusa, op. cit., p. 157.

Ludovica é, por isso, segregada no quarto dela e o patriarca retira-lhe a palavra, isolando assim o trauma na sua própria sombra.

Como resulta evidente no caso do pai de Ludovica, no perverso jogo de atribuições sem interlocutor, as pulsões sexuais primordiais, que são uma marca de irracionalidade, não podem por nenhuma razão ser associadas à esfera doméstica; a prioridade, disfarçada de respeito pela esposa sacralizada, é preservar o papel de guia moral, religiosa e social, dos colonizadores no contexto da sociedade colonial<sup>190</sup>, rejeitando, projetando no “outro” tudo o que pode deslegitimar, mesmo a nível sexual, a superioridade do homem branco.

No contexto colonial, o adultério do homem-colonizador torna-o, paradoxalmente, na vítima dos eventos: o que ele faz é um ato de caridade racial – no caso de a união com a mulher negra se tornar em casamento – ou um martírio em nome do casto matrimónio branco; o exercício das paixões, ocultadas e reprimidas no quotidiano, acontece, no final das contas, num contexto desprovido de consequências sociais: «As incursões sexuais pelo caniço não assombravam o seu futuro, porque uma negra não tinha poder para reclamar paternidade. Ninguém lhe daria crédito».<sup>191</sup>

Não tem de surpreender que, nesta cuidadosa obra da canonização imagética do mundo, a única união racial aceitável seja aquela que respeita a hierarquia de poder estabelecida pelo homem-colonizador, ou seja, a união entre a mulher negra, seja consensual ou não, e o homem branco. A relação entre uma mulher branca e um homem negro, mesmo e/ou sobretudo se consensual, não é aceitável na perspectiva do homem-colonizador, porque representa uma subversão direta da ordem estabelecida, que eleva “verticalmente” o sujeito negro e exclui a mulher branca do controlo paternalista da sociedade salazarista. Essa disparidade é bem relatada numa das primeiras páginas do *Caderno*, num diálogo com o pai em que transparecem de maneira sintética todos os elementos orgânicos do paradigma do homem-colonizador, incluindo o ódio pelo bolchevismo:

Mas um branco podia, se quisesse, casar com uma negra. Esta ascenderia socialmente, e passaria a ser aceite, com reservas, mas aceite, porque era mulher do Simões, e por respeito ao Simões... [...] Para uma branca, assumir uma união com um negro, implicava

---

<sup>190</sup> Ou metropolitana, no caso do trecho aqui considerado, porquanto os eventos do estupro, que ocupam uma das secções conclusivas do romance, ocorrem em Aveiro, durante a juventude de Ludovica.

<sup>191</sup> I. Figueiredo, op. cit., p. 19.

proscrição social. Um homem negro, por muito civilizado que fosse, nunca seria suficientemente civilizado. O meu pai revoltava-se quando encontrava uma branca com um negro, já depois do 25 de Abril, em Portugal. Fitava os pares como se visse o Diabo. Eu dizia-lhe, para de olhar, o que é que te interessa? Respondia-me que eu não sabia, que um preto nunca poderia tratar bem uma branca, como ela merecia. Era outra gente. Outra cultura. Uns cães. Ah, eu não entendia. Ah, eu não podia compreender. Ah, eu era comunista. Como é que tinha sido possível eu dar em comunista?<sup>192</sup>

Na fixação estereotípica do feminino que interessa o universo colonial lusitano, os dois polos apontados por Theweleit estão bem presentes, embora dotados de qualidades levemente diferentes da formulação original do teórico alemão, que acrescentam mais um elemento de complexidade simbólica. Se ampliarmos as nossas considerações de análise ao inteiro território imperial, podemos notar, por exemplo, que a enfermeira branca de *Male Fantasies* assume aqui uma dupla declinação, ligada, em todos os casos, a um imaginário casto, sacralizado: há, por um lado, o anjo militante, ativamente envolvido no regime e na guerra colonial – a mulher inscrita nas associações do regime, a «enfermeira paraquedista» – que, exaltado na sua natureza virginal, salvadora, maternal, representa a bandeira do Estado Novo; há, por outro lado, a fada do lar, a mulher doméstica que, silenciosa e silenciada, representa um perno insubstituível no esquema corporativo do regime. A enfermeira branca do Portugal colonial é, sem exceções, caucásica; o branco não é, neste caso, só uma cor simbólica, como nos contextos analisados por Theweleit ou Littell, que adquire a função de antítese com respeito à cor vermelha do bolchevismo, mas representa uma condição, incontrovertível e essencial, de existência. Embora a associação à figura da enfermeira “vermelha” possa reconduzir-se, em linha geral, a uma questão racial, existem, como observámos no segundo capítulo, exceções. A mulher militante, anticolonialista, emancipada é, por exemplo, objeto de uma constante campanha de denigração na imprensa da época, que se torna em violência física, moral e sexual no caso das manifestantes comunistas detidas pela PIDE; outra exceção, embora mais rara, é representada pelas mulheres portuguesas que, no contexto da colónia, decidiram apoiar as guerras de libertação, pronunciando-se contra a ordem colonial e

---

<sup>192</sup> Ivi, p. 20.



“traíndo” a sua raça. Essa «cafreização»<sup>193</sup> ideológica é, na visão do colonizador, um crime inaceitável; por esta razão, no caso da enfermeira vermelha caucásica a reação é um aniquilamento unívoco, sem ambiguidade, que ignora a dimensão sexual encontrada em Theweleit. Essa projeção problemática é, obviamente, reservada à mulher negra, que, objetivada a nível absoluto, é simultaneamente centro, como observa Grada Kilomba, do desejo do homem branco, do desrespeito do homem negro e da inveja da mulher caucásica, uma circunstância que alimenta inevitavelmente o seu isolamento na sociedade:

Mas Alicia não refere apenas este medo da «mãe *negra*», mas também o medo feminino *branco* da «mulher *negra* sexualizada» e o desejo masculino *branco*. Se as mulheres *brancas* parecem ter medo de que Alicia lhes roube os homens, os homens *brancos* vêem nela um corpo sexualizado que desperta desejo. Estas imagens da feminilidade *negra* são «um depósito» dos medos da cultura ocidental: a «*mammy negra*» e a «prostituta *negra* sexualmente agressiva» acabam por representar aí as funções femininas que uma «sociedade puritana» não pode confrontar – o corpo, a fertilidade e a sexualidade. O racismo constrói a feminilidade *negra* como dupla: a «empregada assexual obediente» e a «prostituta primitiva sexualizada» (Hall, 1992). É um processo de duplicação pelo qual o medo e o desejo da outra são representações um do outro.<sup>194</sup>

A dicotomia problemática que caracteriza a relação do homem-soldado com a enfermeira vermelha – desejo de destruição e vontade de posse – é, portanto, central na representação da mulher negra que acontece no contexto colonial, da qual o universo lusitano não constitui exceção; a fascinação/repulsão do colonizador pelo corpo da mulher negra é transparente nos trechos aqui mencionados da obra de Isabela Figueiredo, bem como no testemunho de Dia Kasembe apresentada no capítulo anterior, mas é na explosão do caos causada pela guerra colonial que essa desumanização é sujeita a uma polarização adicional.

---

<sup>193</sup> Como bem explica Boaventura de Sousa Santos, a cafreização é «uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos "cafres", os negros agora transformados em primitivos e selvagens. Trata-se, pois, de portugueses apanhados nas malhas de Caliban e de facto calibanizados, vivendo com mulheres e filhos calibans, segundo os costumes e línguas locais» (Cfr. B. de Sousa Santos, op. cit. p. 35).

<sup>194</sup> G. Kilomba, op. cit., p. 154.

A guerrilha, como observámos nas reconstruções históricas das páginas precedentes, atraiu um número considerável de mulheres africanas, especialmente negras, na luta de libertação, quer nas obras de conscientização pública quer na participação armada. Os textos mencionados evidenciaram, ao mesmo tempo, a progressiva desvalorização da qual foi vítima a mulher na sociedade colonial lusófona após a Segunda Guerra Mundial, uma circunstância que mudou também o papel e a consideração do sujeito feminino na população indígena. A consolidação do paradigma machista teve, como consequência, uma crescente reprodução das relações de poder entre os sexos típicas da sociedade salazarista no seio dos grupos indígenas, nos quais a mulher, que em vários casos era guia da comunidade, passa para um papel de subalternidade. É no âmbito deste novo equilíbrio social que, à eclosão da guerra colonial, se podem enquadrar as dificuldades encontradas pelas mulheres africanas no acesso à luta militar, que, todavia, não lhe foi negado como no caso do exército lusitano. Para além disso, como resulta tristemente evidente nos três romances, a guerra é capaz de destacar o pior da alma humana, e o colonialismo, na sua traiçoeira essência, de infetar os ex-colonizados:

Não importava quem estava na frente do cano. Era disparar em todas as direcções e matar – mamã Ju tapa os olhos lamentando-se. – A guerra é um grande feitiço. Ficamos todos cegos. [...] Mamã Ju continua: – Pessoas que tu conhecias, de repente, viraram demónios – lamenta-se. [...] – A vitória é certa – acreditava nisso. – Mas também podíamos ter feito as coisas de outra forma. – Como o quê? – Iam às aldeias e raptavam crianças para levar na mata. – Para lutarem? – Também, carregar e cozinhar. Nas meninas violavam. Tiravam a dignidade.<sup>195</sup>

Mesmo no âmbito dos movimentos de libertação, é a mulher que se torna, portanto, na interlocutora privilegiada de um diálogo de violência sexual, física e psicológica, que confirma a dicotomia fascinação/repulsão. Na continuação do diálogo, um dos episódios centrais de *Essa Dama Bate Bué*, Juliana descreve à jovem protagonista as circunstâncias nas quais tinha conhecido a mãe dela, relatando-lhe detalhes particularmente indicativos em relação à consideração feminina no seio das forças armadas:

---

<sup>195</sup> Y. Monteiro, op. cit., pp. 154-56.

- Nem todos respeitavam a tua mãe. Como era mulher sabes como é? O Palanca era um deles. Gostava de a humilhar.
- Mas as mulheres também combatiam – admira-se Vitória com o comentário.
- Mesmo assim. Achavam que éramos inferiores. Mamã Ju está na dúvida se conta ou não conta a Vitória o episódio entre a camarada Rosa e o Palanca. Decide contar, pois é esse um acontecimento relevante na vida de Rosa e Vitória:
- O Palanca humilhava-nos. Um dia, a tua mãe fatigou-se e disparou para matar.
- O que ele fez? Queria dormir com ela. [...] – O tiro matou o Palanca. Tivemos de comunicar à base. Ele era nosso superior. Não tínhamos como não.
- E depois?
- O irmão do Palanca, que era um chefe na base, na raiva, deu ordem para a matarmos. Nos reunimos, e a maioria decidiu que íamos deixá-la fugir. Infelizmente, alguém reportou à base e foram atrás dela.<sup>196</sup>

No espaço ideológico de uma guerra que, nas suas reivindicações originárias, estava intimamente ligada a um ideal emancipatório e anticolonial, a reelaboração, memorialística e/ou ficcional, desses episódios de violência é significativa para compreender de forma clara que, embora as mulheres fossem parte integrante do programa sociopolítico do conflito, a guerra do sujeito feminino contra os corolários do sistema colonial – machismo, deslegitimação política, objetificação simbólica – não acabou certamente com a descolonização territorial; a polarização simbólica do feminino entre santa e meretriz é parte integrante da modernidade ocidental e do pacote de competências legado dos colonizadores europeus.

No universo relatado pelos romances apresentados, a fixação imagética do feminino faz, portanto, parte de um conjunto mais amplo de dogmas hierárquicos, elemento constitucional daquela que podemos quase considerar uma “consciência simbólica do colonialismo”, um conjunto de regras que ditam a interpretação do mundo do colonizador, a sua relação com o sexo feminino, a demonização do “inimigo” racial – quer negro, como neste caso, quer bolchevique, como nos casos analisados por Theweleit. O resultado dessa ideologia, como se pode observar também na evolução narrativa dos três romances, é um mundo vivido numa perene tensão, num eterno dualismo que coloca o homem branco numa guerra desigual contra o seu “outro” racial, sexual, político. A desagregação desse

---

<sup>196</sup> Ivi, p. 160.

mundo é vivida com um sentimento contrastante pelos constituintes desse universo capotado; à não-aceitação dos ex-colonos, traídos na sua própria missão pelo regime salazarista e abandonados pelo governo metropolitano depois do 25 de Abril, corresponde à ressurgência das vítimas da ideologia colonial – a mulher, os indígenas – que não só participam na luta anticolonial, mas subvertem, simbolicamente, o processo de desumanização e de objetificação a que foram submetidos, tomando a palavra, impondo a própria subjetividade, reconquistando o seu espaço das mãos do opressor. Nesta altura, as vozes das protagonistas dos romances assumem um papel simbólico importantíssimo, exprimindo, da sua perspectiva peculiar, uma conceção do mundo diametralmente oposta, ou seja inclusiva e anticolonial, que se configura como um pequeno, mas significativo, exorcismo da antiga ordem imperial. Permanecendo brevemente numa vertente psicanalítica, os três romances representam também o duplo signo da elaboração autoral e ficcional das feridas deixadas pela ideologia colonial, tanto a nível pessoal como a nível comunitário, realizando, portanto, um exercício psíquico que se opõe radicalmente à obnubilação, à remoção freudiana que caracteriza tanto a interpretação do mundo do sujeito colonizador como a sua reação ao esmagamento da ordem “natural” da sociedade colonial, caracterizada por aquela sensação de abandono, de injustiça, que, em vários graus, caracterizou a experiência social dos retornados e dos ex-soldados portugueses.

O paralelismo nos dogmas, nos símbolos e nos processos psicológicos entre a ação do homem-colonizador e do homem-soldado estudado pelo sociólogo alemão resulta, mesmo com todas as particularidades da dimensão lusófona, evidente, trazendo à luz a essência patológica, tóxica do pensamento colonial, bem como os pontos críticos da sua essência, componente ínsita no pensamento moderno; além disso, o paralelismo reforça, a nível hermenêutico, a provocação avançada, com grande força crítica, por Aimé Césaire em 1955, quando declarou Hitler – herdeiro demoníaco da ontologia extremista das *Freikorps*<sup>197</sup> do início do século XX – o fantasma da consciência colonial europeia:

---

<sup>197</sup> Unidades paramilitares formadas em toda a Alemanha a partir de 1918, em consequência da derrota na Primeira Guerra Mundial. Constituídas por veteranos que não aceitavam o resultado do conflito, adotaram posições crescentemente extremistas, instituindo-se como inimigos mortais da União Soviética e da sua ideologia. Tristemente famosas pela sua crueldade, foram adotadas como braço armado na luta clandestina ao socialismo alemão, assassinando Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo em 1919. Muitos dos ex-membros dessas unidades tornaram-se SS durante o regime hitleriano.

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: «Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!» E aguardam, e esperam; e calam em si próprias a verdade – que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a quotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas que antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus; que o cultivaram, são responsáveis por ele, e que ele brota, rompe, goteja, antes de submergir nas suas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã. Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demónio, que se o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os «coolies» da Índia e os negros de África estavam subordinados.<sup>198</sup>

### **III.4 Desconstrução do centro, reconstrução da margem**

Como salienta Djamila Ribeiro no seu *O Que é Lugar de Fala?*<sup>199</sup> a explicitação da posição do falante, dentro da hierarquia sociocultural imposta com violência pela sociedade moderna, é fundamental para contextualizar o seu ponto de vista e a força crítica das suas considerações, neste caso em relação à guerra colonial e às suas consequências. Nos três romances considerados, quem fala – ou quem vê, em alguns trechos narrativos – são mulheres com identidades transitórias, não completamente definidas, que vivem num constante hiato a sua própria parábola no mundo. A evolução dessa condição, como vimos, configura-se como um processo de elaboração das feridas que, de várias maneiras, o colonialismo causou na vida das três protagonistas; nesta reconstrução pessoal, subjetiva e consciente, delineiam-se as sementes de um possível mundo pós-colonial alternativo, em que a superação das dicotomias do pensamento colide com uma realidade que, como resulta evidente nos romances de Agualusa e de Monteiro,

---

<sup>198</sup> A. Césaire, *Discurso Sobre O Colonialismo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p. 18.

<sup>199</sup> Cfr. D. Ribeiro, *O Que é Lugar de Fala?*, Belo Horizonte, Editora Letramento, 2017.

manteve só parcialmente as suas promessas anticoloniais e emancipatórias. Nesta altura, a posição afastada, peculiar, a partir da qual as protagonistas participam na construção do mundo do pós-25 de Abril apresenta-se como o contraponto simbólico da participação ativa na luta anticolonial. Isoladas, por causa de circunstâncias tanto pessoais como sociais, numa posição periférica, as vozes dos três romances apresentam-nos uma interpretação da descolonização simultaneamente subjetiva e inclusiva, que, apoiando-se na sugestão de bell hooks, aproveita ativamente a sua posição «marginal»:

La marginalità è un luogo radicale di possibilità, uno spazio di resistenza. Questa marginalità, che ho definito come spazialmente strategica per la produzione di un discorso contro-egemonico, è presente non solo nelle parole, ma anche nei modi di essere e di vivere. Non mi riferivo, quindi, a una marginalità che si spera di perdere – lasciare o abbandonare – via via che ci si avvicina al centro, ma piuttosto a un luogo in cui abitare, a cui restare attaccati e fedeli, perché di esso si nutre la possibilità di una prospettiva radicale da cui guardare, creare, immaginare alternative e nuovi mondi.<sup>200</sup>

A ação da margem e a constituição de realidades alternativas, simbólicas ou humanas, configuram-se de formas diferentes nos três romances, com narrativas que, cada uma à sua maneira, enfrentam a questão de uma pesquisa identitária que, na queda do regime colonial, é tanto traumática como necessária. A afirmação da subjetividade, em contraposição à objetificação do feminino, não é só um ato literário, mas uma verdadeira obra de destituição da ordem colonial, em que o subalterno de objeto se torna em sujeito, enfrentando o trauma do colonialismo em facetas diferentes, mas que adotam uma perspectiva essencialmente pessoal.

*Essa Dama Bate Bué* é, dos três, o romance que enfrenta de maneira mais marginal a questão da definição identitária nos anos da guerra colonial e da descolonização da África lusitana. Não faltam os segmentos que enfrentam diretamente o assunto da identidade feminina na colónia, mas ocupam uma porção relativamente restrita no espaço narrativo do romance, focado, de facto, na busca das origens de Vitória. É precisamente nesta vontade da protagonista de partir para África, de subtrair-se à vida na ex-metrópole e aos estereótipos raciais que encontramos, todavia, a sua pessoal luta para definir a sua

---

<sup>200</sup> b. hooks, *Elogio del margine*, Milano, Feltrinelli, 1998, p. 68.

identidade de forma autêntica, sem imposições sociais. O percurso de Vitória na terra natal não é uma trajetória linear, mas um caminho conturbado, no qual o encontro com as personagens do passado da mãe põe em luz as contradições de uma sociedade que, depois da descolonização, manteve uma porção consistente da violência institucional própria do colonialismo. Apesar das dificuldades, a busca da mãe prossegue com determinação, porque o de Vitória não é só um ato de rebelião, mas uma verdadeira tentativa de encontrar uma resposta à sua sensação de marginalidade, de afastamento do mundo; é uma dor forte, lacerante, que a acompanha nos seus passos incertos na terra da infância esquecida:

Um ímpeto interior que chega do vazio persegue-me, nunca me deixando totalmente em paz. Surge mais uma vez, trazendo a névoa para tudo o que vivo agora, entorpecendo em dueto qualquer pensamento alegre que tenha e sorriso que dê. É uma dor suspensa, primitiva, que me faz viver com medo.<sup>201</sup>

Essa sensação acompanha-a, amplificando-se, pelas ruas de uma Luanda contemporânea, na qual, terminada há poucos meses a guerra civil, Vitória encontra uma sociedade ainda atormentada pelas injustiças estruturais que a afetaram na época colonial, com uma disparidade destrutiva, alimentada por racismo, classismo e sexismo; um contexto na qual o sexo e a cor da pele determinam o privilégio social, como é patente no episódio da discoteca:

Não vejo meninas. Não vejo raparigas. Não vejo mulheres. Não vejo as outras esquinas em que possam estar. Vejo a polícia. Guardam a discoteca. Há uma fila enorme de homens a aguardar do outro lado da corda, que só é aberta quando o porteiro assim o decide. A corda é a fronteira que separa os que são bem-vindos dos renegados. Os brancos entram directo. Os mulatos são seleccionados e os negros esperam. A escolha do porteiro talvez tenha uma base mais capitalista. Para o porteiro, é provável que um branco em Luanda tenha mais dólares para gastar do que os outros.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> Y. Monteiro, op. cit., p. 54.

<sup>202</sup> Ivi, pp. 50-51

O encontro traumático com a sociedade angolana chega a pôr em causa os princípios da marginalização racial que Vitória tinha experienciado em Portugal: se na metrópole a sua condição era a de mulher negra – situação que define como «o pior lugar da Terra»<sup>203</sup> –, na ex-colónia a sua é a cor do indefinido, de uma identidade que exclui tanto o negro como o branco, colocando-se no meio, lugar que ela define como o «segundo pior».<sup>204</sup>

As inquietações de Vitória são, num primeiro momento, aliviadas pelos encontros com Zacarias Vindu e com Juliana Tijamba, que a endereçam, de forma decisiva, para a resolução da sua pesquisa pessoal; aprendemos, porém, que a ajuda dos dois se configura como uma tentativa, fundamentalmente egoísta, de autoabsolvição, uma vez que ambos tomaram parte, de formas diferentes, no episódio da captura e da tortura de Rosa, a mãe de Vitória. Apesar da profundidade humana do próprio percurso em terra africana, a pesquisa identitária de Vitória não chega a preencher o vazio emocional, uma ferida que se alarga de maneira improvisa quando descobre ser filha da violência sexual sofrida, em consequência do homicídio de Palanca, pela mãe, que, de facto, nunca a desejou:

As palavras lidas transformaram-se num arame farpado que aperta, torce e lacera o seu estômago. Sente dó da mãe. Queria pegar-lhe ao colo. Acariciá-la até que adormecesse e não mais se recordasse dos homens que a violaram e da poesia mórbida recitada pelo general Vindu enquanto a torturava. Vitória sente-se revoltada e traída por todos. A mãe não quer encontrar-se com ela. Nunca a tinha desejado.<sup>205</sup>

A rebelião de Vitória, contra o conservadorismo da família, contra as memórias ofuscadas de uma mãe nunca encontrada, contra a discriminação racial e sexual, configura-se como um percurso de tratamento de um trauma, no qual a voz da protagonista, com toda a particularidade do seu ponto de vista, se ergue com grande potência, propondo uma narrativa que interroga constantemente o passado colonial e os seus frutos. Embora a voz de Vitória, na sua especificidade de mulher negra homossexual, ressalte com força nas páginas de *Essa Dama Bate Bué*, é nos outros dois romances que encontramos uma elaboração mais complexa da subjetividade feminina no contexto

---

<sup>203</sup> Ivi, p. 59.

<sup>204</sup> Ibidem.

<sup>205</sup> Ivi, p. 204.



colonial dos anos da guerra, em que a dimensão decolonial da narrativa dessas mulheres resulta mais evidente.

No *Caderno* de Isabela Figueiredo reencontramos a rutura identitária, quando a infância africana cria um forte sentimento de pertença no sujeito, que, rebelando-se à educação branca de matriz colonialista à qual foi sujeito no âmbito familiar, se põe numa condição de nomadismo perpétuo, que torna difícil, por várias razões, a vida na metrópole. Neste contexto, a sobreposição entre o drama social dos retornados, o racismo dos ex-colonos e a negligência governativa para com a elaboração das consequências sociais da guerra colonial alimentam o caos social e identitário, abrandando, ao mesmo tempo, a parábola emancipatória começada pelas mulheres nos anos da guerra colonial, tanto na metrópole como nos territórios africanos. A identidade híbrida é, portanto, consequência de um afastamento da terra natal, embora a protagonista saiba que, naquela terra, o tempo dos brancos acabou; na narrativa de Isabela Figueiredo à forte consciência das culpas do colonialismo, das quais o pai se torna emblema, adiciona-se a dor pela perda da terra da infância, um pensamento que, ao longo das páginas do romance, sugere a possibilidade de um futuro diferente. A convivência conflitual entre os dois sentimentos ganha um carácter particularmente vincado na relação com a cidade: a passagem simbólica de Lourenço Marques a Maputo, que ocorreu formalmente só em 1976, um ano depois da partida da família de Isabela, marca uma prematura transição à idade adulta, à qual se acompanha a certeza de que, apesar da correspondência geográfica, a terra da infância, relembrada com culpável nostalgia, já não existe.

A parábola narrativa do *Caderno* é interessante por uma variedade de razões, entre as quais, obviamente, a posição ocupada pela narradora no quadro da sociedade da época. Como evidenciam Rachele Borghi<sup>206</sup> e Djamilá Ribeiro<sup>207</sup>, a posição social de um indivíduo – e, conseqüentemente, o seu grau de privilégio – é influenciada por um conjunto de classificações instituídas pela sociedade moderna (género, raça, classe) que, sobrepondo-se, determinam a sua posição na ordem sociocultural de referência. No caso da sociedade colonial moçambicana, as mulheres negras ocupam uma posição particularmente crítica, sendo o alvo privilegiado de uma objetificação cruel pelo homem branco, que trata a alteridade como uma marca de desumanização. Ao mesmo tempo, as

---

<sup>206</sup> Cfr. R. Borghi, op. cit., pp. 94-126.

<sup>207</sup> Cfr. D. Ribeiro, op. cit., pp. 33-48.

entrevistas presentes no livro de Grada Kilomba evidenciam como os estereótipos planteados na época colonial influenciaram e continuam a influenciar a consideração da mulher negra pela sua contrapartida branca, numa estratégia de preservação da hierarquia social adotada pelo Ocidente capitalista, que já nas plantações americanas alimentava sabiamente as fricções entre os subalternos. Na ótica do antigo, racional Ocidente, a mulher consciente, que age numa direção contrária ao dogma individualista, que trabalha ao lado do “outro”, é, de facto, um elemento de perigo, que o colonialismo/capitalismo, nas suas várias declinações históricas, sempre tentou silenciar e marginalizar. O fruto desse processo é, a nível simbólico, a polarização imagética definida por Theweleit, que, como se viu, glorificou a domesticação da enfermeira branca, justificando no silêncio a desumanização da enfermeira vermelha, tratada como objeto sexual ou como carne de canhão. O testemunho de Isabela vem de uma posição de forte privilégio racial, à qual se opõe, todavia, a recusa de mandar duramente na população local; os seus únicos “crimes” são o de ser uma mulher e o de não ser colonialista. Essa posição semiperiférica, de renúncia, torna-a numa aliada peculiar da luta anticolonial, que age recusando a relação entre palavra e silêncio estabelecida como *status quo* colonial.

Como explica com grande eficácia Grada Kilomba, uma das primeiras preocupações do homem branco na instituição da ordem colonial, desde a época das plantações, sempre foi o controlo da palavra dentro da colónia; ou, em termos mais explícitos, o controlo de quem tinha o direito de falar. Um símbolo muito forte desta necessidade de administrar a palavra é a máscara que, na época das plantações, os escravos negros eram obrigados a usar como castigo; um exemplo a este respeito é a máscara que podemos entrever no retrato da Escrava Anastácia<sup>208</sup>, cuja função era também a de impedir que o sujeito comesse a terra, uma estratégia de suicídio muito comum entre os escravos deportados das terras africanas.

---

<sup>208</sup> Como afirma Grada Kilomba, «Há quem defenda que Anastácia, que não tem nenhuma história oficial, era filha de uma família real quimbundo; nasceu em Angola, foi levada para a Baía, no Brasil, e escravizada por uma família portuguesa. Foi vendida ao proprietário de uma plantação de açúcar, com o regresso desta família a Portugal. Há quem diga tratar-se de uma princesa nagô/ioruba capturada por traficantes europeus e levada para o Brasil, e ainda quem dê a Baía como o lugar onde nasceu. Desconhece-se o seu nome africano; Anastácia foi o nome que lhe deram quando foi escravizada. Todos os relatos afirmam ter sido obrigada a envergar uma pesada coleira de ferro e uma máscara que a impedia de falar. Os motivos deste castigo divergem: há quem indique o activismo político que a levou a ajudar outros escravos a fugirem; há quem alegue ter resistido aos avanços amorosos do senhor branco; e ainda outra versão culpa uma senhora com ciúmes da sua beleza. Diz-se muitas vezes que tinha grandes poderes curativos, que fez milagres e era tida por santa pelas/os africanas/os escravizadas/os. Após um prolongado período de tormento, Anastácia morreu de tétano causado pela coleira no pescoço» (G. Kilomba, op. cit., p. 33-34).



Figura 3 – Retrato da «Escrava Anastácia», obra do francês Jacques Arago<sup>209</sup>

A máscara é um instrumento de humilhação brutal, a enésima degradação utilizada pelo sujeito branco para manter a sua posição privilegiada no mundo colonial. Nas páginas conclusivas do primeiro capítulo do seu livro, Grada Kilomba afirma que a fixação insalubre no silenciamento da palavra do sujeito considerado “outro” é reconduzível à noção freudiana de «repressão», um conceito que já abordámos em relação à projecção simbólica do homem-colonizador:

É aquele processo pelo qual as ideias incómodas – e as verdades incómodas – se tornam inconscientes, fora da consciência, dada a extrema ansiedade, culpa ou vergonha que provocam. Mas, sepultadas no inconsciente como segredos, permanecem latentes e podem ser a qualquer momento reveladas. A máscara que sela a boca do *sujeito negro* impede que o senhor *branco* ouça as verdades latentes de que se quer «afastar», de que quer «manter distância», nas margens, despercebidas e «silenciadas». Protege o *sujeito branco*, por assim dizer, de reconhecer o conhecimento da/o «Outra/o». Confrontado com os segredos colectivos e as verdades incómodas dessa *história tão suja*, o *sujeito branco* costuma dizer que «não sabe», «não entende», «não se lembra», «não acredita» ou «não ficou convencido». São expressões deste processo de repressão pelo qual o *sujeito* resiste a tornar consciente a informação inconsciente; ou seja, quer tornar o conhecido desconhecido.<sup>210</sup>

<sup>209</sup> <https://historycollection.com/girl-iron-mask-legend-st-escrava-anastacia/>

<sup>210</sup> G. Kilomba, op. cit., p. 40.

O terror branco da voz do subalterno é, portanto, uma fobia multifacetada, que inclui dimensões diferentes. Acima de tudo, as inquietações do sujeito colonizador não se relacionam tanto à gravidade das suas ações, quanto à possibilidade de que o “outro” possa, movendo-se num plano vertical, cruzar o vínculo de espécie dogmatizado, a nível científico, pelas pseudoteorias da raça e, a nível popular, pela ação deletéria do catolicismo; na reconquista do estatuto de humano pelo subalterno o uso da palavra, instrumento privilegiado da racionalidade ocidental, tem enormes potencialidades subversivas, porque põe diretamente em questão um dos princípios fundantes da pretensa superioridade branca. Um dos outros medos, como salientado por Silvia Federici<sup>211</sup>, era claramente o de uma aliança, intelectual ou armada, entre os elementos subalternizados, em diferentes níveis, na sociedade colonial: a mulher branca, o homem negro, a mulher negra. A este respeito, o uso da palavra revela-se um pressuposto fundamental para o cumprimento de qualquer plano de subversão, de destituição da ordem colonial; uma possibilidade que, de facto, os vários colonialismos tentaram impedir de todos os modos, relegando os homens negros nos campos, as mulheres brancas na prisão dourada das paredes domésticas, a mulher negra nos quartos dos criados. Em termos sintéticos podemos dizer que a voz, a possibilidade de palavra, representa a marca de humanidade e de racionalidade do universo moderno; o seu uso por parte dos subalternos é profundamente receado pelo sujeito dominante, porque invalida a tese segundo a qual seria unicamente o homem branco o portador dessas qualidades.

Se considerarmos essa questão, a importância das vozes das protagonistas torna-se ainda mais evidente, originando uma narrativa de resistência que, partindo da margem, desconstrói o centro. Isabela, enquanto filha branca de colonos brancos, é um sujeito que goza de privilégio social na colónia, mas, ao mesmo tempo, é obrigada a ocupar aquela posição marginal, quase invisível que, com particular evidência nos anos da guerra colonial, era atribuída às mulheres sob o regime salazarista. Na altura dos eventos do *Caderno* ela é só uma menina, mas é, no entanto, educada pelo pai a obedecer ao patriarca, a participar unicamente na vida social da comunidade branca, a não falar com os indígenas, a ficar em casa.

---

<sup>211</sup> Cfr. S. Federici, op. cit., pp. 150-65.

O ato de subversão constituído pelo *Caderno* abrange duas dimensões. Em primeiro lugar, Isabela fala do que não se podia falar, ou seja, da vida na colónia, com as suas condições reais, a segregação racial, o sexismo, a violência física e verbal gratuita. O seu falar da sua própria experiência de vida, da sua família, é, a este respeito, um tríplice ataque à ordem colonial. Enquanto mulher, ela toma com força a palavra, expressa a sua subjetividade, expõe as suas emoções e inquietações, saindo do modelo social imposto pelo regime e negando a sua política de silêncio em relação à questão colonial. Enquanto retornada, ela reabre as feridas, individuais e coletivas, deixadas pelo fim traumático da aventura colonial portuguesa, indagando culpas e consequências que, como resulta evidente pelo tratamento da questão da PSPT nos ex-soldados, o governo do pós-25 de Abril não queria enfrentar. Enquanto filha, ela desobedece à palavra do pai, não se identifica na ideologia colonial na qual cresceu, devolve, com as suas memórias, a humanidade à população negra, traindo os colonos que, como o pai, desejavam um Moçambique branco, uma «Califórnia portuguesa». É precisamente na relação com o pai e com a comunidade branca que se dá a segunda traição de Isabela, que, ao falar do reprimido freudiano do colonialismo, nega, ao mesmo tempo, a palavra do colonizador e recusa silenciosamente o diálogo:

Nunca ouviu da minha boca um tens razão, um realmente, um pois. No máximo, um percebi, como resposta a um percebeste? Porque ele podia obrigar-me a sentar, ouvir e calar, sujeitar-me a sessões públicas e privadas de ideologia rática, mas não convencer-me das vantagens da raça nem do ódio. O meu pai não me arrancou ao que eu era e pensava; o meu pai não foi capaz de formar o meu pensamento. Escapei-lhe.<sup>212</sup>

O silêncio de Isabela em relação à doutrinação é ele mesmo um ato de rebelião, que nega o equilíbrio estabelecido pela ordem colonial entre a fala, exclusiva do homem branco, e o silêncio, prerrogativa de qualquer “outro”; no âmbito das relações de poder na colónia, ela apresenta-se, portanto, como um aliado, uma voz branca que denuncia os crimes do colonialismo, mas que, ao mesmo tempo, torna evidentes as culpas da época que seguiu o 25-de Abril. Na última secção do romance é cruelmente evidente que, embora a colonização física, territorial, da África portuguesa tenha terminado com a

---

<sup>212</sup> I. Figueiredo, op. cit., p. 89.

guerra colonial, a «colonialidade»<sup>213</sup> está, em todas as suas subtis facetas, ainda muito presente, tanto na metrópole como nas ex-colónias. O caso dos retornados, protagonistas de um verdadeiro drama social na década de 70, é emblemático de um sistema de pensamento que, apanhado em flagrante nos seus crimes, prefere escolher um bode expiatório e abandoná-lo ao seu destino a enfrentar, em todas as suas complexidades, uma questão que impõe uma refundação radical, humana, da sociedade; uma metáfora potentíssima da particular condição de alienação dos retornados, que passam improvisamente de serem os que definem a alteridade a serem os “outros”, encontra-se no romance *As Naus*<sup>214</sup> de António Lobo Antunes, no qual as personagens-chave da aventura colonial portuguesa e da sua mitologia experienciam, em primeira mão, a despersonalização imposta pelo colonialismo às suas vítimas. No caso das ex-colónias, como resulta mais evidente nos outros dois romances aqui considerados, ao fim da colonização não correspondeu a revolução social, emancipatória, anticolonial e anticapitalista que os movimentos de libertação prometeram. No contexto angolano, centro das obras de Agualusa e Monteiro, a resposta coletiva dos grupos armados contra a hegemonia colonial tornou-se, rapidamente, numa cruel guerra civil, que paralisou o país por quase trinta anos, na ambição de ocupar o lugar deixado, na sociedade local, pela elite colonial branca. As parábolas absurdas, absolutamente individualistas presentes em *Teoria Geral do Esquecimento*, como a de Monte, dão-nos uma imagem perfeita do peculiar talento do colonialismo, que chega a colonizar, nas suas derivas piores, até os ex-colonizados.

Há, porém, outro elemento de grande rutura vocálica no *Caderno de Memórias Coloniais* de Isabela Figueiredo, representado pela forte presença da sexualidade no livro, desde as primeiras páginas. Como já observámos, os termos com os quais Isabela, retomando as memórias da infância, se refere à sexualidade no âmbito da colónia são crus, diretos e quebram mais de um tabu. São duas, em particular, as questões subversivas,

---

<sup>213</sup> No seu livro, apoiando-se nos estudos da escola sul-americana, Rachele Borghi (cfr. R. Borghi, op. cit.) define a colonialidade como o conjunto de mecanismos (conservativos) socioculturais, políticos, raciais e sexuais em ato na sociedade ocidental a partir da época moderna, que, na perspectiva dos estudos do pensamento decolonial, começa em 1492. A palavra em si, nascida na intersecção entre «colonialismo» e «civilização», impõe uma distinção entre o fenómeno histórico da colonização, terminado no século XX, e o modelo de vida hierárquico, injusto e cruel que se originou com o início da aventura colonial. Se a colonização é já parte da história, a colonialidade e os seus frutos (sexismo, racismo, individualismo) são ainda parte do mundo contemporâneo, do qual constituem a espinha dorsal.

<sup>214</sup> A. Lobo Antunes, *As Naus*, Lisboa, Dom Quixote, 2002.

que põem em discussão o dogma colonial. Em primeiro lugar, nas páginas do *Caderno* a sexualidade abandona o caráter de censura que a acompanhou nas sociedades do Ocidente moderno; não só são relatados de maneira explícita os dogmas, baseados no privilégio, que estruturam a vida sexual na comunidade colonial, mas é posta fortemente em questão a dupla polarização simbólica – a enfermeira branca e a enfermeira vermelha, a santa e a meretriz – que caracterizou o imaginário rigorosamente branco, cristão e masculino da mulher na época moderna. A segunda questão, paralela à primeira, que é necessário pôr em evidência é a consciência do seu próprio corpo e da sua sexualidade que caracteriza o olhar da juveníssima Isabela ao longo de toda a narração, uma circunstância que, de facto, enfrenta de forma crítica um dos assuntos mais dogmáticos da sociedade moderna ocidental, ou seja, o controlo do corpo feminino. Como evidenciámos no primeiro capítulo com referência às pesquisas de Silvia Federici, uma das preocupações principais das elites europeias na transição ao capitalismo foi a de controlar, legislativamente e fisicamente, o corpo da mulher, que, de sujeito envolvido a nível económico e social na vida comunitária, se tornou, ao longo dos séculos, num sujeito essencialmente excluído do mercado de trabalho, cuja função social, celebrada com estereótipos de santidade, era a de dar o seu corpo para consentir a reprodução da força trabalho, ou, concretamente no caso aqui em exame, da elite branca da colónia. A consciência do próprio corpo torna-se em ato de rebelião total quando, ainda menina, a narradora descobre, de maneira casual, a sua sexualidade, decidindo «jogar a foder» com o Luisinho:

Numa das raras ocasiões em que pude brincar fora do meu quintal, - o meu pai não estava em casa e a minha mãe deve ter-se querido livrar do empecilho - lembro que voava num baloiço improvisado num ramo de cajueiro, empurrada por um rapazito da vizinhança, mais ou menos da minha idade. [...] O miúdo era obviamente branco, filho de vizinhos de confiança, gente boa da metrópole; havia convivência. Perguntou-me, "Queres jogar a foder?" Jogar a foder?! Ora aí estava uma brincadeira que eu não conhecia, nunca tinha jogado na escola e não sabia mesmo como era. Devo dizer que o Luisinho tinha apenas uma vaga ideia, embora soubesse mais do que eu. Era curiosa, portanto não me passou pela cabeça recusar tal brincadeira. Perguntei-lhe como se fazia e ele esclareceu-me resumidamente, "despimo-nos e eu ponho-me em cima de ti". A coisa não me pareceu muito ortodoxa, "despirmo-nos", "em cima de", mas aceitei sem problemas. Tinha curiosidade, e não só. Pressenti ser algo que não se podia fazer, portanto devia ser bestial

e queria experimentar. Era curiosa, aventureira, era uma miúda sozinha que brincava com as formigas.<sup>215</sup>

A sexualidade é vivida por Isabela de forma natural, como uma brincadeira, uma circunstância que não deveria surpreender tendo em consideração a idade dos protagonistas do episódio. Como testemunham mesmo os trechos apresentados no precedente parágrafo, não era infrequente que a sexualidade, especialmente em tons racialmente depreciativos, fosse um tema de conversas públicas, às quais os mais jovens da colónia – como Isabela ou Luisinho – assistiam sem problemas, porque considerados demasiado imaturos para compreender. Apesar dessas considerações, a reação do pai é duríssima e o acidente torna-se objeto de uma censura total, que exclui qualquer explicação por parte dos interessados:

Senti durante muito tempo as violentas bofetadas do meu pai a arder no rosto e os golpes que espalhou pelo meu corpo; rosto, braços, nádegas, costas, pernas. Onde caísse. Foi violento. Depois fechou o meu braço nas suas poderosas garras e voei para dentro do nosso quintal, onde me largou e pude fugir em direcção ao meu quarto, contendo lágrimas, ardendo, humilhada, pensando que a minha vida acabava, ali. Pior que a dor da pancada era a da humilhação por ele me ter visto foder, me ter apanhado no pior dos pecados. Achei que não era capaz de voltar a olhar para ele nem ele para mim, de sair do quarto. Mais tarde ouvi-o contar à minha mãe, mas nem me recordo da sua resposta. Nunca, no resto da minha infância, da minha vida, qualquer um deles falou comigo sobre o acontecido. É algo que não existiu.<sup>216</sup>

A reação dos pais oscila entre a violência e o silêncio, fornecendo a Isabela uma percepção errada, culpável do episódio, que aumenta exponencialmente a vigilância sobre ela; a rígida política familiar, todavia, tem o único resultado de afastá-la, ainda mais, das normas ideológicas da colónia, aumentando a curiosidade da jovem em relação à sexualidade e aos outros tabus da vida colonial. A este respeito, é muito significativa a relação de Isabela com o filho dos vizinhos negros, que evidencia tanto a oposição colonial a qualquer relação humana com o “outro” racial como a inutilidade da

---

<sup>215</sup> I. Figueiredo, op. cit., p. 29.

<sup>216</sup> Ivi, p. 30.



intervenção parental em relação ao episódio de Luisinho, porque consta que, depois do acidente, ninguém deu qualquer noção da gravidez à menina, que receia, inocentemente, estar grávida pelo simples facto de «gostar» do menino:

Quase engravidei do filho do vizinho preto. Tinha dez anos e o medo pôs-me de cama. Foi por pouco. Deus protegeu-me. O negrito, vendo-me no telhado da garagem, subia à sua manfurreira para falar comigo às escondidas da minha mãe. Foi o único com quem me relacionei profundamente. Chegámos a tocar-nos nas mãos, quando ele transferia para os meus braços os gatos que tinham fugido para o seu quintal. Tinha mãos iguais às minhas, rosa-amarelo-beje nas palmas, mas de preto. Falávamos da escola. De jogos. De bichos, sobretudo de cobras, porque havia inúmeras no mato do seu quintal, e ele gostava de me meter medo com isso. E mostrava - mas já cadáveres. Lembro-me do dia em que lhe disse, "a minha mãe não me deixa falar contigo". Também me lembro de lhe dizer "tenho de me ir embora, que ela está a chamar". Chamava-me furiosamente, muito zangada por não ter acesso ao telhado, e não poder desancar-me à chinelada. Ela tinha medo das minhas conversas com o negro. Eu tinha medo do filho mulato que já devia estar a crescer na minha barriga, de certezinha. Agradava-me o rapaz, e já tinha percebido que quando um homem e uma mulher gostavam um do outro, nascia uma criança. Se eu estivesse grávida do preto, o meu pai podia matar-me, se quisesse.<sup>217</sup>

A consciência do próprio corpo, a ideia de ser o único administrador de si, a relação aberta, embora traumática, com a sexualidade são alguns dos elementos que dão um carácter profundamente explosivo à obra de Isabela Figueiredo, na qual a subjetividade feminina não só se afirma numa narrativa extremamente pessoal, mas se torna testemunho privilegiado, inocentemente cruel, do Moçambique colonial, denunciando constantemente a desumanização dos colonos brancos e devolvendo, ao mesmo tempo, ao sujeito negro parte daquela dignidade humana que lhe tinha sido subtraída e negada pelo colonialismo.

Na verdade, a inteira parábola narrativa de Isabela Figueiredo pode ser interpretada como um lento processo de «conscientização»<sup>218</sup>, que, partindo da experiência pessoal,

---

<sup>217</sup> Ivi, p. 39.

<sup>218</sup> Em *Decolonialità e privilegio*, Rachele Borghi, apoiando-se nas teorias de Paulo Freire, propõe uma distinção entre a «tomada de consciência» e a «conscientização». Se a primeira é o acontecimento que torna mais evidente uma verdade, transformando-a em parte da nossa bagagem de conhecimento, a segunda é o

tenta superar as feridas do colonialismo, de que a figura paterna se torna emblema; apesar das intenções, porém, não se trata de um processo linear ou de uma tentativa de encontrar uma absolvição. Todo o livro é uma constante interrogação do passado colonial de Moçambique, da legitimidade da presença branca naquelas terras, da separação simbólica entre as mulheres, e uma constante questionação da própria identidade, em que à difícil relação com o pai se acompanham também admissões de culpas pessoais. Nesta perspectiva, um episódio emblemático ocorre quando a jovem Isabela, desfrutando do seu próprio privilégio social, dá uma bofetada a Marília, uma menina mulata, consciente do facto que ela não podia reagir. *Caderno de Memórias Coloniais* retrata, de forma pessoal, uma luta anticolonial não direta, não armada, que não acaba em detenções, mas que se configura como um processo de constante conscientização, abrindo o caminho para uma subversão diferente, paralela e complementar à rebelião histórica coletiva, seja militante ou silenciosa.

*Teoria Geral do Esquecimento* propõe, por seu lado, um percurso de reconstrução pós-colonial radicalmente diferente, em que os protagonistas são múltiplos e a subjetividade se coloca sempre ao serviço de uma única, caótica coletividade, dada pela cidade de Luanda. No livro de Agualusa, o fim do regime colonial dá a possibilidade aos protagonistas de criar-se uma nova identidade, quebrando as relações com a vida passada, com a opressão e o terror dos últimos dias da guerra colonial; é uma explosão caótica, uma ilusão de liberdade, que inverte, por exemplo, as perspectivas de Monte e Carrasco, inimigos mortais nas primeiras páginas do romance. Neste contexto de mudanças improvisas e radicais a história de Ludovica Fernandes Mano destaca-se pela sua unicidade, numa lentidão que quase nega a passagem do tempo, uma marginalidade extrema, até eremítica, que propõe uma conscientização muito peculiar.

Arredia desde criança à vida fora de casa, Ludovica vive os anos da juventude em Aveiro numa consante negação de si, influenciada pela reação brutal do pai ao «acidente» do estupro, ligada como um apêndice à irmã Odete. Quando Odete decide casar-se com Orlando, um angolano abastado que comercia diamantes com a metrópole, Ludovica acompanha-a até Luanda, mudando-se para o apartamento do cunhado no Prédio dos Invejados. Quando a guerra colonial chega ao seu ponto de máxima tensão e os

---

processo de constante elaboração dessa verdade, que leva o sujeito a indagar constantemente o seu próprio posicionamento intelectual.

portugueses começam a fugir para Lisboa, Ludovica fica isolada, abandonada pela irmã e o cunhado que desaparecem em circunstâncias misteriosas.<sup>219</sup> O isolamento de Ludovica torna-se total quando, depois de uma tentativa de arrombamento que termina em homicídio, decide esconder a existência do apartamento, construindo um muro de cimento diante da porta de entrada; ficará naquele apartamento, isolada do mundo externo que a aterroriza, por décadas inteiras, na companhia do seu cão branco, chamado Fantasma.

Afastada do resto de Luanda, Ludovica é vítima de um terror constante por tudo o que é “outro”, desconhecido; a sua é uma des-aptidão total à interação humana, na qual ressaltam também, nas primeiras secções do romance, os ecos de um medo racista, fruto de uma educação conservadora e intolerante em Aveiro, que são bem visíveis mesmo nas breves interações entre Odete e Orlando, quando a mulher portuguesa reduz as lutas de libertação a atos de terrorismo, provocando a ira do marido. Um exemplo desta atitude inicial de Ludovica encontra-se no capítulo intitulado «Depois do Fim, o Tempo», onde são descritos os primeiros dias de isolamento em Luanda em 1976:

Nas primeiras semanas, incomodavam-na mais os apagões do que os cortes de água. Fazia-lhe falta a rádio. Gostava de ouvir o noticiário internacional na BBC e na Rádio Difusão Portuguesa. Escutava também as estações angolanas, mesmo se a irritavam os constantes discursos contra o colonialismo, o neocolonialismo e as forças de reação.<sup>220</sup>

A sua desconfiança em relação à terra adotiva pode-se também perceber num trecho sucessivo do mesmo capítulo, em que Ludovica, faminta, observa os novos inquilinos, africanos, do Prédio dos Invejados:

Espreitando através da janela do quarto, podia ver, nas dilatadas manhãs de sábado, uma das vizinhas, na varanda do décimo A, a pilar milho. Via-a depois a bater o funge. A preparar e a grelhar peixe, ou, outras vezes, gordas pernas de frango. O ar enchia-se de um fumo áspero, cheiroso, que abria o apetite. Orlando apreciava a culinária angolana. Ludo, porém, recusou-se sempre a cozinhar coisas de pretos.<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> Aprende-se, nas últimas páginas do romance, que no desaparecimento do casal foi envolvido Carrasco, que, numa tentativa de obter os diamantes de Orlando, provocou involuntariamente um acidente mortal.

<sup>220</sup> J. E. Agualusa, op. cit., p. 28.

<sup>221</sup> Ivi, p. 31.

Não se trata, como se torna evidente na prossecução da narração, de uma hostilidade orientada unicamente em direção do sujeito negro, como acontecia nas páginas do *Caderno*, mas é inegável que há um véu de racismo na posição inicial de Ludovica: uma atitude que cairá, de maneira evidente, nos capítulos seguintes. O terror da vida, o medo «do céu» que caracteriza as primeiras páginas de *Teoria Geral do Esquecimento* pode ser considerado uma radicalização, condicionada pelas consequências de um terrível trauma psicológico, da condição social estereotípica da mulher branca na sociedade colonial branca, chamada a observar o mundo dos “outros” das janelas de casa, sem tomar parte ativa na vida da comunidade, instituindo-se como simulacro no santuário doméstico das elites. Uma diferença substancial, obviamente, é o facto que o isolamento de Ludovica é voluntário e intransponível, não a coloca simplesmente numa posição marginal da sociedade, mas a põe numa situação de afastamento absoluto da vida humana que continua nas ruas de Luanda; mesmo os eventos significativos da história da nova Angola chegam como um eco distante à existência de Ludovica, que conclui desta forma a página de diário datada de 27 de maio 1977<sup>222</sup>:

Não tenho energia elétrica há mais de uma semana. Portanto, não ouço rádio. Não consigo saber o que se passa. Despertei com tiros. Vi, mais tarde, através da janela da sala, o homem magérrimo a correr. Fantasma cirandou o dia inteiro, rodando sobre o próprio medo, mordendo os dedos. Escutei gritos no apartamento ao lado. Vários homens discutindo. Depois, silêncio. Não consegui dormir. Às quatro da manhã subi ao terraço. A noite, como um poço, engolia estrelas. Então vi passar uma carrinha de caixa aberta carregando cadáveres.<sup>223</sup>

Nas páginas do romance são principalmente as histórias das outras personagens – Carrasco, Pequeno Soba, Monte, Daniel Benchimol, Nasser Evangelista – a relatar-nos a

---

<sup>222</sup> No dia 27 de maio de 1977 houve uma tentativa de golpe em Luanda, organizada pelos «fraccionistas», uma facção dissidente do MPLA guiada por Nito Alves. O golpe, graças também à intervenção das forças armadas cubanas estacionadas em Angola, falhou rapidamente, restabelecendo-se o controlo do governo guiado por Agostinho Neto. As consequências da tentativa de golpe, porém, foram cruentas, uma vez que milhares de opositores, afiliados ou não a Nito Alves, foram justicados sem piedade nos meses seguintes, num massacre que constitui uma das páginas mais obscuras da história angolana. Veja-se, a este respeito: D. C. Mateus; A. Mateus; *Purga em Angola. O 27 de Maio de 1977*, Porto, Edições Asa, 2007.

<sup>223</sup> J. E. Agualusa, op. cit., p. 43.

evolução da vida urbana nos anos seguintes ao fim da guerra colonial, num entrelaçamento contínuo entre passado e presente em que as personagens acabam, por uma variedade de razões, por gravitar nas proximidades do Prédio dos Invejados, aflorando apenas a existência de Ludovica, que será descoberta só na secção conclusiva do romance.

O percurso narrativo de Ludovica, paralelamente ao das outras personagens, pode ser considerado um renascimento pessoal, embora não apresente aquele imediatismo frenético que caracteriza, por exemplo, a segunda vida de Jeremias Carrasco. A parábola eremítica da protagonista é, de facto, uma autêntica partida do zero, na qual, enfrentando as suas inquietações passadas e presentes, ela recomeça a viver, quebrando a inércia traumática que tinha condicionado a sua vida depois do estupro. A sua experiência torna-se rapidamente numa constante luta pela sobrevivência, em que aprende a contornar a ausência de água, comida, eletricidade, criando uma pequena horta no terraço, recolhendo a água da chuva, comendo pombos, raptando galinhas:

Começou a vigiar as galinhas que ficavam na varanda, ciscando, ao amanhecer, os primeiros grãos de sol. Aguardou por uma madrugada de domingo. A cidade dormia. Debruçou-se da janela e fez deslizar um cordel, com um nó corredio na ponta, até à varanda do décimo A. Ao fim de uns quinze minutos conseguiu laçar o pescoço de um enorme galo negro. Deu um puxão forte, e alçou-o rapidamente. Para a sua surpresa o animal ainda estava vivo (embora não muito) quando o pousou no chão do quarto. [...] Com um galo e uma galinha poderia começar uma criação. Seria bom comer ovos frescos todas as semanas. Voltou a descer a corda e dessa vez conseguiu laçar uma das galinhas por uma pata. A infeliz debateu-se num horrendo alarido, soltando plumas e penas e poeira. No instante seguinte, o prédio despertou com os gritos da vizinha: «Ladrões! Ladrões!» [...] E logo a seguir numa certeza: «A Kianda... A Kianda...» [...] Foi desta forma, com um furto grosseiro, e um golpe de sorte, que Ludo iniciou uma pequena criação de galináceos, no terraço [...] <sup>224</sup>

No rapto das aves, Ludovica acaba acidentalmente por reforçar a crença popular nas Kiandas<sup>225</sup>, consideradas pelos vizinhos as responsáveis pelo crime em virtude da

---

<sup>224</sup> Ivi, p. 32.

<sup>225</sup> Na mitologia bantu, a Kianda é uma entidade associada à dimensão aquática, venerada pelos pescadores.

vizinhança do condomínio à poça dos hipopótamos; não é a única circunstância em que a protagonista invade, embora acidentalmente, a fronteira do sobrenatural, pois são inúmeros os inquilinos que, ao longo dos anos, abandonam o Prédio dos Invejados por causa de presenças misteriosas, aterrorizados pela voz de uma mulher – a de Ludovica que canta – e pelos latidos de Fantasma.

O isolamento da mulher torna-se, portanto, ainda mais extremo com o passar do tempo e a companhia humana é totalmente abolida da sua quotidianidade. É significativo, a este respeito, que duas das relações mais humanas e empáticas no romance sejam aquelas de Ludovica com dois animais, o já mencionado Fantasma e o macaco Che Guevara; essa circunstância torna-se ainda mais significativa se acolhermos a sugestão de Rachele Borghi<sup>226</sup>, segundo a qual o «especismo» é parte dos conjuntos éticos, culturais e morais que constituem a «colonialidade» contemporânea. Nesta altura, a relação de Ludovica com os dois animais, condicionada mesmo pela fome e as inquietações da vida de clausura, atinge grandes níveis de humanidade, com a protagonista que, num dos primeiros períodos de carestia, antes do rapto dos galináceos, prefere jejuar para nutrir Fantasma. Os dois animais não são unicamente objeto do profundo afeto da protagonista, mas são propriamente portadores de emoções verdadeiras, humanas; é particularmente relevante o momento em que Ludovica e Fantasma, consumidos pela fome, decidem matar o macaco para devorá-lo:

Escutou, vindo do pátio, um gemido, um fraco queixume. Fantasma, estendido aos seus pés, ergueu-se num salto, atravessou correndo o apartamento, até à sala, subiu aos tropeções a escada em caracol e desapareceu. Ludo lançou-se atrás dele. O cão encurralara o macaco contra as bananeiras, e rosnava, ansioso, de cabeça baixa. [...] Che Guevara ainda lá estava, observando-a com claros olhos de assombro. Nunca vira em nenhum homem um olhar tão intensamente humano. [...] Ludo descascou uma banana, que trouxera da cozinha, e estendeu o braço. O macaco esticou o focinho. Sacudiu a cabeça, num gesto que podia ser de dor, ou de desconfiança. [...] O animal avançou, arrastando a perna, chorando tristemente. Ludo soltou a banana e agarrou-lhe o pescoço. Com a mão esquerda tirou a faca da cintura e enterrou-a na carne magra. [...] A mulher sentou-se no chão, exausta, ela também chorando. Ficaram assim um longo tempo, os dois, olhando

---

<sup>226</sup> Cfr. R. Borghi, *op. cit.*, pp. 119-126.

um para o outro, até que começou de novo a chover. Então Ludo ergueu-se, aproximou-se do macaco, soltou a faca e cortou-lhe o pescoço.<sup>227</sup>

A morte de Che Guevara, como também a de Fantasma nos capítulos sucessivos, é um momento de enorme carga emocional, que marca, de maneira dramática, uma importante etapa no percurso de renascimento, de conscientização da protagonista. Trata-se de uma das subversões da guerra de Ludovica à dogmatização social que, nas personagens e nos eventos da sua vida, lhe tinha tirado a felicidade; a batalha de Ludovica é, em todas as suas facetas, uma negação constante da vida no exterior, que se configura, na sua primitividade, na remoção da fronteira entre humano e animal, na destruição dos modelos sociais, como uma recusa total da colonialidade. Trata-se de um percurso radicalmente diferente do de Isabela, mas que resulta numa conscientização análoga, cujo objetivo não é só o de curar as feridas do passado, mas o de afirmar a subjetividade da própria voz, feminina, independente, reencontrando, ao mesmo tempo, a serenidade perdida com o estupro.

No seu isolamento eremítico no Prédio dos Invejados, a voz de Ludovica preenche todos os espaços, com os muros do apartamento que, nos anos, se transformam num gigantesco livro, em que são recolhidas as suas memórias e as suas frases preferidas dos romances que, por causa da falta de eletricidade e da vista em deterioramento, nem conseguia ler, decidindo utilizá-los como combustível. O sacrifício dos livros, uma das únicas consolações da vida passada de Ludovica, representa um processo extremamente simbólico, uma forma de auto-da-fé pessoal que, na sua progressão paralela à cegueira, marca a transição da protagonista para um novo «eu», mais consciente, independente, destemido, que abraça a sua nova identidade de mulher africana, enterrando o fantasma daquela mulher portuguesa que, destruída pela vida e pelas injustiças de uma sociedade machista, se tinha trancado em casa desde a adolescência. Neste percurso, o ponto de viragem fundamental é o encontro com Sabalu, menino angolano sem família, que não só representa o primeiro interlocutor humano de Ludovica em quase trinta anos, mas lhe salva a vida depois de uma terrível queda no terraço, procurando-lhe os medicamentos e assistindo-a no processo de recuperação. É especialmente significativo, nas últimas páginas do romance, o encontro com os outros protagonistas, graças ao qual todas as

---

<sup>227</sup> J. E. Agualusa, op. cit., pp. 54-55.

personagens conseguem encerrar, depois de trinta anos, o seu passado traumático, mas sobretudo é significativo o encontro de Ludovica com Maria da Piedade Lourenço, a filha nascida em consequência do «acidente» sofrido, que nunca encontrara a protagonista:

Maria da Piedade arrastou a cadeira para junto dela. Posou a mão direita no seu joelho: – Não vim a Luanda para cobrar nada. Vim para a conhecer. Quero levá-la de volta para a nossa terra. [...] – Filha, esta é a minha terra. Já não me resta outra. [...] Tenho visto crescer aquela árvore. Ela viu-me envelhecer a mim. Conversamos muito. [...] A minha família é esse menino, a mulemba lá fora, o fantasma de um cão. Vejo cada vez pior. Um oftalmologista, amigo do meu vizinho, estava aqui em casa, a observar-me. Disse que nunca perderei a vista por completo. Resta-me a visão periférica. Hei de sempre distinguir a luz, a luz neste país é uma festa. Em todo o caso não pretendo mais: a luz, Sabalu a ler para mim, e a alegria de uma romã todos os dias.<sup>228</sup>

O retorno à humanidade, ao exterior, de Ludovica é a culminação de um longo processo de conscientização, no qual a protagonista, aprendendo a sobreviver isolada do mundo, afastando-se da temporalidade caótica da guerra civil, encontra uma nova identidade, que exclui os princípios da colonialidade, afirmando com força uma nova voz única, consciente, filha de uma eficaz elaboração do trauma da sua identidade quebrada.

Na forma de um caderno de memórias de infância, de uma viagem para o desconhecido ou de um muro erguido perante a porta de casa, as protagonistas dos três romances enfrentam um percurso totalmente pessoal de elaboração dos traumas do seu passado, propondo, no entanto, uma desconstrução do centro, da colonialidade e dos seus legados, partindo de uma posição periférica, com um grau de marginalidade variável. As três narrativas situam-se, portanto, numa posição anticolonial complementar à realidade histórica reconstruída no capítulo II, propondo uma elaboração mais literariamente ideológica do período da guerra colonial, que indaga, nos seus simbolismos e nas suas contradições, a vertente ontológica da controversa realidade colonial e pós-colonial lusófona. É nesta perspetiva que podemos encontrar, nos três romances, percursos de conscientização que, partindo da reflexão privada, acabam por falar à/da coletividade, remarcando a importância fundamental, numa perspetiva ontológica e ôntica, do ponto de vista feminino na elaboração de um pensamento decolonial.

---

<sup>228</sup> Ivi, p. 144.



## Conclusões

Ao longo da presente tese tentou-se seguir um percurso multifacetado, mas essencialmente focado nas declinações lusitanas da guerra, recíproca e interminável, entre as mulheres e a ordem colonial instituída na transição capitalista: uma conflitualidade que enfrentámos, nas suas várias declinações, no período crítico da guerra colonial, apogeu trágico do imperialismo português. O objetivo declarado da pesquisa era dúplice: investigar, por um lado, como mudou no tempo o papel da mulher na sociedade imperial portuguesa, com particular referência ao período histórico que precedeu a guerra colonial, ou seja o regime do Estado Novo; fornecer, por outro lado, as provas da luta constante das mulheres contra a ordem imperialista e os seus legados, analisando a experiência feminina no período da guerra colonial com a ambição de destacar uma voz silenciada, mas essencial na formação de uma teoria e de uma prática «decolonial» lusitana, um propósito que nos levou a investigar tanto testemunhos historiográficos como, sobretudo, obras literárias.

O primeiro capítulo, percorrendo a evolução diacrónica do projeto imperialista lusitano e as suas consequências sociais, políticas e económicas a nível colonial e metropolitano, evidenciou uma progressiva transformação, pejorativa, do papel social de mulher, que alcançou o seu ápice na época do Estado Novo. Esse processo de deslegitimação feminina foi um fenómeno continental, característico da transição ao sistema capitalista, pelo qual, como já evidenciou Silvia Federici, a mulher foi progressivamente excluída da vida pública e do mercado de trabalho. No caso de Portugal, os dados apresentados na nossa investigação evidenciaram como esse processo se atuou, de maneira orgânica, com um certo atraso temporal em relação ao resto do continente, provavelmente devido à transição tardia do país a uma economia industrial. Contudo, evidências de uma progressiva fixação da representação feminina em determinados estereótipos, destinados a legitimar a domesticação das mulheres, foram detetadas já nos alvares da epopeia ultramarina do país, um fenómeno que criou as condições de existência da opressão do “outro” bilateral, interna e externa, que caracterizou a inteira experiência colonial portuguesa. Como relevámos apoiando-nos nas interpretações de Eduardo Lourenço e Boaventura de Sousa Santos, foram essencialmente duas as tensões que definiram a particularidade ôntica e ontológica do colonialismo lusitano: por um lado, o

desvio deformador entre a realidade imperial do país e a sua representação de si; por o outro lado, a posição de «semi-subalternidade» no plano das potências coloniais europeias. Essa constituição estrutural determinou, no curso da longa história do colonialismo nacional, uma contínua alternância entre fases que definimos como eufóricas e disfóricas, que influenciaram também a peculiar adaptação de Portugal à aceleração imposta pela modernidade, às guerras mundiais, à descolonização global. Enfrentando a mitologia lusitana de um colonialismo “diferente”, renascida no final do século XIX, investigámos as várias alteridades que constituíram o projeto sociopolítico da ditadura salazarista, focando, em última instância, a nossa atenção sobre o sujeito feminino. Observámos, com a passagem ao sistema corporativo do Estado Novo, uma aceleração do processo de deslegitimação socioeconómica feminina, que diminuiu drasticamente a presença de mulheres trabalhadoras, incentivando a nível propagandístico o ideal feminino da «fada do lar», esposa obediente, mãe escrupulosa, cola social do sistema salazarista. Contudo o silenciamento social, político e económico das mulheres foi crescentemente posto em causa no segundo pós-guerra; a guerra colonial, neste sentido, deu às mulheres uma renovada presença social, favorecendo o impulso emancipatório e a instituição de uma frente de luta contra a essência colonial do país e as suas consequências.

No segundo capítulo aprofundámos precisamente esta questão, investigando a mudança da participação social das mulheres no período da guerra colonial, no que diz respeito à situação feminina na metrópole e nas colónias. Quanto ao panorama doméstico lusitano, evidenciou-se um crescente aumento da consciência política nas mulheres portuguesas, uma circunstância para a qual contribuiu o seu maior envolvimento na vida pública, fruto do vazio social causado pela mobilização em massa dos homens. Neste clima de crescente tensão social, evidenciámos como a batalha feminina contra a ordem colonial salazarista se desenvolveu em duas frentes distintas. Na primeira, coloca-se o conjunto – composto pelas «madrinhas» do MNF, as enfermeiras «paraquedistas», as esposas que seguiram os maridos na frente colonial – de mulheres oficialmente “aliadas” do regime, consideradas pelo Estado Novo instrumentais para manter alto o moral da tropa. Como evidenciaram os vários testemunhos apresentados, todavia, a ação motivacional incentivada pelo regime transformou-se, muito frequentemente, numa zona franca de diálogo e de reflexão, que não só aumentou o entendimento, a nível civil, do

autêntico, terrível, carácter da guerra, mas também contribuiu para plantar no exército as sementes de uma consciência desertora, antiditatorial, que resultará fundamental na transição para o 25 de Abril. Por outro lado, considerámos a ação da frente adversária, declaradamente antissalazarista, que de várias formas constituiu o núcleo da contestação pública do regime. Os testemunhos apresentados evidenciaram a importância da ação feminina nos movimentos de contestação, em que as mulheres aproveitaram o papel de cola social que lhes tinha sido imposto pelo regime para falar à coletividade, apesar da grande violência do regime na supressão da oposição feminina, sintoma de uma dupla polarização estereotípica da mulher, ou seja entre a enfermeira «branca» e a «vermelha», com base nas teorias do sociólogo alemão Klaus Theweleit. Já nas colónias, analisaram-se as formas de participação anticolonial das mulheres africanas durante a guerra, que relevou uma consistente presença feminina na luta armada dos movimentos de libertação. A investigação aqui apresentada deu-nos a possibilidade de quebrar o silêncio persistente sobre a participação – tanto civil como militar – das mulheres na guerra colonial, oferecendo, através da valorização de vários testemunhos, uma narrativa diferente da guerra colonial, que emerge das fraturas sociais impostas pelo regime para apresentar uma frente unida, coletiva e feminina, contra a colonialidade.

Para enfrentar a luta anticolonial feminina mesmo na sua dimensão ontológica, no terceiro capítulo dedicámo-nos à análise literária de três romances – *Caderno de Memórias Coloniais* de Isabela Figueiredo, *Essa Dama Bate Bué* de Yara Monteiro e *Teoria Geral do Esquecimento* de José Eduardo Agualusa – que enfrentam o tema da guerra colonial e a descolonização numa perspetiva memorialística, e nos quais a voz feminina das protagonistas é predominante. Apoiando-nos principalmente no trabalho psicanalítico de Grada Kilomba, analisámos então as estruturas de poder nas sociedades coloniais dos romances, relevando uma persistente demarcação vertical – simbólica e até factual – entre o homem branco e o resto da sociedade, da qual a mulher negra representava o elemento mais marginalizado. Essa escala social foi aprofundada no quadro das teorias de Theweleit para investigar a representação simbólica da mulher, branca e negra, no imaginário do sujeito colonizador, da qual explorámos a formulação arquetípica. Paralelamente ao que observámos nos testemunhos do capítulo anterior, a análise literária relevou que as mulheres, no contexto colonial, foram objeto de uma dupla polarização simbólica, que criou dois modelos sociais opostos – a santa, venerada como

um simulacro, e a meretriz, vítima de uma persistente objetificação sexual – mas recorrentes, cujo único efeito era, no fundo, a deslegitimação social da mulher e a preservação da ordem colonial, na qual o privilégio do homem branco era predominante. Por fim, partindo da definição de margem proposta por bell hooks, evidenciamos como as três protagonistas enfrentaram um percurso pessoal, subjetivo, de elaboração do trauma identitário do pós-colonialismo, desconstruindo de uma posição de margem o centro ideológico da ordem colonial e refletindo sobre as promessas incumpridas da descolonização. Sublinhámos, a este respeito, a forte contraposição, formal e ideológica, entre o discurso feminino e o imaginário do homem colonizador, caracterizado por uma forte dimensão dualística. Identificámos, nas três narrativas, uma elaboração subjetiva do período da guerra colonial, uma reflexão que indaga, nos seus simbolismos e nas suas contradições, a explosão de possibilidades proporcionadas pelo fim do regime colonial; apoiando-nos na obra de Rachele Borghi, definimos essa elaboração como um processo de «conscientização», uma reflexão que, partindo de uma questionação da própria subjetividade, redefine, através da tomada de consciência das feridas do passado, a posição das protagonistas no seu próprio universo, dando-nos três exemplos diferentes de constituição de uma identidade nova, realmente «decolonial», na qual a marginalização não só é combatida, mas é impugnada como um instrumento de poder.

Apesar do persistente silêncio sobre a participação feminina na guerra colonial, é evidente que não só as mulheres tiveram um papel importante na deslegitimação da ordem colonial, tanto a nível colonial como metropolitano, mas também foram, desde o início, as portadoras de uma perspetiva autenticamente anticolonial, sendo elas mesmas vítimas da hierarquização imposta pelo imperialismo ocidental. As vozes delas – das protagonistas, das espectadoras, mas também das herdeiras daquela luta – constituem uma preciosa fonte, que merece ser ouvida, compreendida e assumida, porque, oferecendo-nos exemplos concretos da criação consciente de uma nova identidade fora dos dogmas sociais, sexuais e raciais do sistema colonial, nos oferece a possibilidade de aceitar os verdadeiros limites, ideológicos e não, da descolonização, estabelecendo-se como ponto de partida para uma autêntica atuação prática do pensamento «decolonial».

Nesta perspetiva, esta tese coloca-se unicamente como ponto inicial, como sugestão ideológica para desenvolver um percurso crítico que, utilizando flexivelmente as ferramentas teóricas da contemporaneidade, não se limite a desconstruir a opressão da

colonialidade, mas favoreça também a transição a um novo sistema, que, partindo da experiência e da voz feminina e pondo continuamente em discussão – como formula Djamilia Ribeiro – o «lugar de fala» de cada um/a, reconstrua uma nova interpretação do mundo, derrubando, talvez definitivamente, os últimos legados da ordem colonial.

## Bibliografia ativa

José Eduardo Agualusa, *Teoria Geral do Esquecimento*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2012.

José Eduardo Agualusa, *A Rainha Ginga e de Como os Africanos Inventaram o Mundo*, Lisboa, Quetzal, 2014.

António Lobo Antunes, *As Naus*, Lisboa, Dom Quixote, 2002.

Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Livraria Lello, 2018.

Isabela Figueiredo, *Caderno de Memórias Coloniais*, São Paulo, Todavia, 2018.

Yara Monteiro, *Essa Dama Bate Bué!*, Lisboa, Guerra & Paz, 2018.

## Bibliografia passiva

Virgínia Baptista; Paulo Marques Alves, “As Mulheres trabalhadoras em Portugal (1890-1970): as representações sobre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado numa perspetiva feminista”, in *Atas do IX Congresso Iberoamericano de Estudos de Género*, Mar de la Plata, 2019, pp. 523-31.

Cinthia da Silva Belonia, “O Racismo e a Hipersexualização da Mulher Negra em «Caderno de Memórias Coloniais» de Isabela Figueiredo”, in *Literatura e Autoritarismo*, n.º 28, 2016, pp. 45-51.

Rachele Borghi, *Decolonialità e privilegio. Pratiche femministe e critiche al sistema mondo*, Milano, Meltemi, 2020.

Antonio Candido, “Poesia e ficção na autobiografia”, in *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*, São Paulo, Editora Ática S.A, 1989, pp. 10-22.

Eduardo Viveiros de Castro, *Metafísiche cannibali*, Verona, Ombre corte, 2017.

Aimé Césaire, *Discurso Sobre O Colonialismo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

Alessandro Cinquegrani, *Il sacrificio di Bess. Sei immagini su nazismo e contemporaneità*, Milano, Mimesis, 2018.

Anne Cova; António Costa Pinto, “O Salazarismo e as Mulheres. Uma Abordagem Comparativa”, in *Penélope*, n.º 17, 1997, pp. 71-94.

Mircea Eliade, *Salazar e la rivoluzione in Portogallo*, Milano, Edizioni Bietti, 2013.

Frantz Fanon, *Il negro e l'altro*, Milano, Il Saggiatore, 1971.

Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Salvador de Bahia, EDUFBA, 2008

Silvia Federici, *Calibano e la strega. Le donne, il corpo e l'accumulazione originaria*, Milano, Mimesis, 2015.

Buanga Fele (alias de Mário Pinto de Andrade), “Qu'est-ce que le luso-tropicalisme?”, in *Présence Africaine*, n.º 4, Out.-Nov. 1955, pp. 1-12.

Ana Paula Ferreira, “Home Bound: The Construct of Femininity in the Estado Novo”, in *Portuguese Studies*, n.º 12, 1996, pp. 133-44.

Carlos de Matos Gomes; Aniceto Afonso, *Os anos da guerra colonial*, Lisboa, Quidnovi II, 2010.

bell hooks, *Elogio del margine*, Milano, Feltrinelli, 1998.

Grada Kilomba, *Memórias da plantação. Episódios de racismo quotidiano*, trad. di Nuno Quintas, Lisboa, Orfeu Negro, 2019.

Jonathan Littell, *Il secco e l'umido*, Torino, Einaudi, 2008.

Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1992.

Eduardo Lourenço, *Portugal como Destino, seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999.

Eduardo Lourenço, *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, Lisboa, Gradiva, 2014.

Samora Machel, *A Libertação da Mulher*, São Paulo, Parma, 1979.

Wunyabari O. Maloba, *African Women in Revolution*, New Jersey, Africa World Press, 2007.

Dalila Cabrita Mateus; Álvaro Mateus; *Purga em Angola. O 27 de Maio de 1977*, Porto, Edições Asa, 2007.

Achille Mbembe, *Emergere dalla lunga notte. Studio sull'Africa decolonializzata*, Milano, Meltemi, 2018.

Paulo de Medeiros, “7 passos (para pensar uma Europa pós-imperial)”, Ana Mafalda Leite, (org.), *Nação e narrativa pós-colonial. Angola e Moçambique*, vol. 1. Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 323-38.

Walter D. Mignolo; Catherine E. A. Welsh, *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*, Durham, Duke University Press, 2018.



Ada Milani, *Immaginari transnazionali. La formazione della letteratura mozambicana attraverso la rivista «Itinerário» (1941-1955)*, Milano, Mimesis, 2020.

Maria da Conceição Neto, “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, in *Lusotopie*, n.º 4, 1997, pp. 327-57

Maria da Conceição Neto, “De Escravos a ‘Serviçais’, de ‘Serviçais’ a ‘Contratados’: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial”, in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 33, 2017, pp. 108-29.

Margarida Sobral Neto, “O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista”, in *Diálogos Oceânicos*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001, pp. 25-44.

Fernando Tavares Pimenta, *Storia Politica del Portogallo Contemporaneo (1800-2000)*, Firenze, Le Monnier, 2011.

António Costa Pinto, *Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

Djamila Ribeiro, *O Que é Lugar de Fala?*, Belo Horizonte, Editora Letramento, 2017.

Edward Said, *Orientalismo. L'immagine europea dell'Oriente*, Milano, Feltrinelli, 2019.

Ana Saldanha, “Narrativa Portuguesa Pós-Revolução: os Autores Mulheres e as Novas Representações Sociais”, in *FronteiraZ*, n.º 12, 2004, pp. 140-62.

Boaventura de Sousa Santos, “Entre Próspero e Caliban”, in *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 66, julho 2003, pp. 23-52.

Daniele Serapiglia, *Il fascismo portoghese. Le interviste di Ferro a Salazar* (formato digital), Bologna, Pendragon, 2014.

Klaus Theweleit, *Male Fantasies. Volume 1. Women, Floods, Bodies, History*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2003.

Klaus Theweleit, *Male Fantasies. Volume 2. Male Bodies: Psychoanalyzing the White Terror*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2003.

Tzvetan Todorov, *La conquista dell'America. Il problema dell'«altro»*, Torino, Einaudi, 2014.

Irene Vaquinhas, “As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas”, Benedicta Maria Duque Vieira, (org.), *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Coimbra, ISCTE, 2005, pp. 149-64.

Roberto Vecchi; Vincenzo Russo, *La letteratura portoghese. I testi e le idee*, Firenze, Le Monnier, 2017.

Pedro Almeida Vieira, *Assim se pariu o Brasil*, Estoril, Saída de Emergência, 2015.

Stuart Woolf, *Il fascismo in Europa*, Roma-Bari, Laterza, 1984.

Loris Zanatta, *Storia dell'America Latina contemporanea*, Roma-Bari, Laterza, 2010.

## Fontes testemunhais

Patrício Batsikama, “A Mulher na Luta de Libertação e na Construção do Estado-Nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem”, in *Revista Cantareira* n.º 25, 2016, pp. 72-87.

«Borda d'Água», edição de 1962, Lisboa, Editorial Minerva, 1962.

Sofia Branco, *As Mulheres e a Guerra Colonial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.

Paulina Chiziane; Dia Kassembe, *O Livro da Paz da Mulher Angolana. As Heroínas sem Nome*, Luanda, Editorial Nzila, 2008.

Maria Manuela Cruzeiro, “As mulheres e a guerra colonial: Um silêncio demasiado ruidoso”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, pp. 31-41.

Depoimento de Maconde, em «Voz da Revolução», março 1979, p. 28.

Depoimento de Mônica Chitupila, em «Tempo», abril 1982, p. 23.

Maria Sofia Pomba Guerra, “O Estado Novo não defende os interesses das classes médias e das camadas populares”, in *Itinerário* n.º 85, Maputo, 1949, pp. 3-6.

«Jornal de Notícias», 8 de março de 1962.

Dia Kassembe, *Angola, Femmes Sacrées, Insoumises, Rebelles*, Paris, L’Harmattan, 1997.

Ada Milani, “Irene Gil e Sofia Pomba Guerra: vozes de mulheres portuguesas em Moçambique nas páginas de *Itinerário*”, in *Ex aequo* n.º 39, Milano, 2019, pp. 137-52.

Helena Neves, “Amor em tempo de guerra: guerra colonial, a (in)comunicabilidade (im)possível”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, pp. 43-63.

Margarida Calafate Ribeiro, “África no feminino: As mulheres portuguesas e a guerra colonial”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, pp. 7-29.

Margarida Calafate Ribeiro, “Dois depoimentos sobre a presença e a participação femininas na guerra colonial”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n.º 68, 2004, pp. 131-66.

Jacimara Souza Santana, “A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)”, in *Sankofa* n.º 4, São Paulo, 2009, pp. 67-87.

## Documentos multimédias

Figura 1 – *Cartaz de propaganda salazarista*:

<https://estatuadesal.com/2018/10/18/a-guerra-colonial-e-a-ditadura-salazarista>

Última consultação: 23/03/2021.

Figura 2 – *Cartaz de propaganda portuguesa nas colónias*:

<https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/01/propaganda-na-guerra-colonial-1.html>

Última consultação: 23/03/2021.

Figura 3 – *Retrato da «Escrava Anastácia»*, realizado por Jacques Arago:

<https://historycollection.com/girl-iron-mask-legend-st-escrava-anastacia/>

Última consultação: 23/03/2021.

*Quem Vai à Guerra*, filme realizado por Marta Pessoa, produzido por Rui Simões, Real Ficção, Lisboa, 2011, formado DVD.

## Fontes da web

<https://ensina.rtp.pt/artigo/o-ideal-feminino-do-estado-novo/>

Última consultação: 23/03/2021.

<https://ensina.rtp.pt/artigo/onu-contra-colonialismo-portugues/>

Última consultação: 23/03/2021.

[https://www.esquerda.net/artigo/escrever-novas-cartas-portuguesas-foi-uma-das-coisas-mais-importantes-da-minha-vida/70843?fbclid=IwAR2sPZclpoVGIkX4dF7hCSiv9\\_RZD\\_mzeEPK50XHttbmV2BqJc7StbHDpGI](https://www.esquerda.net/artigo/escrever-novas-cartas-portuguesas-foi-uma-das-coisas-mais-importantes-da-minha-vida/70843?fbclid=IwAR2sPZclpoVGIkX4dF7hCSiv9_RZD_mzeEPK50XHttbmV2BqJc7StbHDpGI)

Última consultação: 23/03/2021.

